

Universidade de Brasília

Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e
Gestão de Políticas Públicas.

Programa de Pós-Graduação em Economia: área Economia Política

André Bojikian Calixtre

O Homem Cordial –

Sergio Buarque de Holanda na formação e contemporaneidade do pensamento econômico
brasileiro.

Brasília

2022

André Bojikian Calixtre

O Homem Cordial –

Sergio Buarque de Holanda na formação e contemporaneidade do pensamento econômico brasileiro.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília, para a obtenção do título de Doutor em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Boianovsky

Brasília

2022

André Bojikian Calixtre

O Homem Cordial – Sergio Buarque de Holanda na formação e contemporaneidade do pensamento econômico brasileiro.

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Economia Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília.

Aprovado em 19 de abril de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mauro Boianovsky

Universidade de Brasília

Presidente

Prof. Dr. Maurício C. Coutinho

Universidade de Campinas

Membro

Prof. Dr. Emmanoel Boff

Universidade Federal Fluminense

Membro

Profa. Dra. Maria de Lourdes R. Mollo

Universidade de Brasília

Membro

Profa. Dra. Ariana Amado

Universidade de Brasília

Suplente

Agradecimentos

A sessão de agradecimentos de uma tese é por excelência um espaço cordial de reconhecimento do outro e se trata de uma prática quase universal. Aqui não será diferente. Assim como os filhos, ninguém consegue parir um doutoramento sozinho. Mesmo o mais talentoso dos pesquisadores não poderia afirmar com segurança que a totalidade de suas descobertas se deu por sua conta e risco. Aliás, a comum afirmação de modéstia em agradecer os pares pelas revisões e contribuições ao texto ao mesmo tempo protegendo-os de qualquer responsabilidade em eventuais erros cometidos é tão protocolar quanto falsa no mundo das ideias. A cadeia de responsabilidades do discurso competente é longa e inescapável. Exceção dos erros intencionais, todos temos parte nas linhas que se seguirão. Em razão disso, agradeço aos leitores prévios desta tese, à banca de qualificação, formada pelos professores Maria de Lourdes Rollemberg Mollo e Maurício Chalfin Coutinho, e outros colegas que fizeram contribuições inestimáveis ao texto, em diversos momentos, e que dele se tornaram parte. Também é de meu agradecimento profundo a banca de defesa, composta por Mollo e Coutinho e na qual se juntou o professor Emmanoel Boff e a professora Adriana Amado, e, na defesa, pude expor a máxima potência dos argumentos aqui tentados e recebi as críticas mais duras e, por isso, mais necessárias para chegar a uma versão final desta tese.

As atividades de pesquisa para esta tese têm-se desenvolvido desde o primeiro dia de doutoramento, iniciado em 2018. Não obstante, o desafio imposto pela Pandemia de 2020 não foram pequenos. Toda a pesquisa documental primária está alocada na Coleção Sergio Buarque de Holanda, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em dois departamentos distintos: a Biblioteca de Obras Raras Fausto Castilho (BORA) e o Arquivo Central da Unicamp (Siarq). Estes sistemas permaneceram fechados à visitação do público durante março a outubro de 2020, retardando parte do acúmulo necessário para a tese. Felizmente, no início de novembro, após diversas conversas com os diligentes coordenadores dos arquivos, foi permitido acesso presencial ao material de Sergio Buarque, acesso esse que foi devidamente documentado e digitalizado. Agradeço, e farei isso mais de uma vez, aos valorosos servidores dos arquivos da Unicamp que permitiram esse acesso em múltiplas plataformas, de forma extremamente organizada e eficiente.

Agradeço também a meu órgão de origem, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) do qual tenho a honra de servir desde 2010, efetivamente como Técnico de Planejamento e Pesquisa e também temporariamente nas atividades de Coordenação e Chefe de Assessoria

Técnica da Presidência e Diretor de Estudos e Políticas Sociais. O programa de formação continuada de servidores do órgão permitiu que, por meio de seleção interna objetiva e impessoal, meu projeto de doutoramento fosse aprovado e pudesse me dedicar exclusivamente a ele na Universidade de Brasília (UnB). Sem essa disponibilidade de trabalho, muito provavelmente o resultado desta tese seria outro, ou não haveria tese alguma.

Agradeço ao feliz encontro com a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (Face) da UnB e ao curso de doutoramento em Economia, subárea Economia Política. Oriundo da Unicamp tanto na graduação quanto no mestrado, pude desfrutar na UnB de um ambiente ímpar de reflexão, estudos e coleguismo nas suas salas, bancos e corredores, cujo corpo docente disponibilizou gentilmente todo o conhecimento da ponta da teoria econômica, sem reservas ou constrictão, e a convivência com os colegas discentes não poderia ter sido mais proveitosa à elaboração de tese. Agradeço especialmente a meu orientador, professor Mauro Boianovsky, cujo contato intelectual permitiu inúmeras reflexões, sinapses, leituras e anotações dos temas mais críticos para o desenvolvimento desta tese, contato esse iniciado já no primeiro dia de doutoramento na excepcional disciplina de Metodologia Econômica proferida pelo mestre. Foi função precípua deste orientador, também, manter a tese nos trilhos da Economia, no qual agradeço muito, pois este escritor possui uma indisfarçável e nem sempre desejável tendência para o ecletismo.

Mais importante ainda é o agradecimento à família que sustentou o nascimento desta tese. Normalmente, o doutoramento na sociedade cordial como a brasileira vem acompanhado de um sincero pedido de desculpas do autor ao cônjuge que suportou com resiliência as horas de trabalho intenso necessárias para a execução, quase sempre nas teses de homens, referindo-se a suas esposas – ou filhos às mães, quando se trata de um doutorando jovem, que não é o meu caso. Interessante notar como isso revela o mais profundo e arcaico sistema familiar brasileiro, em que quase sempre é o homem quem pode se dar ao luxo de descolar-se da vida doméstica para surfar as ondas sublimes da razão acadêmica. Me estranha sempre essa imagem de uma mulher anônima, resiliente e exausta por trás do homem intelectual que alcança a última glória do bacharelismo. Posso dizer que lutei contra esse arquétipo; não sei se obtive sucesso, mas lutei: com vassouras, rodos, muita barriga ao fogão, tentando, com minha esposa, economista doutora antes de mim, Daniela Freddo, organizar uma casa de dois filhos pequenos em meio à pandemia ao mesmo tempo escrevendo o texto que se segue para que outros leiam. Teses, assim como filhos, precisam de um vilarejo inteiro para se criarem, na verdade, uma Cidade inteira. Por amor à Cidade, meu agradecimento à Daniela é de natureza intelectual, pelas

horas de conversa sobre os temas que mais me afligiam no momento, as leituras, os artigos que escrevemos juntos e que permitiram abrir fronteiras do que aqui está. Agradeço a parceria da razão em busca do entendimento sobre a cordialidade, e peço desculpas também se, nos momentos em que a tese mais me exigiu e não pude compartilhar as tarefas domésticas como deveria, elas foram executadas mesmo assim, pela mulher mãe exausta em horas extras de trabalho nunca reconhecido pela sociedade.

A meus pais Luis Fernando Garcia Calixtre e Susana Bojikian Calixtre, pela origem tão caótica de múltiplas culturas, me fizeram sempre sentir filho mesmo sendo um desterrado em uma terra de desterrados. Meus irmãos, Felipe Bojikian Calixtre e Letícia Bojikian Calixtre, pela convivência mais importante dos tempos ingênuos. Agradeço a meus sogros, Ernestino José Freddo Jr e Izabel Cristina Freddo, por acolher minha família em isolamento social no glorioso Sítio NS Aparecida, em que, durante os duros anos pandêmicos de 2020 e 2021, pude escrever sem grandes interrupções esta tese de doutoramento.

Aos filhos Maia e Francisco, nascidos desta terra brasileira e futuro do país. Que algo meu possa ser uma centelha de futuro neles, e de todos os filhos do Brasil, um país preche de futuro, mas que ainda não conseguiu ter a coragem de romper completamente com seu passado.

RESUMO

A tese de doutoramento “O Homem Cordial – Sergio Buarque de Holanda na formação e contemporaneidade do pensamento econômico brasileiro” consiste em um esforço para recuperar as bases originais de surgimento do pensamento social contemporâneo sobre o Brasil, concentrado no movimento modernista das décadas de 1920 e 1930, nomeado por Antonio Candido como “geração de 1930” em especial as circunstâncias que levaram à publicação da obra de Sergio Buarque de Holanda mais conhecida, “Raízes do Brasil”, em 1936 e seu conceito basilar de Homem Cordial e as pontes cognitivas deixadas na construção do pensamento econômico brasileiro mais de duas décadas após, cujo marco é a publicação de Formação Econômica do Brasil, por Celso Furtado, em 1959. A consolidação de um pensamento econômico para o desenvolvimento nacional em condições periféricas utilizou-se das rupturas geradas pela “Geração de 1930”, em especial a crítica do determinismo regional e do eugenismo racista, mas o debate original continha o embrião de um tipo distinto de sujeito social, em muitos pontos oposto ao homem econômico típico. Este Homem Cordial será objeto de investigação, como um agente social de decisões econômicas que pode dar pistas para melhor compreender a trajetória econômica do Brasil e sua incapacidade de romper definitivamente com o seu passado colonial e escravista.

Palavras-chave: Sergio Buarque de Holanda; Homem Cordial; Pensamento Econômico Brasileiro

ABSTRACT

“The Cordial Men – Sergio Buarque de Holanda on the formation of past and present Brazilian economic thought”. This doctoral thesis consists of an effort to recover the original foundations of Brazilian social thought, focusing in the Modernist Movement of the 1920s and 1930s. This artistic and literary breakthrough was called by Antonio Candido as the “1930s generation”. Those cultural circumstances led to the publication of Sergio Buarque de Holanda’s most famous work, “Raízes do Brasil” (Brazilian Roots), in 1936 and together his original concept of Cordial Man. In this thesis we will develop the idea that the results of the “Raízes do Brasil” helped in the construction of Brazilian economic thought more than two decades later, whose landmark is the publication of “Formação Econômica do Brasil” (Economic Formation of Brazil) by Celso Furtado in 1959. The consolidation of an economic thought for national development in peripheral conditions made use of the outcomes generated by the “Generation of 1930”, in particular the criticism of regional determinism and racist eugenics. However, that original economic debate never fully realized that there was a distinct type of social subject beneath Brazilian industrialization and urbanization process, in many ways opposed to the typical economic man. This Cordial Man will be the object of investigation, as a Social Agent of economic decisions that can give clues for understanding the economic trajectory of Brazil, especially the inability to break down its colonial and slavery past.

Keywords: Sergio Buarque de Holanda; Cordial Men; Brazilian Economic Thought

Índice de Figuras

Gráfico 1. Participação Salários/PIB, por categoria de renda dos países (médias) e países selecionados. 1960 - 2017	79
Gráfico 2. Salário Mínimo Real (marcador quadrado); Salários/PIB (marcador triângulo) e GINI (marcador bola): Série Histórica.	85

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1 – O nascimento consciente do Homem Cordial na primeira edição de Raízes do Brasil .	23
1.1. A Visão do Paraíso e seu espelho invertido	24
1.2. O nascimento consciente do Homem Cordial.....	29
Capítulo 2 – Sergio Buarque e a construção moderna do debate econômico brasileiro: o período pré-Furtado.	47
2.1. Formação da História do Pensamento Econômico Brasileiro	48
2.2. As ausências do debate econômico entre a República Velha e o início da Era Vargas.....	52
2.3. O período pré-furtadiano, a contribuição do Modernismo para a formação da escola latino-americana e a saída para uma teoria do subdesenvolvimento.	56
2.4. A travessia do Modernismo para o Estruturalismo Latino-Americano.....	66
Capítulo 3 – Sobrevivência e Dinamismo do Homem Cordial Contemporâneo	69
3.1. Sociedades salariais e o segredo do desenvolvimento	73
3.2. O Brasil na Economia Política da transformação social	81
3.3. As distintas manifestações históricas do Homem Cordial	87
Capítulo 4 – <i>Homo Oeconomicus; Homo Cordialis</i>	96
4.1. A aposta de Stuart Mill	101
4.2. O pragmatismo positivo de Milton Friedman e a desconstrução de Deirdre McCloskey..	103
4.3. A ruptura temporária do <i>Homo Oeconomicus</i>	106
4.4. Os sentimentos das escolhas: para uma metodologia econômica do <i>Homo Cordialis</i>	112
Considerações Finais.....	120
Referências Bibliográficas	128
ANEXO Bibliográfico– Coleção Sergio Buarque de Holanda.	137

Introdução

Eu diria, junto com Benedetto Croce, que toda história é contemporânea.

(Sergio Buarque de Holanda, revista Veja, 1976, in Martins, 2009 p.93)

“O Homem Cordial – Sergio Buarque de Holanda na formação e contemporaneidade do pensamento econômico brasileiro”. O objetivo é produzir uma investigação da formação do pensamento econômico brasileiro sob a ótica de um sujeito específico formado pelo subdesenvolvimento, organizado por laços de afetividade que construiu uma civilização inacabada e aparentemente particularíssima. O foco desta tese é a ponte entre o pensamento econômico brasileiro moderno, em especial sua vertente desenvolvimentista, formado na década de 1950 sob a liderança de Celso Furtado, e a obra de Sergio Buarque de Holanda, historiador formado intelectualmente pela Semana de Arte Moderna de 1922 e a República de Weimar no final desta década, e, em 1936, autor do principal ensaio de interpretação nacional, o livro Raízes do Brasil.

Apesar de a tese ter como foco a obra de um historiador, trata-se de uma discussão predominantemente econômica. Os motores que dirigem a pesquisa são os temas da industrialização e urbanização do Brasil rural e pós-escravista, do nacional-desenvolvimentismo numa economia global assimétrica e desigual e da teoria do desenvolvimento que foi necessária para explicar e dirigir esses processos históricos na primeira metade do século XX no país. Por que Sergio Buarque é tão importante para avançar na compreensão deste fenômeno econômico?

A resposta é assustadoramente simples. A promessa maior do desenvolvimento, que seria extirpar as raízes coloniais do Brasil escravista, não se concretizou, ao menos não da forma como se imaginava. Antes da emergência de uma sociedade moderna, industrial e urbana, o desenvolvimento econômico brasileiro não foi capaz de resolver as raízes arcaicas em que se constituiu a sociedade nacional, pelo contrário, reproduziu-as como mutualidade entre a arcaização do moderno e modernização do arcaico. Por que Sergio Buarque? Porque a resposta para este problema maior está em sua obra historiográfica, pouco visitada pelos economistas. Esse fenômeno da reprodução do arcaico na exuberância do desenvolvimento tornou-se ainda mais evidente nas últimas décadas e provocou inquietações sobre o sentido do Brasil, bem como os limites e possibilidades do desenvolvimento nacional.

Há na extensa obra de Sergio Buarque diversas categorias de análise que permitem construir a ponte entre o pensamento social buarquiano e essa teoria do desenvolvimento especificamente desenvolvimentista. A exploração do Novo Mundo pelo imaginário de homens do Antigo Regime, levou a um Éden descoberto em seus eldorados e amazonas que, paradoxalmente, foi explorado pela empresa colonial. Essa identidade proposta por Sergio Buarque incomoda e produz uma sensação de “desterro em própria terra”: o Brasil. O paradoxo

da feitorização do paraíso, o desterro e a permanência de regimes de escravidão no país criaram as condições ideais para o florescimento de um tipo distinto de comportamento humano que Buarque de Holanda propôs como a categoria do Homem Cordial, divergente do homem racional e, por que não dizer, do *Homo Oeconomicus* basilar para a teoria do desenvolvimento convencional.

Essa ponte, como se verá adiante, é do tamanho de uma geração inteira. Começa em 1920 com a Semana de Arte Moderna, termina em 1959 com a publicação de Formação Econômica do Brasil. No meio disso, um mundo todo novo acontecia no pensamento econômico: a ruptura temporária do pensamento liberal na Grande Depressão e ascensão do pensamento keynesiano; a reorganização da hegemonia global sob a liderança dos Estados Unidos, após os acordos de Bretton Woods (1944) e o enterro do sistema monetário da libra-ouro; a criação do mundo do pós-guerra, bipolar, sob protagonismo do Estado-nação e do padrão tecnológico fordista em expansão, da reconstrução dos países desenvolvidos arrasados pela guerra e a recriação da periferia em novas bases de dominação; a difusão dos instrumentos macroeconômicos e políticas de planejamento de Estado necessárias para a industrialização em condições adversas geradas pelo capital monopolista do pós-guerra, que abriu possibilidades inéditas, ainda que restritas, de desenvolvimento desta “nova periferia”; e, por fim, a desorganização do sistema imperialista do século XIX e o surgimento da última onda de independência na periferia, marcando o nascimento do “Terceiro Mundo”, organizado por países herdeiros dos distintos regimes coloniais do capitalismo desde sua primeira variante mercantil.

A ponte, no entanto, não se encontra evidente pela leitura dos clássicos na formação do pensamento econômico brasileiro, por uma razão muito simples: ausência. A produção intelectual econômica entre 1920 até o pós-guerra é extremamente escassa. Contam-se os textos embrionários de Victor Viana (1922) e Lemos Brito (1927), ainda muito marcados pela argumentação liberal, ensaística e descolada da academia, mas que foram injustamente ignorados pela historiografia econômica subsequente. Em um artigo elucidador sobre as origens da historiografia econômica brasileira, Tamás Szmrecsányi (2004) marca o seu nascimento com uma periodização um pouco distinta da proposta por esta tese, organizado durante o período de 1929 a 1959, uma origem portanto muito recente, marcada por quatro publicações representativas: História Econômica do Brasil, de Roberto Simonsen (1937); Formação Econômica do Brasil: Colônia, de Caio Prado Jr. (1942); O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640), de Alice Canabrava (1942/44); e Formação Econômica do Brasil, de Celso

Furtado (1959). Szmrecsányi constrói no artigo uma linha de argumentação de que essas obras de referência foram precedidas por estudos específicos de historiografia documental. Em Simonsen, primeira publicação moderna de história econômica, o livro foi composto por notas de aulas e contou com a síntese crítica de diversos autores clássicos, ocultos no livro, como Pandiá Calógeras, Capistrano de Abreu, Oliveira Lima e João Lúcio de Azevedo e foi precedido por trabalhos estritamente históricos como “As crises no Brasil”, de 1930. Já o clássico de Caio Prado Jr. foi precedido pela publicação anterior de obra bibliográfica extensa em pesquisa documental no livro “Evolução Política do Brasil”, de 1933. Alice Canabrava é a autora mais escolástica desse grupo, tendo defendido a obra supracitada como tese de doutoramento na Universidade de São Paulo em 1942, e é considerada um trabalho historiográfico completo, ainda que menos conhecido que os outros. E aquela obra que é considerada a principal do período inaugural da história econômica brasileira, “Formação Econômica do Brasil”, de Celso Furtado (1959) é também resultante de um trabalho prévio de pesquisa documental, que foi a tese de doutoramento de Furtado defendida na Sorbonne, “Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII”, defendida em 1948 e que permaneceu como “elo perdido” da obra do autor até sua publicação, somente em 2001.

A periodização (1929-1959) proposta por Szmrecsányi é clássica e majoritariamente aceita pela historiografia econômica brasileira. Marca com precisão a saída do debate pré-moderno sobre economia do Brasil, que estava muito mais centrado a defesas de políticas econômicas sob impacto de um condicionante espúrio que era o trabalho escravo – e todos os problemas teóricos insolúveis que o exercício teórico de uma economia liberal traz para uma economia pós-escravista e de assalariamento recente –, para o debate contemporâneo sobre os caminhos da superação nacional do subdesenvolvimento em meio ao padrão tecnológico disponível. Este debate foi marcado por posições tanto ortodoxas quanto heterodoxas, a questão de fundo não é definir aqui a validade de uma ou outra visão sobre a teoria do desenvolvimento, o que muda no debate contemporâneo são os sujeitos disponíveis: o Estado-nação e o povo brasileiro. Sobre este último, uma revolução intelectual ocorreu entre a Semana de 1922 e a publicação de Raízes do Brasil em 1936 cujas consequências mudarão ontologicamente o debate em torno do destino nacional, fonte na qual todos os economistas “modernos” beberão e da qual partirá o debate contemporâneo. Sobre o primeiro, a ascensão do planejamento de Estado é datada pelo ocaso do modelo agrário-exportador incrustado na República Velha, donde o advento do trabalhismo getulista construiu instituições especificamente voltadas para o desenvolvimento, erguidas na experiência da primeira modernização na segunda metade de

1930, no esforço de guerra e no período democrático subsequente. Havia um sujeito típico em transformação, contíguo à formação econômica do Brasil, e que, no entanto, foi trazido à consciência pelo pensamento social décadas antes da constituição moderna do pensamento econômico brasileiros. Seus efeitos, no entanto, são profundos, e pouco explorados pelo pensamento econômico, dominado pelo conceito de racionalidade na decisão econômica que prevalece sobre todas as esferas da sociabilidade, o *Homo Oeconomicus*.

Investigar a formação brasileira sob a perspectiva desse outro homem, nascido da transição entre o antagonismo das matrizes fundamentais (Europa ibérica, África e Ameríndia) que se transformou na identidade negativa das matrizes, o não-europeu, o não-africano, o não-indígena, e saudou o brasileiro como povo privilegiado do Homem Cordial, ou do desenvolvimento de uma sociedade moderna centrada nos laços de afetividade entre indivíduos – isso é o objetivo geral desta tese. Hipótese fundamental deduz-se que o processo de constituição da sociedade cordial reproduziu este tipo novo a cada momento histórico, mesmo quando o desenvolvimento econômico parecia voltar-se para a extinção das raízes que o sustentavam. O desenvolvimento da pesquisa, porém, revelou, como se verá adiante, que esse Homem Cordial não era tão exclusivo assim como se crê na literatura corrente. Que o acesso a documentos históricos de Sergio Buarque mostram uma interpretação distinta em sua gênese, modificada pelo próprio historiador como reação à forma como o conceito de cordialidade foi interpretado à época dos anos 1930. A diferença de interpretação que o resgate documental da produção buarquiana pré-segunda edição de *Raízes do Brasil* é tão radical que, como será tratado nesta tese, permite a recomposição do sujeito específico da formação nacional em contraposição ao *Homo Oeconomicus*, não como especificidade brasileira, mas sim como faces do mesmo sujeito ocidental histórico: *Homo Cordialis*; *Homo Oeconomicus*.

Aterrizando nas questões concretas do pensamento sobre a riqueza e infortúnio da nação brasileira, a tese debruça-se sobre a problemática do desenvolvimento econômico capitalista, que, em solo periférico, reproduz cisões e descontinuidades entre mundos modernos e arcaicos, sem que se rompam laços de mutualidade entre a modernidade do arcaísmo e a arcaização do moderno, sempre presentes no processo de constituição nacional. O objetivo último é recolocar essa problemática não sob a impossibilidade de superação entre mundos duais do subdesenvolvimento, como estabelecido pelo pensamento estruturalista das décadas de 1950 e 1960, nem sob a primazia da acumulação do capitalismo autônomo sobre as estruturas tardias das sociedades pós-coloniais, como na crítica dos anos 1970, mas sob a constatação dum *outro ocidente*, que nasce no imediato devir da consciência latino-americana, na anti-nação colonial,

e reproduz-se ao longo das eras como a própria saída original prevista pelos estruturalistas, e a própria sociabilidade moderna prevista pela crítica ao dualismo.

O nascimento consciente do Homem Cordial é o tema do **Capítulo 1** da tese. No auge do eurocentrismo, do discurso racista, das teses de branqueamento, negadoras da essência identitária do povo brasileiro, no limite, da própria existência do povo, e, por outro lado, do antagonismo entre uma identidade “fermentada” pela vinda das instituições ocidentais aos trópicos e a relação subordinada que esta assume ao continente metropolitano, Buarque de Holanda propõe a interpretação do Brasil sob a ótica de um novo homem, mas este, apesar de extensa interpretação ao contrário, *não representa uma exclusividade brasileira*, e sim se trata de uma exacerbação da característica cordial presente no homem idealizado, autocentrado e ocidental. O Homem Cordial é, sobretudo, uma categoria universal de análise e interpretação social, portanto, com as devidas mediações, é possível estabelecer seus conceitos em outras disciplinas do conhecimento, a saber, a Economia. A construção teórica deste novo homem, no entanto, não estava clara sequer para o grande historiador, haja vista a maneira vacilante – ainda que muito rica – e conflituosa que Sergio Buarque lidou com as diferentes edições de *Raízes*, cuja análise também é objeto deste capítulo primeiro.

O **Capítulo 2** persiste na trajetória buarquiana, buscando seus contatos com o pensamento econômico brasileiro. É importante lembrar que o primeiro período Vargas surpreendentemente não foi um momento de nascimento do pensamento econômico moderno para o Brasil como o foi para o mundo. Não obstante, a prática econômica já se fazia pioneiramente moderna no país, como o pré-keynesianismo da política de defesa do café, ou o início da industrialização já no entreguerras. No entanto, o esforço da industrialização sem uma teoria econômica da industrialização criava contradições e limites evidentes. Importante lembrar que a teoria do desenvolvimento estruturalista somente começa a se fazer no final dos anos 1940, com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e que o contato anterior com o desenvolvimentismo se deu mediado pelos intelectuais liberais e as comissões mistas entre Brasil e os Estados Unidos do *New Deal*. Antes disso, entre os anos da República Velha e o entreguerras, o capítulo busca apresentar o substrato do debate que consolidará a teoria do desenvolvimento no Brasil em suas vertentes liberais e nacional-desenvolvimentistas, um debate extremamente rico que, no entanto, estava determinado antes pela solução concreta de problemas práticos de política econômica, especialmente políticas monetárias em uma sociedade pós-escravista de assalariamento recente. Aqui, já é possível

identificar uma fundamental contribuição de Buarque de Holanda e a chamada “geração de 1930” do pensamento social para a nascente Economia brasileira: a ruptura com o determinismo geográfico e as teses eugenistas prevalentes nas ciências sociais do século XIX. A construção do movimento Modernista da década de 1920 para este novo homem cordial de Buarque será um alicerce indireto do entroncamento entre o estruturalismo francês, a escola histórica alemã e a teoria econômica keynesiana que permitiu a construção do estruturalismo latino-americano, cujo principal nome brasileiro foi Celso Furtado. Como a publicação de sua primeira grande obra, o seminal “Formação Econômica do Brasil”, foi em 1959, o período anterior a esta, portanto a referência temporal do capítulo, foi denominado como “período pré-furtadiano”.

O *Homem Cordial* silenciosamente se atualiza e moderniza-se nos distintos ciclos de industrialização (1930-1980) para, novamente, reassumir posição evidente e objetiva nas décadas seguintes de financeirização do capitalismo. O **Capítulo 3** busca explorar os dois grandes projetos que estavam em gestação no período, que se antagonizariam na década de 1960, sobre a neutralização das raízes cordiais sob a grande indústria nacional, na qual o subdesenvolvimento poderia ser superado mediante plena formação nacional seria objetivada ou (i) pelo desenvolvimento de estruturas democrático-populares ou (ii) pela reconfiguração do poder senhorial para uma nova sociedade urbana e industrializada. A vitória da modernização conservadora pelo golpe de 1964, no qual o regime militar fixou suas bases na tecnoburocracia, ampliando os instrumentos de ação do Estado, e na modernização conservadora da sociedade, como uma marcha forçada ao progresso, adormeceu o Homem Cordial sem, no entanto, eliminá-lo. Somente nas décadas de crise do nacional-desenvolvimentismo que este emergirá com imensa força no debate sobre quais os novos caminhos globalizantes e neoliberais este novo homem poderia trilhar no Brasil. A trajetória contemporânea do Homem Cordial será apresentada em dois grandes recortes temporais: da crise da dívida nos anos 1980 até o Plano Real de 1994; e de 1994 até 2016, tendo como base o maior foco de tensão da cordialidade na economia, que é o pleno estabelecimento de uma sociedade salarial em termos tipicamente modernos ante a permanência de estruturas informais, arcaicas e de subsistência dinâmicas no mercado de trabalho.

O **Capítulo 4** consiste em uma digressão metodológica entre a historiografia buarquiana e a teoria econômica. A matriz positivista das ciências econômicas convencionais é muito distinta da escola histórica à qual Buarque de Holanda se filia, mas há pontos de contato naquilo que é essencial para esta tese, que são os tipos ideais. No caso da economia, a construção teórica

de sua grande escola ortodoxa e mesmo parte da heterodoxia pressupõe o *Homo Oeconomicus* como modelo comportamental abstrato e representativo. Essa aceitação, evidentemente, não é unânime, tampouco o conceito de comportamento tipicamente econômico tem sido tratado uniformemente entre as distintas escolas, mas o homem que escolhe entre produtos substituíveis escassos está lá, subjacente ou gritante na teoria econômica convencional. O método buarquiano, por sua vez, também concebe um tipo ideal de comportamento humano, porém formado e conceptualizado a partir de pressupostos teóricos e metodológicos típicos da escola histórica e obediente à prevalência do fato social sobre o indivíduo. Este antagonismo metodológico, ao contrário do que se poderia inferir apressadamente, não implode a discussão ou bloqueia o entendimento de que tanto o *Homo Oeconomicus* quanto o *Homo Cordialis* poderiam ser, no fundo, partes indissociáveis do homem moderno, mas cujas características binárias (racional-cordial) estariam dissociadas ontologicamente no tempo e, mais claro ainda, no espaço de reprodução histórica das nações. Exemplo mais contundente da origem comum destes tipos ideais está na própria gênese da Economia como ciência moral e o método da investigação sobre uma teoria dos sentimentos morais, como a obra inauguradora de Adam Smith, em que a tese dialogará com os estudos de Emmanoel Boff (2016) sobre as pontes entre o filósofo-economista escocês e o historiador brasileiro com base na proposta smithiana contida na Teoria dos Sentimentos Morais e sua interface com os tipos ideais de Raízes do Brasil, a saber, o Aventureiro, o Semeador e o Homem Cordial.

Antes de finalizar esta introdução, cumpre advertir o leitor especializado que por ventura nos honre com a arguição desta pretensiosa dissertação doutoral. Este texto possivelmente desagradará tanto historiadores quanto economistas, que são exatamente os públicos que consideramos como principais interlocutores. De parte dos primeiros, estarão decepcionados pela ausência de uma pesquisa documental *stricto sensu*, organizada como ponto de partida para a argumentação histórica, preferindo o uso subordinado da documentação primária, dirigido pela interpretação clássica, e não o contrário. Dos segundos, o desagrado virá pela falta de aplicação direta e dos modelos não formalizados que aqui se discutirão, como também pela subordinação da análise teórica econômica à jaula do tempo histórico. Esta tese não se fia ao empiricismo historiográfico tampouco à extrapolação de modelos teóricos como reconstrução racional do passado, em busca de confirmar nos antigos os conceitos que se apresentam nos contemporâneos.

Estamos no território da História do Pensamento Econômico entendida por Mark Blaug (2001) como “reconstrução histórica”, ou seja, o esforço de aproximação com o passado respeitando as profundas e radicais diferenças de tempos históricos, com o objetivo principal de descobrir, revelar, ou mesmo reinterpretar, conceitos cristalizados do presente. A História do Pensamento Econômico busca a respiração viva do passado para reanimar problemas metodológicos da ciência econômica atuais, sem perder de vista o seu sujeito principal: o economista em seu tempo. Aqui, este sujeito não é concreto, tampouco único, estamos trabalhando predominantemente sobre uma das duas principais escolas do pensamento econômico brasileiro, a desenvolvimentista e a liberal, ambas constituídas em meados da década de 1950 como herdeiras inconscientes da revolução em outra escola, do pensamento social, uma geração antes. A interpretação do passado não é uma atividade meramente catalográfica ou de validação do mundo real, e sim uma transformação imediata do presente, em nosso caso, o pensamento econômico brasileiro contemporâneo naquilo que este texto conseguirá abordar.

Este texto vai a todo momento utilizar-se do conceito de “clássicos” para selecionar e discutir os sujeitos autores do pensamento social e econômico brasileiro, separando-os de uma infinidade de opções disponível no curso dos debates intelectuais. Porém, definir objetivamente e em sua totalidade os clássicos do pensamento brasileiro em qualquer disciplina é uma tarefa tanto impossível como inútil, pois as obras relevantes de interpretação do Brasil estão subordinadas a devidos momentos históricos e reverberam-se pelo tempo social em ondas

desconexas e, por vezes, ilógicas de significações. Um clássico está diretamente relacionado não às respostas que pôde oferecer àquele presente original, mas às perguntas que são herdadas ao tempo seguinte, aos próximos tempos presentes que imporão à obra a constante renovação do pensamento cristalizado em suas páginas. Este processo de sempre releitura do pensamento é o que distingue o clássico, mas não é capaz de cristalizar-se na obra em si. Noutras palavras, o pensamento contido na escritura sofre a intensa ação da história, cujo transbordamento para além das gerações impõe aos homens de tempos distintos a ideia contida no texto, porém sob distintos significados. Um clássico torna-se e esvai-se clássico à medida que interage com a mudança provocada pelo tempo histórico; por isso, é, assim como o próprio tempo histórico, sempre contemporâneo. Na esperança que as escolhas apresentadas a seguir não criem mais um elemento de contrariedade do leitor especializado, importante lembrar que o fundamental neste espaço será o olhar sobre os problemas fundamentais do desenvolvimento brasileiro à luz de seus intérpretes. Olhar esse que, mais uma vez, não é permanente, apesar de pertencer ao passado, e que deve sempre ser relido e reinventado para avançar na compreensão do Brasil presente.

Como homenagem a essa forma de definir tanto a história como o eterno retorno do presente pela compreensão do passado quanto o papel do historiador nesse delicado pântano em que a memória, individual ou coletiva, muitas vezes se confunde com a história, é importante também advertir o leitor das circunstâncias que levaram a esta tese. Estamos iniciando o terceiro ano da Pandemia provocada pelo vírus COVID-19, descoberto na China em dezembro de 2019 e cujos impactos globais têm sido semelhantes a uma grande guerra. No Brasil, mais de 660 mil pessoas pereceram pela doença em dois anos, o que representa mais de seis vezes o que o país perdeu de homens brasileiros durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). No mundo já foram registrados mais de 6 milhões de mortos. As cadeias produtivas globais chegaram ao ponto do colapso, houve fechamento das economias, ampliação da desigualdade no acesso à saúde, mudanças radicais no mundo do trabalho que somente serão compreendidas nas próximas décadas, e o abrupto e necessário fechamento dos órgãos públicos de arquivo ao longo de todo o ano de 2020 afetou o processo de escrita e elaboração desta tese, que depende do acesso a fontes primárias contidas nos arquivos de Sergio Buarque de Holanda na Biblioteca de Obras Raras (BORA) e no Arquivo Central (Siarq) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Felizmente, o heroísmo dos servidores públicos da Unicamp não deixou este doutorando em desespero: ao final de 2020, com o arrefecimento da primeira onda de contaminações do vírus, as portas da BORA foram abertas, em regime exclusivo de visitação,

com estreito protocolo sanitário, e o Siarq gentilmente cedeu versões digitalizadas de todos os documentos solicitados. Isso junto permitiu que a pesquisa documental avançasse, sem a qual esta tese estaria inviabilizada.

Este trabalho, no entanto, não pode ser considerado um produto exclusivamente pandêmico, e sim tem como objeto um “presente expandido” que se formou por meio de um acúmulo de várias crises nacionais. Seus elementos têm sido trabalhados desde 2013, ano em que o Brasil registrou uma inflexão política profunda em sua trajetória civilizacional, saindo do diapasão da ampliação de direitos sociais e econômicos erguidos desde a Constituição de 1988 para um processo caótico de desorganização institucional, cujos efeitos levaram a rupturas de governo, mudanças radicais de programas políticos e a sua culminação com o desastre na pandemia. Entre os países grandes, o Brasil possui a maior taxa per capita de mortos por COVID-19, mesmo o Brasil sendo o único país tropical detentor de um sistema único, universal e gratuito de saúde, tal como os países desenvolvidos. No meio dessas crises simultâneas, vem a necessidade de restabelecer a conexão íntima entre os problemas do subdesenvolvimento e o pensamento social, conexão essa que, em nosso entender, formou-se na esteira dos acontecimentos protagonizados por, entre outros, Sergio Buarque no nascimento do pensamento social moderno. Evidentemente, este é apenas um fio condutor, de muitos outros, que permitem a reflexão fundamental sobre o problema do desenvolvimento periférico. A questão circunstancial que se propõe aqui é tomar de empréstimo a historiografia para tentar revelar um lado ainda opaco, ou mesmo oculto, da economia, reconhecendo os limites disto e, cordialmente, nos desculpando pelas necessárias imprecisões metodológicas. No salto diacrônico deste longo presente em que a tese é escrita para o distante mundo dos anos 1920-1950, estamos, escravos de nossa história, desesperadamente buscando alguma linha perdida que nos mostre como foi possível tamanho fracasso quando todos na economia não duvidavam que a industrialização do país traria consigo inevitavelmente a modernidade. Trouxe, de fato, mas ela veio sem o rumo sonhado da metrópole; veio torta, obnubilada, mas profundamente viva e capaz de gerar ciclos de grande ascensão e queda da incompleta civilização tropical brasileira.

Capítulo 1 – O nascimento consciente do Homem Cordial na primeira edição de Raízes do Brasil

*Vain, very vain, my weary search to find
That bliss which only centres in the mind:
Why have I strayed from pleasure and repose,
To seek a good each government bestows?
In every government though terrors reign,
Though tyrant kings, or tyrant laws restrain,
How small, of all that human hearts endure,
That part which laws or kings can cause or cure!
Still to ourselves in every place consign'd,
Our own felicity we make or find:
With secret course which no loud storms annoy,
Glides the smooth current of domestic joy.
The lifted ax, the agonizing wheel,
Luke's iron crown, and Damien's bed of steel,
To men remote from power but rarely known,
Leave reason, faith, and conscience, all our own.*

Oliver Goldsmith, The Traveller, (1764)

1.1. A Visão do Paraíso e seu espelho invertido¹

Na visão do longo processo histórico de formação econômica do Novo Mundo, especialmente para o caso da América Latina, o recorte lógico que permite traduzir a dinâmica capitalista que, afastada de seu núcleo originário, cria uma relação intrínseca e não antagônica entre modos de vida arcaico e moderno – este recorte lógico é a perspectiva do desenvolvimento e expansão do sistema capitalista essencialmente desigual e combinado.²

O dinamismo periférico é entendido, em suas diversas interpretações, como a reprodução e expansão de uma sociedade capitalista subdesenvolvida, não no sentido escalar de mais ou menos desenvolvimento, mas sim uma especificidade radical na formação histórica dessa sociedade, que a difere profundamente de seus pares centrais, ainda que compartilhe do mesmo modo de vida. Esse olhar indagado sobre a difusão do modo urbano-industrial de vida pode ser considerado como um dos fundamentos mais importantes do pensamento crítico sobre o desenvolvimento em solos periféricos; não obstante, é uma das perguntas mais controversas a ser feita sobre a América Latina e sua história.

A problemática do subdesenvolvimento constitui-se no método de interrogação da história da periferia do sistema capitalista que reproduz e difunde padrões desiguais de difusão do progresso técnico, que, por sua vez, traduzem-se em padrões distintos de estruturas socioeconômicas reprodutoras desta desigualdade originária. Essa tradição aparece globalmente nos escritos de Raul Prebisch, em 1948, na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), e será apropriada pelo estruturalismo de Celso Furtado, mas tem seu pioneirismo algumas décadas antes, com a experiência do modernismo e da necessidade de interpretação dos países latino-americanos pela ótica da

¹ Parte significativa do ensejo em discutir Sergio Buarque na economia veio do Projeto Cátedras para o Desenvolvimento: patronos do Brasil, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Calixtre e Niemeyer, 2014). Nesse livro, fiz a primeira leitura de Sergio Buarque em (Calixtre, 2014). De lá para cá, muita pesquisa aconteceu, mas não posso deixar de registrar meu agradecimento ao Ipea, à época presidida pelo Prof. Marcio Pochmann, por ter patrocinado esse projeto, que reuniu diversos pesquisadores na tentativa de resgatar pensadores essenciais do desenvolvimento econômico brasileiro e que, em grande medida, inspirou a realização desta tese de doutoramento.

². Não se pretende, neste espaço, desenvolver o debate teórico da Teoria do desenvolvimento desigual e combinado, que é essencialmente uma apreensão da dinâmica da acumulação e da incapacidade inclusiva de expansão do capital no sistema de Estados nacionais. Como base para este debate teórico, ver Lenin (1963) e Trotsky (1977).

especificidade radical de sua formação colonial dentro de uma expansão do ocidente *ainda por ser criado*. Nessa tradição, por parte do Brasil, reside a obra da chamada “geração de 1930” (Antonio Candido) que, dentro de seus protagonistas, tem forte representação na obra de Sergio Buarque de Holanda.

A especificidade radical da formação do Novo Mundo será a base da temática do subdesenvolvimento, cuja uma das sínteses posteriormente interpretada por Florestan Fernandes atingiu tamanha intensidade e clareza intelectual sobre tantos aspectos da formação histórica, social e econômica do Brasil que, por isso, é capaz de emanar grandes contradições, pois:

A civilização ocidental não se espalhou como as águas de um rio que transborda, ela se corrompeu, se transformou e por vezes se enriqueceu, convertendo-se numa variante do que deveria ser, à luz dos modelos originais. O que interessa (...) é que, apoiando-se nos rebentos de uma mesma civilização, transplantada ao longo de um amplo e contínuo processo de migrações sucessivas ou por meio da difusão cultural, *os homens reconstruíram esta civilização e, por isso, escreveram através dela uma história econômica, social e cultural particularíssima*, que nos dá a justa medida do que pode e do que deve ser a dita civilização a partir de uma condição colonial permanente, embora instável e mutável (Fernandes, 1968, p.26, grifo nosso).

A constituição de sociedades expandidas pelo ocidente criou uma nova matriz civilizacional, dotada de uma sociológica particular que se misturou estruturalmente à história do ocidente. No entanto, a ênfase dada à condição colonial, apesar de constituir-se na linha geral do desenvolvimento capitalista periférico, ignorou a possibilidade real de existirem múltiplos caminhos civilizacionais, independentemente de realizarem-se ou não os pré-requisitos da civilização ocidental. A especificidade radical da formação do sujeito habitante dessas sociedades expandidas pelo ocidente pode ser observada com mais vigor nos autores originários desse pensamento sobre o subdesenvolvimento, durante o final da década de 1920 e por toda a década de 1930.

A consolidação de uma teoria do subdesenvolvimento teve origem em uma pergunta anterior, formulada pelos pioneiros da interpretação do Brasil no auge da experiência do modernismo. *Por que somos o que somos?* – essa pergunta foi feita, com uma incomum lucidez, por Buarque de Holanda, então um jovem historiador que, com a experiência adquirida aos 18

anos com a Semana de Arte Moderna de 1922, escreveu, durante sua estadia na Alemanha, entre 1928 e 1930, um manuscrito intitulado “Teoria da América” – segundo entrevista publicada na *Hispanic American Historical Review*, em 1982 (Martins, 2009, p. 198) –, do qual alguns capítulos transformaram-se num dos mais importantes ensaios sobre a formação brasileira, a obra “Raízes do Brasil”, publicada em 1936.

Poucos períodos foram mais intensos na história contemporânea do que viver na Alemanha de Weimar ao final da década de 1920. Sergio Buarque estava lá, jovem modernista e intensamente absorvido pelo pensamento contra-hegemônico característico da intelectualidade alemã do entreguerras, trabalhando como correspondente para “O Jornal” e para o “Diário de São Paulo”. Foi observador vivo da ascensão do partido nazista ao poder, esta que se concretizaria em 1933, cuja tendência é antecipada por Sergio Buarque em artigos para os jornais brasileiros³. A incursão sobre a biblioteca pessoal do historiador mostra uma quantidade razoável de publicações da filosofia teutônica da segunda metade do século XIX até a República de Weimar, como Friederich Meinecke, de quem foi aluno na Universidade de Berlim⁴, Karl Jaspers, Ludwig Klages, Martin Heidegger, Friedrich Nietzsche, assim com um gosto aparente pela poesia seiscentista de John Milton. Além, como é conhecido, da leitura em alemão de Max Weber, em especial a “Metodologia das Ciências Sociais”⁵ e “A Ciência como Vocaçãõ”⁶, provavelmente lidos durante a estadia em Weimar, como mostra o ano das edições em seu arquivo pessoal. Estes autores como se verá adiante, devem ter sido, em alguma medida, homenageados nos misteriosos cadernos da “Teoria da América”, no entanto com algumas imprecisões na primeira edição de “Raízes do Brasil”, cuja revisão nunca foi realizada pelo

³ (Siarq-SBH, Pi 25 P13, 1929); (Siarq-SBH, Pi 26 P13, 1929); (Siarq-SBH, Pi 27 P13, 1929); e (Siarq-SBH, Pi 43 P13, 1930). Neste último, de 1930, Buarque de Holanda escreve: “Exageradas ou não essas informações, o indiscutível é que a facção de Hitler constitui a única agremiação partidária nacionalista em progresso crescente na Alemanha atual. As próximas eleições ao Reichstag dirão até que ponto os últimos acontecimentos têm contribuído para esse progresso [das forças nazistas].”

⁴ (Chaves, 2008, p 397)

⁵ “*Gesammelte aufsatze zur sozial- und wirtschaftsgeschichte*” (BORA-SBH, 301.2 W388g, 1924).

⁶ “*Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*”. (BORA-SBH, 301.045 W388g, 1922).

autor, pois este adotou uma postura de extirpar suas referências da segunda edição em diante, exceção de Weber.

São surpreendentes as anotações⁷ feitas por Sergio Buarque na contracapa do hoje pouco conhecido livro de Ludwig Klages, *“Vom kosmogonischen Eros”* importante divulgador da cultura contestadora modernista alemã, muito apoiada na leitura de dois autores da filosofia do século XIX: Johan Jakob Bachofen e Friedrich Nietzsche. O último é suficientemente conhecido, ainda que muito mal interpretado em diversos momentos da história, inclusive o terrível período nazista que se erguia no horizonte próximo da Alemanha em que Buarque de Holanda se hospedava. O primeiro, no entanto, é até os dias de hoje desconhecido. Antropólogo que, em 1861, publicou obra antológica sobre organizações matriarcais pré-helênicas, *“Das Mutterrecht”* (o direito das mulheres, ou o matriarcado) nunca traduzida para o português, mas parcialmente lida em alemão por Oswald de Andrade⁸ e utilizada no nascimento do movimento antropofágico dos anos 1920. A pergunta da República de Weimar lidou com a radicalidade da ruptura com o pensamento pós-socrático, reintroduzindo a perspectiva telúrica, ou o retorno aos instintos, na concepção nietzscheniana contida no pensamento de Sergio Buarque, naquilo que o autor denomina como *“matriarchia”* ou retorno ao conceito original de organização da sociedade pela lógica criativa, viva e centrada na liberdade radical. Como o próprio Buarque de Holanda percebeu, essa concepção ampla de crítica civilizacional produzida pela filosofia alemã de fins do século XIX também desaguardaria perigosamente no nazifascismo, uma vez refeito o telurismo libertário para sua degeneração em *“mãe pátria”* e outros conceitos apropriados de Bachofen, como também do próprio Nietzsche, para a justificação do nazismo. A pergunta, portanto, ela se trata essencialmente de uma pergunta perigosa.

A mesma pergunta, que desorganizava a ordem europeia pela ascensão da Alemanha unificada após mais de dois séculos de separação, foi também elaborada por praticamente todos

⁷ (BORA-SBH, 155.3109 K661v, 1926, contracapa), mostra um esquema geral do pensamento de Bachofen, desenvolvido em *“Das Mutterrecht”*, que Sergio Buarque nomeia como *“Matriarchia”*.

⁸ A leitura de Bachofen é um mundo desconhecido para os economistas, e sequer está sedimentada na literatura comparada, no direito, na antropologia e outras disciplinas das grandes ciências sociais. (Barbosa, 2018), considera a publicação de *“Das Mutterrecht”* (1861) com a mesma estatura de *“A Origem das Espécies”* (1858) de Charles Darwin e de *“Contribuição à Crítica da Economia Política”* (1859) de Karl Marx, cujos impactos foram fundamentais, ainda que muito pouco conhecidos, na construção estética do modernismo brasileiro, especialmente com o antropofagismo de Oswald de Andrade (Carli, 2016).

os intérpretes do Brasil e, como toda questão fundamental, constantemente precisa ser refeita. No tempo desses pensadores do desenvolvimento brasileiro, acreditava-se que o nacional-desenvolvimentismo e a promessa de superação do subdesenvolvimento eliminariam os traços coloniais da sociedade brasileira. Trata-se, no fundo, da problemática básica do desenvolvimento, ainda que em condições distintas da alemã, com a presença de uma particularidade que foi a herança escravista em meio ao sistema mercantil e ao exclusivo colonial. Porém, ao invés de a pergunta levar a uma superação histórica do atraso econômico, nos trópicos brasileiros a especificidade radical reproduziu-se, renovou-se e modernizou-se nas estruturas econômicas do capitalismo financeiro contemporâneo, reforçando o problema da formação nacional sob os escombros de uma era que, para os clássicos, determinava respostas enfatizadas em categorias de análise que, hoje, devem ser recolocadas⁹.

Inspirada nas contribuições seminais de Buarque de Holanda para a interpretação do Brasil, a proposta deste capítulo é apresentar uma reflexão sobre o desenvolvimento do capitalismo ocidental como permanente *(re)escritor* de civilizações. O centro da análise é a categoria original criada pelo historiador, que sintetiza tanto a herança histórica colonial mercantil-escravista sem a presença da tradição quanto a construção de uma sociedade urbano-industrial sem a presença do moderno. Quando o ocidente expandiu-se para o Novo Mundo latino-americano e nele misturou-se a matrizes africanas e indígenas para gerar outro habitante, de qualidades radicalmente distintas de cada elo de sua tríplice matriz, nasce o tipo sociológico, econômico e político que posteriormente seria reconhecido como o *homem cordial*.¹⁰ Busca-se apresentar, no capítulo, que esse “novo homem”, nascido da especificidade radical da formação brasileira, articulou-se com as forças profundas do capitalismo, em permanente processo de

9. Exemplo disso está no próprio pensamento de Florestan, que descreve como ninguém aspectos sociais da modernização do arcaico, fonte segura para que se interprete o atual “ajuste”, entre elites e povo brasileiro, de reinserção da economia nacional aos novos fluxos internacionais, reintegrando as populações mediante, por um lado, o consumo, e, por outro, a generalização da informalidade e da desigualdade profunda do capitalismo.

Exemplo maior ainda está na forma como o próprio Buarque de Holanda executou, na primeira edição de “Raízes do Brasil”, uma das mais intensas sínteses sociológicas do Brasil num único conceito, o Homem Cordial, para, depois, ele mesmo, diminuir sensivelmente seu potencial explicativo nas edições seguintes, cujo debate será resgatado adiante, neste capítulo.

¹⁰. Para identificação deste tipo sociológico, ver o clássico (Dahrendorf, 1969).

subordinação e autonomização entre distintas civilizações no mesmo ocidente, mantendo como referência a centralidade de *Raízes do Brasil*.

1.2. O nascimento consciente do Homem Cordial

Apesar de fortemente associado à obra individual de Buarque de Holanda, o conceito de *homem cordial* somente ganhou sentido por um esforço coletivo de interpretação do Brasil, que transcendeu gerações e perpassou obras fundamentais do pensamento social brasileiro. Pelo próprio caráter pessoal do historiador, Buarque de Holanda é compreendido se exposto da forma que ele sempre foi lembrado: entre amigos. A leitura de clássicos do pensamento brasileiro, considerando antagônicos espectros interpretativos, aponta um incômodo que permaneceu inconsciente por gerações, ora obliterado, posto que exercido seus determinantes, ora se mostrando objetivamente na força criativa e organizadora da formação nacional, na fonte da especificidade e da diferença formadora da identidade brasileira. Esse incômodo é anterior à nação, acompanha-a como pedra fundamental da identificação do que é ou não é ser brasileiro. O incômodo da não nação, da “anti-nação”, produzido pela expansão mercantil de outras nações, de formar-se como colônia objetivada pelo grande negócio mercantil (Prado Jr, 1996) e, concomitantemente, ter atribuído a seu território explorado do Novo Mundo o imaginário de homens do Antigo Regime, do Éden descoberto em seus eldorados e amazonas (Holanda, 1958). O paradoxo do “paraíso explorado”, identificado por Buarque de Holanda, incomoda e produz uma sensação de desterro¹¹ em própria terra, de uma incompletude originária, de um nascimento sem origem teleológica.

Organizadas as condições de ocupação exploratória da colônia, o “anti-embrião” do nacional misturou-se ao caráter mercantil da subordinação da riqueza social ao tráfico¹² e monta-se uma sociedade dinamizada pelos fluxos internacionais de intercâmbio mercantil, qual fosse o tipo de mercadoria, principalmente a mercadoria homem. O fundamento da espacialidade territorial brasileira, como bem definiu Frei Vicente do Salvador, foi tatear como caranguejos as costas marítimas. A feitorização, em seu significado absoluto, permeou todas as

¹¹. “Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, *somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.*” (Holanda, 1982; p3, grifo nosso)

¹². Para aprofundar o entendimento do caráter mercantil e da força explicativa do tráfico na formação colonial e do escravismo no Brasil, ver (Novais, 2001).

esparsas relações sociais da colônia, que se interiorizou ao longo do século XVI e XVII sob os mesmos princípios dessocializantes, transitórios e, fundamentalmente, anti-identitários da exploração mercantil. Contíguo a esse processo, o tráfico, ou o capital da acumulação *no trânsito*, introduziu ao éden explorado o segundo estágio da formação nacional. A vinda das instituições portuguesas encontrou-se adaptada pela feitorização e potencializou a negação do trabalho e a positivação do imediatismo aventureiro, tradições da península europeia que, por sua natureza pioneira, formou Estados burgueses anteriores à revolução burguesa, logo estabelecidos sob a lógica do antigo regime. O substrato ibérico fora a base primária de sustentação da identidade nacional, como ensina Buarque de Holanda.

No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns de nossos patriotas, é que ainda nos associa à Península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que sujeitou mal ou bem a essa forma (Holanda, 1982, p 11).

Esse impulso primordial, no entanto, permaneceria no vácuo da não nação, a menos que a cultura ibérica, originada da reconquista, encontrasse com matrizes antagonicas e, por meio da interação física das culturas, corpos miscigenados nasceriam e comporiam uma sociedade distinta da Europa, da África e da Ameríndia. Esta sociedade colonial nasce do antagonismo criativo entre matrizes, cujo elemento organizador foi a compulsão pelo negócio mercantil, introduzida pelo tráfico. Em suma, o produto mercantil colonial representava elementos de uma antissociedade que estabeleceu, no entanto e ao mesmo tempo, as bases constituintes de um devir identitário. Na fundamental passagem de Gilberto Freyre:

Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade (...), um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo. (Freyre, 1978, p 53).

Os mundos opostos da formação colonial mercantil e escravista transferir-se-iam a novos antagonismos à medida que as forças internas produziram uma identidade própria, partindo da negatividade de tudo o que antes compunha o espaço colonial. Pouco a pouco, as matrizes originais são “expurgadas” (no sentido de purificadas, de perderem sua força presente de pecado original e se transferirem ao passado do processo de identificação da brasilidade) do espaço nacional, dando lugar à nova identidade, mantendo uma vaga ideia de herança comum e, por isso, digna de memória.

A violência como meio, por sua vez, organizou diretamente as relações do homem livre e pobre entre eles e deles com o patriarcado por meio da submissão do favor. Carvalho Franco (1976) sugeriu uma compreensão sobre os homens livres na sociedade escravocrata, na qual a não separação entre o público e o privado limita o monopólio legítimo da violência pelo Estado. A violência, na sociedade escravista, organizou o homem livre na estrutura do favor e produz bloqueios à racionalização social ainda que seja uma parte extraordinariamente criativa na sociedade brasileira. O favor integrou e submeteu o homem livre pobre aos serviços oferecidos pelo senhor e constitui a base do patriarcalismo como sistema político – radicalmente distinto do patriarcado romano, pois não se constitui como uma consequência de uma cisão entre público e privado, e sim de uma imbricação entre estes.

A imbricação do público e do privado também produziu um sistema econômico calcado na prevalência do patrimônio como referência para a riqueza, cujo papel da renda, raramente circulante na sociedade escravista ou nas relações entre homens livres e pobres, sempre foi reduzido. O patrimonialismo foi herdado da experiência portuguesa (Faoro, 1975), mas também fermentado e transmutado em formas privadas de reprodução da riqueza patrimonial, pois não é somente o encontro de um Estado absolutista e burguês formado antes de haver tanto o novo sistema burguês quanto o antigo regime feudal, mas também sua incorporação microeconômica, na unidade de sustentação colonial, no complexo das casas-grandes e das senzalas.

Nessa intersecção das esferas público-privada, “formiga” uma sociedade na qual a ordem, dada pela norma, pelo império da lei, pelo monopólio legítimo e racional do Estado sobre a violência, está em constante contradição com a desordem da vida privada, desse patriarcado, do escravo e, especialmente, dos homens livres e pobres na estrutura imediata, quase anárquica e transitória do favor em sua forma negativa, pois é construído não segundo laços de solidariedade, mas sim por necessidades urgentes de sobrevivência. Ao comparar a identidade desse homem livre e pobre na obra literária “Memórias de um Sargento de Milícias”,

de Manuel Antônio de Almeida, contida no personagem Leonardo Pataca, com Lázaro, da obra romântica “Lazarillo de Tormes” (autor desconhecido) – este talvez o primeiro romance da história, sobre o aprendiz que serve incondicionalmente aos maus-tratos de distintos mestres – , Antonio Candido ensina, sobre a dialética da malandragem:

É burla e é sério, porque a sociedade que formiga nas Memórias é sugestiva, não tanto por causa das descrições de festejos ou indicações de usos e lugares; mas porque manifesta num plano mais fundo e eficiente o referido jogo dialético da ordem e da desordem, funcionando como correlativo do que se manifestava na sociedade daquele tempo. Ordem dificilmente imposta e mantida, cercada de todos os lados por uma desordem vivaz, que antepunha vinte mancebias a cada casamento e mil uniões fortuitas a cada mancebia.

Sociedade na qual uns poucos livres trabalhavam e os outros flauteavam ao Deus dará, colhendo as sobras do parasitismo, dos expedientes, das munificências, da sorte ou do roubo miúdo. Suprimindo o escravo, Manuel Antônio suprimiu quase totalmente o trabalho; suprimindo as classes dirigentes, suprimiu os controles do mando. Ficou o ar de jogo dessa organização bruxuleante fissurada pela anomia, que se traduz na dança dos personagens entre lícito e ilícito, sem que possamos afinal dizer o que é um e o que é o outro, porque todos acabam circulando de um para outro com uma naturalidade que lembra o modo de formação das famílias, dos prestígios, das fortunas, das reputações, no Brasil urbano da primeira metade do século XIX. Romance profundamente social, pois, não por ser documentário, mas por ser construído segundo o ritmo geral da sociedade, vista através de um dos seus setores. E sobretudo porque dissolve o que há de sociologicamente essencial nos meandros da construção literária. Candido (1970, p. 79-80)

O malandro que vive na dialética da ordem e da desordem assistirá e será produzido pela obnubilação e expurgo das matrizes fundamentais que compuseram o povo brasileiro, no processo que Darcy Ribeiro (1995) nomearia transfiguração étnica. A começar pela matriz ameríndia, com a política de Pombal (1750-1777), a proibição do trabalho compulsório indígena e expulsão da ordem jesuíta da colônia separa das relações cotidianas o contato direto entre o índio e o outro, ainda que mantidas as estruturas de compadrio (“cunhadismo”) como fundamentais nas organizações familiares brasileiras. Certamente, o processo de miscigenação não cessa por esta medida, mas o índio não aculturado deixa a cena do antagonismo de matrizes para tornar-se algo de um passado sempre presente da consciência social, uma memória oculta de variantes civilizacionais nunca testadas e que teimam em oferecer respostas inesperadas a problemas típicos do caraíba moderno.

O mesmo processo sucede-se com a matriz portuguesa. A independência colonial, após a “inversão brasileira” (1808-1820), detona o expurgo das estruturas identitárias do português para afirmar o Estado nacional de acordo com a interpretação liberal da estrutura de poder, interpretação europeia não ibérica dos sistemas políticos, posto que o pensamento lusitano se tenha manifestado, em solo português, muito mais simpático às novas correntes do liberalismo do que a face metropolitana e patrimonialista do mesmo império na colônia. A identidade das elites com o centro português, e suas universidades, permanece no ethos intelectual dos primeiros pensadores da nação, sem que, no entanto, fossem bloqueados os caminhos da criatividade e inventividade da tropicalização.

A matriz africana, por sua vez, será expurgada com o fim do homem-coisa, da longa e persistente escravidão encampada pelas elites pós-coloniais à revelia de um mundo crescentemente assalariado do capitalismo industrial. A escravidão, em sua inovação ibérica, ou seja, mantida pelo tráfico, reproduzia o contato direto com a cultura africana na figura do negro boçal e, aprendido a língua portuguesa, ladino, cujo nexo umbilical entre continente Africano e Novo Mundo fora progressivamente cortado a partir do fim do tráfico em 1850. Assim como com a matriz indígena, o expurgo não resolve a situação de exclusão que seus descendentes enfrentam em solo brasileiro. O expurgo, no entanto, é meramente identitário, nunca um processo civilizatório, como uma solução de um problema, antes ocorre no Brasil o permanente equacionamento de tensões.

Ao longo do expurgo das matrizes e após, permanecem os antagonismos, que, em solo imperial do paradoxal liberalismo escravista, consolidarão o desenvolvimento do *homem cordial*. A persistência do antagonismo entre senhor e escravo é crucial para sedimentar os valores patriarcais e da negatividade do trabalho, enquanto o avanço do processo de miscigenação transfigura etnicamente as três matrizes, estranhas umas às outras, num novo sujeito, identificado pela negação de todos seus predecessores. Ribeiro (1995, p.131) explica:

O brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carência essencial, para livrar-se da ninguentude de não índios, não europeus e não negros, que eles se veem forçados a criar sua própria identidade étnica: a brasileira.

Este é o homem brasileiro, que aos fins do século XVIII já se encontrava em grande número na colônia.¹³ Importante salientar, como faz Ribeiro, que esse povo está dotado de uma identidade única de negatividade, constituindo-se na fuga do sentimento de ser ninguém, logo desprovido de um sentido teleológico, predestinado, característico das matrizes que a gestaram.¹⁴ O incômodo, no entanto, permanece como tônica da interpretação do que seria ou não próprio do nacional.

O problema de identificar algo formado pela negação de matrizes definidas aparece primeiramente nos discursos de homens do Império, centrado mais no antagonismo entre Velho e Novo Mundo, rogando, em geral, a superioridade da primeira sobre a segunda. É, por um lado, o auge do eurocentrismo racista, das teses de branqueamento, negadoras da essência identitária do povo brasileiro, no limite, da própria existência do povo; e, por outro lado, do antagonismo entre uma identidade “fermentada” pela vinda das instituições ocidentais aos trópicos e a relação subordinada que esta assume no continente metropolitano. Ou, nas memórias de Joaquim Nabuco:

Nós, brasileiros – o mesmo pode-se dizer dos outros povos americanos – pertencemos à América pelo sentimento novo, flutuante, do nosso espírito, e à Europa, por suas camadas estratificadas. Desde que temos a menor cultura, começa o domínio destas sobre aquele. A nossa imaginação não pode deixar de ser europeia, isto é, de ser humana; ela não para na Primeira Missa no Brasil, para continuar daí recompondo as tradições dos selvagens que guarneciam as nossas praias no momento da descoberta; segue pelas civilizações todas da humanidade, como a dos europeus, com quem temos o mesmo fundo comum de língua, religião, arte, direito e poesia, (...), desde que haja um raio de cultura, a mesma imaginação histórica. *Estamos assim condenados à mais terrível das instabilidades(...)* (Nabuco,1963; p.39, grifo nosso)

¹³. “O resultado fundamental dos três séculos de colonização e dos sucessivos projetos de viabilização econômica do Brasil foi a constituição dessa população – de 5 milhões de habitantes, umas das mais numerosas das Américas de então –, com a simultânea deculturação e transfiguração étnica das suas diversas matrizes constitutivas. Até 1850, só o México (7,7 milhões) tinha maior população que o Brasil. O produto real do processo de colonização já era, naquela altura, a formação do povo brasileiro e sua incorporação a uma nacionalidade étnica e economicamente integrada” (Ribeiro, 1995, p 159).

¹⁴. Abordagem semelhante sobre este fenômeno do nacional por negação foi feita por Schwarz (1986).

O incômodo desse “novo homem” arrastar-se-á pelo século XIX, na primazia da dualidade entre senhor e escravo. O setor “arcaico”, agrário-escravista, porém desprovido do mundo das tradições do feudalismo, subordinava o pequeno mundo moderno assalariado e urbano no Brasil Colônia e Império e estava, por sua vez, determinado pela acumulação mercantil, articulado, ora autônoma, ora subordinadamente à economia-mundo. Este novo homem, no entanto, ao longo do século XIX, cada vez mais se distanciava do irreversível processo de constituição industrial no mundo, fato este que será revertido no próximo século.

Abolida a escravidão, expurgada a última matriz e ruído a base oculta do Império, a República Velha, de onde esta condição levou a reproduzir uma sociedade sob a negação do trabalho, será marcada pelas dúvidas da nação dividida entre afirmar sua especificidade ou ignorar a marca reproduzida pelo cativo. Na República Velha, auge da mistura ideológica do positivismo¹⁵, aprofundou-se a solução para o escravo residida na “importação” da mão de obra assalariada, preenchendo o vazio mercado de trabalho que cá se encontrava. O homem brasileiro, fruto de antagonismos, encontra-se diante de um novo processo de transfiguração étnica, a imigração europeia, que assimilará parte importante dos novos ventos industriais à cultura senhorial, sem, no entanto, descaracterizar a sociedade pós-colonial em seus determinantes. Antes de ser uma solução estruturante da nova sociedade, a constituição do mercado assalariado no Brasil tendeu a perpetuar as bases patriarcais, regionais e ruralistas em uma sociedade voltada para a agroexportação, porém, cada vez mais perturbada, em sua delicada harmonia, pelas crescentes populações urbanas dependentes de importados, como também pelo movimento complexo de urbanização das elites agroexportadoras, principalmente na região cafeeira paulistana.

O complexo agroexportador dava origem ao projeto de assalariamento e, fundamentalmente, de sujeito moderno capitalista, segundo moldes de uma sociedade negadora do trabalho e afirmadora do poder pessoal. Antes de um homem frio, impessoal e calculista como um Rothschild ou um Rockefeller, o capitalista moderno brasileiro parece-se mais como Paulo Honório, personagem de Graciliano Ramos em *São Bernardo* (1934), quando o inesquecível literato revela ao final a imagem física perturbadora do empresário nacional: miúda das partes relacionadas ao espírito, uma cabeça demasiada pequena e os membros

¹⁵. Para uma investigação do positivismo na crise do Império e início da República Velha, ver Gonçalves (1989).

superdimensionados; uma espécie estranha, de ideias fora dos lugares, que provoca incômodo persistente.

Foi deste modo que a vida me inutilizou. Sou um aleijado. Devo ter um coração miúdo, lacunas no cérebro, nervos diferentes dos nervos dos outros homens. E um nariz enorme, uma boca enorme, dedos enormes. (Ramos, 1976, p 171).

O brasileiro define sua identidade caminhando sobre um paradoxo. Esse novo homem não se parece em quase nada com o homem europeu, salvo por ser parte negativa deste europeu, do homem africano, e do homem ameríndio. O paradoxo é que a definição negativa do ocidente, da matriz europeia não criou um anti-ocidente, mas sim uma variação ocidental única, e a negação do homem civilizado pelo espírito não criou o bárbaro, mas a civilização da afetividade (positiva e negativa, polida e bárbara), em que Buarque de Holanda chama seu habitante de *homem cordial*. Holanda atribui a “invenção” do termo “homem cordial” a Ribeiro Couto, em carta dirigida a Alfonso Reyes provavelmente em 1931. (Holanda, 1982, p.106). O termo de Ribeiro Couto, no entanto, emprestava mais ênfase aspectos positivos, idílicos, do contato entre o homem a cultura egoísta europeia com a mulher da “América primitiva”:

Nossa América, a meu ver, está dando ao mundo isto: o homem cordial. O egoísmo europeu, batido de perseguições religiosas e de catástrofes econômicas, tocado pela intolerância e pela fome, atravessou os mares e fundou ali, no leito das mulheres primitivas e em toda a vastidão generosa daquela terra, a família dos homens cordiais, esses que se distinguem do resto da humanidade por duas características americanas: o espírito hospitaleiro e a tendência à credulidade. (Ribeiro Couto, 1931, apud Salvatori de Decca, 2008, p. 220).

Analogamente, a negatividade da matriz africana cria uma “outra África” e, da ameríndia, uma “outra natividade”, como podemos ver na religião sincretista e na estrutura familiar do “cunhadismo”. O *homem cordial* nasce conscientemente pelas mãos de Buarque de Holanda, como a mistura disso tudo: a interação entre Europa, África e América fermentou e consolidou outra civilização e, como tal, capaz de organizar o sentido de povo latino-americano, especialmente de povo brasileiro.

Deve-se ter o máximo cuidado com o conceito de cordialidade. Como o mesmo Buarque de Holanda manifestou a partir da segunda edição de *Raízes do Brasil*, em resposta a manifestações apologéticas expressas em Ricardo (1959) à cordialidade do brasileiro, não se trata da cordialidade somente pelo seu lado positivo, afinal “(...) não há nenhuma contradição na violência do homem cordial. Ora, ele tanto pode ser *muito* violento quanto *exageradamente* cordato, *muito* amoroso quanto rancoroso *ao extremo*, Muitas vezes pode sê-lo simultaneamente, e sempre com grande intensidade. Na perfeita expressão espanhola, trata-se de *vivir de corazonada*: viver como o coração ordena. As razões do coração obedecem a uma lógica particular, a lógica afetiva, definidora do espaço privado de convivência.” (Rocha; 2004; p36; grifo nosso).

É importante comentar que Buarque de Holanda imprimiu uma apresentação estética na primeira edição de *Raízes* mais poderosa do que na segunda. João Cezar de Castro Rocha (2008) faz uma minuciosa análise comparativa entre a primeira edição de *Raízes* com as outras, especialmente a quinta edição, considerada “definitiva”. O tema central da análise é o conceito de “desterro”, ou do estranhamento que o brasileiro possui em relação a uma identidade ocidental. Transplantados de mundos distantes, a cultura europeia choca-se com as tradições antigas pré-colombianas locais e isso produz efeitos distintos na primeira edição de *Raízes* em relação às outras. Rocha argumenta que a primeira edição possui um vocal mais tendente para o conflito não resolvido, uma amplificação da “metodologia dos contrários” tão bem definida por Antonio Candido (2008) como o pensamento buarquiano mais elevado, mais radical.

No entanto, as ambiguidades desse choque são maiores na primeira edição, dando a entender que houve algum sucesso na transplantação dessa cultura em solo nacional, o que é modificado totalmente para a ideia de fracasso nas edições posteriores. De todo modo, o “desterro” mantém seu significado de nacionalidade negativa, a formação da identidade por contrários, mas num projeto que não foi bem sucedido em solo brasileiro. Como mostra Paulo Meira Monteiro (2008), o centro ontológico da discussão de *Raízes* é o conflito “família-cidade” provocado pela urbanização e modernização do Brasil pós-colonial, pós-escravista e patriarcal. A família consistia no laço afetivo e político da sociedade brasileira, sentidos esses que são destruídos pela modernização. Sergio Buarque, na primeira edição de *Raízes*, tratou esse conflito de forma mais aberta, irresoluta, modernista, centrando suas forças na possibilidade de nascimento de algo novo, diria “superior”, ao gosto de Nietzsche, mas deixou

este ímpeto dormente nas próximas edições, relegando o Homem Cordial a uma condição passada, rural, que deveria ser progressivamente absorvida pela máquina do moderno.¹⁶

Na primeira edição, salta os olhos a citação de Sallustio,¹⁷ historiador de Roma e – abrindo o capítulo IV “O homem cordial” – do maravilhoso poema “*The Traveller*”, de Oliver Goldsmith¹⁸, que estranhamente é confundido por John Milton, mais notório de Goldsmith, porém separados por mais de um século de distância (Milton escreveu durante o século XVII), e cujo erro nunca seria reparado, pois a epígrafe foi suprimida na segunda edição, junto com Sallustio e a terceira epígrafe, no último capítulo da primeira edição, denominado “Nossa Revolução”, Sergio Buarque o abre com parte¹⁹ do aforismo de Nietzsche sobre a crítica a Kant do livro “*O Anticristo*”.

¹⁶ O leitor economista já deve estar cansado dessas longas digressões de pensamento social comparado, mas tenha a esperança que o crucial que definiu essa passagem de Sergio Buarque entre conceitos é a forma como se processou o desenvolvimento econômico do Brasil nos anos 1930 em diante.

¹⁷. “*Hi postquam in una mœnia convenere, dispari genere, dissimili lingua, alius[alli] alio more viventes, incredibile memoratu est[,] quam facile coalurient*”. (Sallustio, *Catilineae coniuratio*: VI *apud* Holanda, 1936, cap 2, p.16). Em tradução clássica de Barreto Feio (2016): “Depois que estes homens juntaram-se sobre uma localização fortificada, homens de diferentes raças, falando diferentes línguas, vivendo diferentes costumes, é incrível lembrar como eles facilmente se aglutinaram”.

¹⁸. “*How small of all that human h[e]art[s] endure/ that part that Kings or laws can cause or cure [!]*”. (Milton, J. [Goldsmith, O.] *apud* Holanda, 1936, cap 5, p.90). Em tradução livre: “Quão insignificante é o que o coração humano suporta, aquela parte em que reis e leis podem causar ou curar!”. A confusão dos nomes, no entanto, em nada altera a importância do poema escolhido por Buarque de Holanda. Na epígrafe desse capítulo, é reproduzida a última estrofe, que dialoga profundamente com toda proposta teórica de *Raízes do Brasil* em seu momento mais crítico, que é a formulação de um conceito de Homem distinto dos tipos ocidentais disponíveis, mas que, ao mesmo tempo, seria capaz de disputar com todos a universalidade do projeto civilizatório. Essa observação foi registrada originalmente por Pedro Meira Monteiro ao atribuir a notação a Samuel Johnson, ainda que a fonte utilizada por Buarque de Holanda não tenha sido localizada (Monteiro, 2008, nota 1, p.358). Essa confusão de Sergio Buarque é deveras misteriosa, pois consta de sua biblioteca pessoal exemplar das obras completas de John Milton, de 1904, sem, obviamente, nenhuma pista sobre a referência enxertada no livro de 1936 (BORA-SBH, 821.4 M642p).

¹⁹ “*Ein Volk geht zugrunde, wenn es seine Pflicht mit dem Pflichtbegriff überhaupt verwechselt.*” (Nietzsche *apud* Holanda, 1936, cap.7, p 134). É uma citação do aforismo XI de “O Anticristo”, em que Nietzsche rejeita o “imperativo categórico” kantiano, ou as ideias de virtude, bondade e verdade “em-si” (geradas

As três epígrafes, exclusivas da primeira edição de “Raízes do Brasil”, são extremamente poderosas: a primeira trata da origem de Roma como o encontro da diversidade étnica fundadora do Império da harmonia do Estado; a segunda é parte de uma viagem poética de Goldsmith entre Itália, Suíça, Bélgica e França, sua comparação ao Reino Unido e a negação do poeta do poder das leis e do Estado, supressor da afetividade e da razão, essas características da vida doméstica. Ambas reforçam uma distinção clara entre a vida privada e vida pública e versam sobre a fundação de dois grandes impérios e sobre a constituição do Ocidente. O diálogo entre estes autores separados por séculos (Sallustio, Goldsmith, Nietzsche e Buarque de Holanda) cria uma narrativa universal²⁰ para o *homem cordial* como uma contribuição do Brasil para a história do Ocidente, um capítulo a mais e, portanto, parte indissociável do tempo do mundo ocidental, que se formou no encontro de etnias, expandiu-se nos reis e nas leis e reencontrou-se com a afetividade que não aceita separações entre o bem e o mal.²¹ Tamanha

independentemente). “Uma nação [ou povo] se reduz a ruínas quando confunde seu dever com o conceito universal de dever”.

²⁰ Sem, evidentemente, se confundir com um “imperativo categórico” kantiano. Universal no sentido de que compõe a genealogia do Ocidente, não se trata de uma peça estranha à sua história.

²¹ Leopoldo Waizbort (2011) e Ernani Chaves (2008), são dos poucos pesquisadores a abordarem a raiz nietzschiana da primeira edição de Raízes 1936. O primeiro o faz em bases distintas desta tese. O argumento do autor é que Buarque de Holanda utiliza o pensamento de Nietzsche para negar qualquer experiência de democracia liberal como positiva para o Brasil, ou, como mesmo escreveu Buarque de Holanda, um “lamentável mal-entendido”. Essa passagem, contida nos capítulos finais do livro, foi frequentemente mal interpretada, quase na mesma intensidade que a passagem sobre o Homem Cordial. Evidente que há um elemento claramente anti-liberal no pensamento buarquiano, mas o sentido que se aparece quando se considera o conjunto estético completo da primeira edição de Raízes, que tentamos esclarecer neste capítulo, é bastante distinto. Antes de uma “inadequação” de projetos, provocada pela introdução de instituições impessoais do ocidente em uma sociedade escravista, ibérica e lusitana regida pela afetividade, a recusa de Buarque de Holanda da democracia liberal estrita para a pretensa defesa de um estado oligárquico não pode ser entendida como uma afirmação de valores políticos conservadores (Waizbort, 2011, p.42). Novamente, o que dirigiu a crítica de Buarque de Holanda naquele período foi o Modernismo, entendido sempre como a crítica brasileira do moderno, e o impacto de Sergio Buarque com o pensamento alemão de Weimar, mas o contexto histórico que deve julgar essa influência é anterior à experiência do nazi-fascismo. Waizbort cita apenas a epígrafe de Nietzsche para compor o argumento, mas não se pode esquecer das epígrafes de Sallustio e de Goldsmith, que, juntas, formam um arco estético bastante distinto do que se trata essa “liberação dos instintos”. Nisso há maior concordância com o argumento de Ernani Chaves, em que este recupera o complexo debate no interior da escola historicista alemã de finais do século XIX até o fim da

tarefa civilizatória, no entanto, não deixa de ser um constante incômodo à formação brasileira, muito mais centrada no seu “particularismo” cordial do que no seu “papel para o mundo”, como crítica do homem moderno.

Esse incômodo persiste como a lógica da sociedade brasileira no século XX e ao tempo presente. Uma sociedade imbricada pelas esferas públicas e privadas do mundo patriarcal encontrou-se, na desarticulação do sistema agroexportador – durante a crise de 1929 –, em meio ao já crescente processo de transbordamento da acumulação cafeeira para novos setores da produção interna. O momento representou um ponto crítico das tensões do *homem cordial*, no qual aquilo que, no século XIX, apenas se manifestara episodicamente nas figuras dos industrialistas conservadores (exemplo de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Paulino José Soares de Sousa – Visconde do Uruguai –, Alves Branco e, finalmente, Rui Barbosa) e abolicionistas como Joaquim Nabuco, agora despontava para possibilidade real de um projeto industrial-modernizador como saída à reprodução da sociedade nacional.

Nesse período crucial da formação do Brasil, a opção industrialista e a construção política do nacional-desenvolvimentismo apoiaram-se na promessa de que a condição agrário-escravista representava o passado bárbaro que deveria ser negado pela aceleração do modo urbano-industrial de vida na década de 1930. O Modernismo da década de 1920, fundamental ao pensamento de Buarque de Holanda e afirmador da identidade cordial antropofágica, crítico do Brasil romântico e racista, deu lugar, na preferência de artistas e intelectuais, à confusa e muitas vezes frustrante modernização do Estado Novo.

Ainda que tenha germinado a geração de 1930, no dizer de Antonio Cândido, dos grandes intérpretes do Brasil, o modernismo pode ser visto, sob a ótica da formação nacional, como um pico das contradições entre o dilema de superar a dualidade arcaico-moderno sob a mutualidade entre capitalismo periférico e homem cordial ou explodir as bases coloniais por

República de Weimar e como Sergio Buarque mergulhou profundamente nas suas contradições filosóficas, dentre as quais o pensamento nietzschiano, associado posteriormente mais à filosofia da vida de Dilthey que à degeneração nazi-fascista a que foi vítima. No entanto, nem Sergio Buarque, tampouco os próprios defensores de um Nietzsche próximo do humanismo de Basileia de J.J. Bachofen, venceram a batalha do seu resgate histórico, especialmente nos anos 1970 no Brasil, pois “sobre Nietzsche pesava e pesa ainda hoje, em alguns setores da intelectualidade brasileira, o veredicto da ‘irracionalidade’ e ‘fascista’, posição que se encontra em continuidade com o tipo de crítica que o Luckács da *Destruição da razão* ou ainda o Habermas do *Discurso filosófico da modernidade* também fizeram ao autor de *Zaratustra*.” (Chaves, 2008, p.400).

uma industrialização completa da sociedade, na qual a lógica da acumulação encarregar-se-ia de extirpar as raízes cordiais do Brasil arcaico. Pode-se observar, sobre o Modernismo, a aceitação sem reservas do homem cordial no excerto de Oswald de Andrade, no Manifesto Antropófago de 1928, a ponto de a identidade nacional reivindicar-se como parte indissociável da história universal do homem, sem a qual o moderno ocidental – graças a seu espectro no outro ocidente – sequer teria existido:

Queremos a Revolução Caraíba. Maior que a Revolução Francesa. A unificação de todas as revoltas eficazes na direção do homem. Sem nós, a Europa não teria sequer a sua pobre declaração dos direitos do homem. A idade do ouro anunciada pela América. A idade do ouro. E todas as girls.
(ANDRADE; 1928; p 4)

Antes de ser uma exacerbação sem limites da especificidade brasileira, o que se observava no Modernismo era uma disputa profundamente civilizatória do papel do Brasil no mundo, como se o país estivesse prenhe de uma revolução “maior que a francesa”, portanto, um processo de gerar, por si mesmo, uma ruptura histórica e a criação de uma nova sociedade e de um novo homem. O espírito da década de 1930 “contaminou” a interpretação do Brasil pela obsessão em demonstrar sua especificidade em relação ao mundo, rompendo inclusive com as teses deterministas e racistas do pensamento social construído desde o final do Império.

Essa hipertrofia do *homem cordial* é contemporaneamente criticada por setores progressistas da sociedade, esperançosos que o arcaico-moderno ainda pudesse ser superado. Como ensaiado por Roberto Schwarz:

Na década de 1920 o programa pau-brasil e antropofágico de Oswald de Andrade também tentou uma interpretação triunfalista de nosso atraso. A dissonância entre padrões burgueses e realidades derivadas do patriarcado rural forma no centro de sua poesia. (...) O desajuste não é encarado como vexame, e sim com otimismo — aí a novidade—, como indício de inocência nacional e da possibilidade de um rumo histórico alternativo, quer dizer, não burguês. (...) A ideia é aproveitar o progresso material moderno para saltar da sociedade pré-burguesa diretamente ao paraíso. O próprio Marx na carta famosa a Vera Sassulitch, de 1881, especulava sobre uma hipótese parecida, segundo a qual a comuna camponesa russa alcançaria o socialismo sem interregno capitalista, graças aos meios que o progresso do Ocidente colocava à sua disposição (Schwarz, 1986).

Essa trajetória inicial do Modernismo aproximou inclusive o jovem Buarque de Holanda de Gilberto Freyre,²² momento em que o primeiro elogiou largamente a obra *Casa Grande e Senzala*, sobre a qual disse ser “o estudo mais sério e mais completo sobre a formação do Brasil” (Holanda, 1936, p.105). Nada mais efêmero que a convivência entre o progressismo antropofágico de Buarque de Holanda e o conservadorismo nostálgico de Gilberto Freyre, ambos unidos na crítica da promessa do moderno do mundo desenvolvido, como se a modernidade pudesse ser simplesmente transposta aos trópicos. À medida que o modo urbano-industrial tomou forma e dinamismo na sociedade brasileira, a modernização apareceu como uma face oculta do modernismo originário, que por este último será negado.

A evolução do debate com Gilberto Freyre não escapou de uma mudança brusca da segunda edição de *Raízes do Brasil*. Toda a citação elogiosa e o nome de Freyre são suprimidos do texto revisado, permanecendo, no entanto, a estrutura argumentativa do parágrafo. O Modernismo os aproximou na década de 1930, no entanto, na década de 1940, já sedimentada a experiência da modernização promovida desde o Estado Novo (1937), as diferenças insuperáveis entre a abordagem de ambos se sobrepuseram às circunstanciais convergências promovidas pela Semana de 1922, que, a propósito, não foram de participação direta de nenhum de ambos, pois Sergio Buarque morava no Rio para cursar a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1921-1925), posto que nomeado “embaixador paulista do Modernismo na capital federal”²³, enquanto Gilberto Freyre sempre se colocou como crítico do movimento “cômico” paulista.

Também as afirmações radicais sobre a cordialidade contidas na primeira edição de *Raízes do Brasil* deram vazão a interpretações apologéticas da “bondade” do homem brasileiro como uma entrega original ao mundo. As críticas de Cassiano Ricardo sobre tais afirmações seriam dura e rispidamente respondidas por Buarque de Holanda na segunda edição. Apesar de Buarque de Holanda claramente manifestar o desconforto com a interpretação exacerbada do conceito de homem cordial como se este fosse uma contribuição puramente positiva do Brasil

²². Não por menos, a coleção *Documentos Brasileiros*, do editor José Olympio, cujo primeiro volume foi o inédito *Raízes do Brasil*, foi coordenada por Gilberto Freyre. As intersecções teóricas entre o *homem cordial* e o patriarcado brasileiro permitem uma extrapolação da análise para além da contenda que se estabelecerá entre os patronos sobre a natureza “democrática” ou “excludente” da formação brasileira (Rocha, 2004, cap 2).

²³ (Guimarães, 2008, p 43)

para o mundo, a transformação do clássico Raízes do Brasil entre a primeira edição (1936) e a segunda (1947) seguiu mudanças mais estéticas do que em seu conteúdo. Contrário ao que argumenta Cassiano Ricardo na sua tréplica da crítica à primeira edição de Raízes e lendo as modificações da segunda edição, a ênfase do historiador no caráter semântico da palavra “cordial” – não associada à bondade, mas à tomada de decisão pela lógica da afetividade, pelas leis do coração, e não do espírito, da razão – não compromete a originalidade da contribuição do Brasil para o mundo.

Para Ricardo, o *homem cordial* operar pela lógica da afetividade não seria uma exclusividade do brasileiro, estaria contido em qualquer homem ocidental marcado pelo conflito entre razão e afetividade. No entanto, deve-se notar que é precisamente essa pretensão universalista do *homem cordial* que define sua força explicativa como um conceito, e não o suposto exclusivismo brasileiro do *homem cordial* como “homem bom”.

Essa aceitação radical de antagonismos, que a razão insiste em separar, está profundamente ligada ao ideário proposto pela filosofia de Nietzsche, com a qual Buarque de Holanda teve contato durante sua estadia na Alemanha de Weimar, do final da década de 1920 até o começo de 1930, quando foi introduzido à filosofia logocêntrica de raiz nietzscheneana de Ludwig Klages, donde o historiador define, em conversa com Manuel Bandeira, como uma filosofia “*da libertação dos instintos*” (in Martins, 2009, p. 42). Essa perspectiva permite compreender a riqueza interpretativa de Buarque de Holanda, para muito além da imagem, ainda que correta, de um dos primeiros pensadores brasileiros adeptos da concepção de Max Weber. Ademais de um dos primeiros weberianos brasileiros, a matriz filosófica de nietzscheneana de Buarque de Holanda, por meio de Klages, como também a crítica ao racionalismo soviético, compõem a figura crítica do homem cujo compromisso com a interpretação ensaística do Brasil não fazia uso de purismos metodológicos, figura essa que foi antecipada pelo próprio Manuel Bandeira como um dos fundamentos de *Raízes do Brasil*:

Estou certo que ele escreveria um livro notável, que interessaria não só a nós mas ao mundo inteiro. A mesma ausência de qualquer sistema era uma garantia da isenção com que ele nos informaria. A leve tendência que ele manifestava para a doutrina comunista, tendência que se dissipou ao contato da Alemanha nova [da República de Weimar], influenciada pela filosofia de Klages, era apenas o necessário e bastante para que ele a tudo olhasse com a simpatia desapaixonada de que não são capazes nem os comunistas militantes nem os seus adversários. E agora acabou-se! Sergio é da... libertação dos instintos... (in Martins, 2009, p. 42).

Talvez essa seja a verdadeira teleologia (a “libertação dos instintos”) que Buarque de Holanda arrisca com toda a força disponível na primeira edição de *Raízes*, mas que recua após o historiador perceber que essa força inédita do Brasil para o mundo possui uma ambivalência nem sempre desejável, quase sempre incontrolável. O espanto do autor em relação ao poder que um ensaio pode possuir sobre as pessoas que se apropriavam da primeira edição de *Raízes* levou-o inclusive a uma autocrítica com relação à própria finalidade do uso do “ensaio” como modo de expressão de um pensamento rigorosamente historiográfico.

Posteriormente, Buarque de Holanda manifestou-se sobre o conjunto das edições de *Raízes do Brasil*.

É praticamente impossível fazer uma edição modificada. Teria que mudar e desdizer muita coisa. Por exemplo: acho muito estática aquela definição do início em que falo do personalismo, do individualismo. Não posso concordar com isso hoje. O mesmo vale para aqueles trechos sobre o ladrilhador, o sementeiro: acho aquilo ensaístico demais, precisaria refazer. Mas acredito que ele ainda tem valor: o livro foi publicado em 1936 [e modificado na segunda edição, de 1947], uma época muito dura para o Brasil, quase tão dura quanto a atual [1981]. Nele afirmo que uma revolução no Brasil não pode ser uma revolução de superfície: teria que levar em conta todos os elementos mais aptos, que estão por baixo”. (Martins, 2009 , p.185 apud Musse, 2013)

O espírito interpretativo da “geração de 1930” guardava essa ambivalência entre a exacerbação da especificidade radical do Brasil e a perspectiva de superação da mesma especificidade pela força do modo urbano-industrial de vida, a destruir as raízes coloniais. O resultado desse processo, no entanto, combinou as forças díspares do Modernismo com o avanço do subdesenvolvimento na forma de um Estado nacional-desenvolvimentista, ainda que

de decisivo conteúdo urbano-industrial, e não da constituição de uma “civilização tropical” (Ribeiro, 1995). Ademais, a própria influência alemã na intelectualidade brasileira sofrerá com os horrores e a apropriação, indevida e incorreta, de parte das ideias presentes em Weimar pelo nazismo. A revelação do Holocausto e as profundas feridas abertas deixadas pelo totalitarismo após a derrota do Eixo criarão uma quarentena de diversos autores, entre os mais prejudicados F. Nietzsche, e isso é sentido pela mudança que Sergio Buarque opera da primeira para a segunda edição de Raízes. A mesma ambivalência civilizacional impregnada no pensamento mais radical de Weimar encontrará um período de declínio no pós-guerra, cedendo lugar para versões menos perigosas da crítica cultural do Ocidente.

No Brasil, a história do pós-guerra também se modifica. Inspirados contraditoriamente pela parte das ideias modernistas e, em outra parte, da ideologia do progresso extraída do positivismo, o avanço do trabalhismo getulista introduziu o Estado nacional como tutor e autocriador do proletariado moderno, misturando-se ao patronato nacional e ao capital internacional numa concepção mútua de progresso. Durante o primeiro período da industrialização (décadas de 1930 a 1950) e começo da década de 1950, desenvolveram-se as principais instituições que coordenarão a mudança de qualidade do padrão industrial. As décadas de 1950 a 1970 representam, no Brasil, o salto da sociedade agrária e rural à indústria urbana. Associado ao capital internacional, o Estado assumiu posição central na coordenação do capital nacional e na superação da infraestrutura necessária à vinda das grandes empresas monopolistas. As peculiaridades do sistema do pós-guerra permitiram o transbordamento de capitais do centro a novos espaços de valorização, apropriados pelas instituições nacional-desenvolvimentistas.

Parecia que dois grandes projetos estavam em gestação e se antagonizariam na década de 1960, quando a neutralização das raízes cordiais sob a grande indústria nacional – que superaria o subdesenvolvimento mediante plena formação nacional – seria objetivada *i)* ou pelo desenvolvimento de estruturas democrático-populares; ou *ii)* pela reconfiguração do poder senhorial para uma nova sociedade urbana e industrializada. Esses projetos, respectivamente, da democracia popular e da modernização conservadora, disputavam na sociedade o apoio necessário à plena consecução do novo destino nacional.

O avanço da democracia popular, no entanto, foi duramente bloqueado pelo golpe de 1964, no qual o Regime Militar fixou suas bases na tecnoburocracia, ampliando os instrumentos de ação do Estado, e na modernização conservadora da sociedade, como uma marcha forçada

ao progresso. O novo poder senhorial emergiu de uma sociedade plenamente transformada pela industrialização e pelo capitalismo selvagem. Ao rerelem-se os textos de intelectuais desenvolvimentistas da época, nota-se que a industrialização tinha um significado especial, mítico, de superação, ao menos o equacionamento, da ordem cordial em direção ao ocidente. Entretanto, “a industrialização chegara ao fim e a autodeterminação do capital estava, doravante, assegurada. Pouco importava que não tivesse se mostrado capaz de realizar as promessas que, *miticamente*, lhe haviam atribuído” (Mello, 1982, p. 122, grifo nosso).

O caráter *mítico* da industrialização indica que a constituição desse outro ocidente era perfeitamente compatível com a acumulação de capital, com o modo de produção capitalista, e que isso bastaria. Não haveria antagonismo entre a matriz colonial que sustentou o surgimento do homem cordial e a autoconsciência crítica no período nacional-desenvolvimentismo. A modernidade positiva, entendida como a construção de laços de sociabilidade tipicamente ocidentais calcados no princípio da igualdade, não se confunde com o capitalismo industrial, ou melhor, a sociedade da acumulação independe desses padrões modernos de sociabilidade para existir; pode adaptar-se, sem perdas dinâmicas, a estruturas de outra natureza – ainda que não se possa dizer de qualquer natureza –, que simplesmente permitam a instalação do setor autônomo da acumulação, constituindo uma sociedade industrial. O avanço da industrialização nas décadas de 1950 a 1970 expressou esse fenômeno, no qual a sociedade cordial silenciosamente se atualizou, escondida pela opulência do crescimento econômico, modernizando o arcaico, “arcaicizando” o moderno. Apontar esta atualização oculta do *homem cordial*, que emergira do nacional-desenvolvimentismo para o capitalismo financeiro altamente concentrador da riqueza e renovou seus determinantes modernos e arcaicos para o século XXI, é o escopo central na urgência de releitura dos clássicos após o processo de mítica superação da sociedade cordial.

Capítulo 2 – Sergio Buarque e a construção moderna do debate econômico brasileiro: o período pré-Furtado.

Todo pensamento democrático-liberal pode resumir-se na frase célebre de Bentham: “A maior felicidade para o maior número”. Não é difícil perceber que essa ideia está em contraste direto com qualquer forma de convívio humano de base emocional. Todo afeto entre os homens funda-se forçosamente em preferências. Amar alguém é amá-lo mais que aos outros. Há nisso uma parcialidade absolutamente estranha ao ponto de vista jurídico e neutro em que se firma o liberalismo.

Sergio Buarque de Holanda. Corpo e Alma do Brasil (1935). In (Monteiro e Eugênio, 2008, p. 595)

2.1. Formação da História do Pensamento Econômico Brasileiro

No estudo da História do Pensamento Econômico Brasileiro, existe um grande componente de contemporaneidade. Apesar do intenso desenvolvimento da teoria econômica desde a publicação d'*A Riqueza das Nações* por Adam Smith em 1776, são raros os momentos em que a disciplina embrionária dos países em processo de industrialização originário e retardatário desembocaria nos debates brasileiros, mesmo após a Independência. Ainda no período colonial, no entanto, a formação do pensamento econômico iniciada por Smith foi intensamente estudada por homens do Estado português já no último terço do século XVIII, em especial D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, durante suas viagens a Turim, onde tomou contato com as reformas do período da Ilustração e com o exemplar recém lançado d'*A Riqueza das Nações* (Aidar, 2019, p.142).

No final do século XVIII, formou-se, por meio do movimento memorialista da Academia das Ciências de Lisboa, uma geração de homens de Estado luso-brasileiros simpáticos à Ilustração. Estão entre os principais que publicaram suas memórias econômicas, durante o período de 1789 a 1815: José Bonifácio de Andrada, que produziu estudo sobre as atividades pesqueiras na colônia; José Joaquim de Azeredo Coutinho, que produziu estudo sobre o preço do açúcar; além do próprio Linhares, autor de uma interpretação razoavelmente inspirada em Smith, ou seja, anti-mercantilista, denominado “Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos na indústria das nações que as possuem, e especialmente da portuguesa (1789)” (Idem, p.143).

Um pouco à frente, a publicação do primeiro estudo de economia política no Brasil será realizada por José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú, entre 1819/20, diante da perplexidade que as revoluções abolicionistas tomavam curso no Novo Mundo, particularmente São Domingos (Haiti) (Idem, p.148). De modo geral, esse período embrionário do pensamento econômico brasileiro primeiramente pouco havia de pensamento nacional por razões óbvias, mas, acima de tudo, estava marcado pela dificuldade em libertar-se das amarras mercantilistas que o Antigo Regime insistia em reproduzir, cuja dramaticidade colonial brasileira era dada pela permanência do regime escravista e os acordos de proibição de manufaturas na colônia desde o final do período pombalino.

Ainda que sob a égide da defesa do escravismo, as contribuições de Cairú e da geração de Coimbra serão fundamentais para o primeiro movimento industrialista da recém-nação

brasileira, iniciado pelo período Alves Branco (1844), em que houve intenso debate sobre políticas de proteção nacional e de incentivos à industrialização interna. O protecionismo, no entanto, mostrou-se, por si mesmo, insuficiente para romper o imenso passado colonial e agroexportador brasileiro, dando vazão ao surgimento de um movimento industrialista, a partir de 1870, centrado nas figuras de Antonio Felício dos Santos, Rui Barbosa, Vieira Souto e Roberto Simonsen (Gimene, 2003). Novamente, a sombra escravista do iluminismo (Novais, 1995) dificultava qualquer solução estrutural ao debate econômico, ainda que tivesse produzido figuras industrialistas emblemáticas como Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá. No fundo, o caminho urbano-industrial para o Brasil era necessariamente um caminho abolicionista, e isso significava o fim da principal, senão a única, instituição nacional realmente existente no país e capaz de manter unidas regiões completamente díspares em seus interesses econômicos, porém todas elas comprometidas com a manutenção do regime escravista.

O processo de construção de um debate tipicamente econômico no Brasil tem seus primeiros sinais concretos somente no final do século XIX, com o fim do Império, o fim do escravismo, e a experiência republicana. Destaca-se neste período a publicação do livro *A Década Republicana*, de Visconde de Ouro Preto, em 1899, e os debates entre Rui Barbosa e Joaquim Murinho sobre os determinantes e origens da crise do Encilhamento, registrados nos Relatórios do Ministro da Fazenda durante as primeiras décadas da República Velha. Nesse período entre o final do século XIX até 1920, o debate econômico estava profundamente subordinado a uma proto-discussão monetária, que vai da aplicação genérica ou não da Teoria Quantitativa da Moeda a esparsos debates sobre abertura ou proteção comercial em contraponto a políticas de indução à indústria nacional, tomando o termo “indústria” por seu significado antigo, que abrangia todo processo produtivo por manufatura, inclusive algumas atividades agrícolas. De todo modo, a herança maior que esse período trará do século XIX é o embate em torno do industrialismo como estratégia crucial à sobrevivência de uma sociedade agrário-exportadora em crise, que há menos uma geração finalmente aboliu o trabalho escravo em um processo marcado por dúvidas e inconsistências.

Pouco ou quase nenhuma semelhança desse debate embrionário de economia foi transmitido para a geração que se seguiu à Semana de Arte Moderna de 1922 e ao processo intenso de fundação do pensamento social da “geração de 1930”. Essa geração viveu a intensa revolução do Modernismo nas artes e no pensamento social brasileiro e foi a protagonista intelectual das frustrações com a experiência de Modernização promovida pela Era Vargas, em

especial os rumos tomados após a decretação do Estado Novo, em 1937. No entanto, nas contribuições seminais de Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr – para mencionar os escritos apenas sobre pensamento social brasileiro –, a teoria econômica está em segundo plano, com exceção de Caio Prado, que utiliza mais evidentemente a teoria econômica marxista em sua historiografia. Não poderia ser diferente, pois o objetivo principal da “geração de 1930” estava associado a uma questão que precedia o debate econômico, cuja superação será o ponto de partida do debate econômico nos anos 1950, especialmente para Furtado: a ruptura com o eugenismo e com o determinismo geográfico.

Conforme a Introdução, o ponto de partida da historiografia econômica brasileira é a periodização dada por Tamás Szmrecsányi (2004) organizada durante 1929 a 1959, representada pelas obras: *História Econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen (1937); *Formação Econômica do Brasil: Colônia*, de Caio Prado Jr. (1942); *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*, de Alice Canabrava (1942/44); e *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado (1959). Essa excelente periodização precisa de um pequeno alargamento de tempo, para 1920, para ser corretamente aplicada a tese. Até autores como Bielschowsky (1988) e Fonseca (2014) definirem a década de 1930 como o início do “ciclo ideológico do desenvolvimentismo”, ou seja, a década que marca o início do debate econômico sobre o desenvolvimento no Brasil, a passagem de duas décadas foi necessária para a consolidação da teoria econômica brasileira em termos modernos, i.e, liberto das externalidades provocadas pelo eugenismo e pelo racismo determinista. Sequer uma *História do Pensamento Econômico Brasileiro* nesse período, que pode ser compreendido pela Revolução Modernista de 1920 até criação da *Revista Brasileira de Economia*, pelos liberais Arizio de Viana e Eugênio Gudín no começo da década de 1950, passando pela criação do estruturalista Clube dos Economistas (1955) e a publicação da primeira obra organizada de interpretação em economia brasileira, a *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, em 1959. Diferentemente do debate da República Velha, marcado pela monotonia dos debates centrados em políticas econômicas e defesas oficiais em memoriais de governo, a crise cultural da República Velha, com o advento do Modernismo, irradiou-se para o pensamento econômico brasileiro e constituiu uma nova base de partida do pensamento sobre desenvolvimento econômico que florescerá na década de 1950 em diante.

Neste capítulo, objetiva-se desenvolver os condicionantes teóricos e metodológicos do pensamento social brasileiro travado entre 1920 e 1959 que formam o ponto de partida para o

debate econômico moderno no Brasil, em especial atenção à obra de Sergio Buarque de Holanda. Esse espaço de tempo será denominado período pré-furtadiano do pensamento econômico brasileiro por uma questão referencial, e entendido como parte de uma Pré-História do Pensamento Econômico do país, pois os condicionantes modernos do debate teórico de economia não estavam explicitados na época e só seriam introduzidos organizadamente após a obra de Celso Furtado.

A periodização, na disciplina de História do Pensamento Econômico, consiste praticamente em uma guerra de conceitos à parte. Nesta tese, sabe-se das dificuldades que representam certos recortes temporais para uma ou outra escola de pensamento. Como escrito antes, os anos 1920 serão incorporados como início da periodização porque permite estabelecer a ponte buarquiana para o debate econômico, visto que são os anos da formação de Sergio Buarque na Alemanha de Weimar, cruciais para os conceitos depois desenvolvidos em 1936, como discutido no Capítulo 1. Para estabelecer uma periodização particular da história do pensamento econômico brasileiro com recorte em 1959, este ano é entendido como referência para a passagem de um período embrionário para outro formativo do pensamento econômico, cujo marco é a prevalência da abordagem do desenvolvimento sobre a abordagem das técnicas de gestão econômica. A contribuição de Furtado no “Formação Econômica do Brasil” foi decisiva pela forma como esta organizou o debate interno que se celebrava entre a corrente liberal capitaneada pela Comissão Mista Brasil-EUA e a corrente estruturalista liderada pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL, onde Furtado participou. Esse marco não apenas é reconhecido pela corrente estruturalista que floresceu como escola latino-americana nos anos 1950 em diante no Brasil, mas também por economistas liberais insuspeitos, entendida – junto com a honrosa exceção dos anos 1940 de “Formação do Brasil Contemporâneo” de Caio Prado Jr – como “fonte básica de interpretação e reinterpretação do desenvolvimento socioeconômico brasileiro” (Ekerman, 1989, p. 117).

2.2. As ausências do debate econômico entre a República Velha e o início da Era Vargas.

O debate econômico da primeira metade do século XX no Brasil pode ser caracterizado pela abordagem pragmática em detrimento da discussão teórica. Evidentemente, os atores que se envolviam na política econômica do país seguiam escolas teóricas mais ou menos definidas, mas é importante salientar a ausência de uma discussão puramente técnica ou mesmo metodológica das ciências econômicas, pelo menos até a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (FCEARJ) em 1938, por Eugênio Gudín e Octávio de Gouveia Bulhões, incorporada em 1946 à antiga Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Outro fator relevante que mudou o paradigma das discussões econômicas foi a criação das revistas *Conjuntura Econômica* e *Revista Brasileira de Economia*, ambas em 1947, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro. Essas iniciativas estruturaram o caminho teórico liberal do estudo da economia, que se confrontará com o caminho teórico nacional-desenvolvimentista, este liderado por Celso Furtado e a criação do Clube dos Economistas e da *Revista Econômica Brasileira* em 1955, conforme recentemente analisado por (Andrada; Boianovsky e Cabello, 2018).

O embate entre liberais e desenvolvimentistas foi aos poucos se construindo como divisões entre uma teoria econômica convencional aplicada ao Brasil e um escola latino-americana particular, mas isso misturava-se ao processo histórico de desenvolvimento do país, e não se tratou de disputas predominantemente acadêmicas. É por isso que o estudo da História do Pensamento Econômico do Brasil está umbilicalmente ligado à observação de sua Formação Histórica Econômica, o que não é um procedimento metodológico comum no estudo das escolas de pensamento econômico no mundo desenvolvido. Pois o debate teórico estava incrustado à prática da política econômica, e não por menos todos os confrontos teóricos que tivemos até a década de 1960 foram essencialmente batalhas entre formuladores/executores de políticas econômicas, como o próprio Furtado, Bulhões, Gudín, Roberto Simonsen, Roberto Campos e, na raiz histórica desse embate, o triângulo Visconde de Ouro Preto, Ruy Barbosa e Joaquim Murinho.

Primeiramente, o debate embrionário de economia no Brasil que acabava de realizar um salto estrutural definitivo e súbito a uma economia capitalista moderna, com a abolição do trabalho escravo e o processo de assalariamento vertiginoso que se instaurou ao fim do Império. Na figura de dois antagonistas agentes públicos, Barbosa e Murinho, o argumento geral de

incapacitação (ou não) do povo brasileiro para a vida urbano-industrial também moveu os corações e as mentes do debate econômico da República Velha ao redor do Encilhamento. Os pontos centrais da disputa estavam concentrados nas gestões do Ministério da Fazenda durante dois períodos: o mandato (1889-1891) de Ruy Barbosa e, dez anos depois, o mandato (1898-1902) de Joaquim Murinho. De um lado, a postura pré-desenvolvimentista de Ruy Barbosa que, consciente da questão fiscal trazida pela demanda reprimida na nova República Velha, no entanto, entende que:

...governos revolucionários não são, não podem ser governos econômicos. Entre as instituições que desabam e as instituições que se planejam, o terreno de transição, semeado de ruínas e esperanças ele ameaças e reivindicações, franqueia campo vasto e indefinido à luta de forças contraditórias, contra as quais uma comissão revolucionária não poderia, ainda com qualidades heroicas, traçar aos seus atos orientação reta, segura e persistente. (Barbosa, 1891, pag. 11, trazido para o português contemporâneo)

O conceito de “governo econômico” de Barbosa é em sentido literal, trata da higidez fiscal do Estado, ou melhor, da incapacidade de mantê-la diante de uma mudança tão forte do regime, após a queda do Império e a ascensão das forças oligárquicas. O ponto maior era o processo de assalariamento da economia pós-escravista, cuja demanda por moeda cresceu vertiginosamente e não havia instituições bancárias aptas à nova condição estrutural da economia. O debate econômico tinha componente predominantemente prático: organizar as dívidas contraídas pelo Império (eram duas principais, a da Independência e a da Guerra do Paraguai), cuja impossibilidade de pagamento levou à saída do país do Padrão Ouro e à ruptura com a City londrina; criar um caminho monetário que equacionasse o assalariamento, ampliando as mudanças iniciadas pelo último Ministro da Fazenda do Império, o Visconde de Ouro Preto, que permitiu que os bancos regionais emitissem a própria moeda.

No campo diametralmente oposto, Joaquim Murinho, crítico feroz da postura de Barbosa, declara em tom liberal, no bojo de suas políticas de recondução do Brasil ao Padrão Ouro, que será concretizada pelo *Funding Loan* de 1898, alguns meses antes de Murinho assumir seu gabinete na Fazenda:

Estudado o mecanismo pelo qual as emissões desvalorizaram a nossa circulação, não é difícil compreender-se como por um mecanismo semelhante desvalorizaram a nossa produção. A pseudo abundância de capitais por elas produzida promoveu a criação de um sem número de indústrias e desenvolveu de modo extraordinário a atividade agrícola. Como todo o desenvolvimento precipitado, ele se fez sem ordem, sem calma necessária ao estudo, sem estudo indispensável à previsão. Daí o estabelecimento de indústrias artificiais e a organização agrícola para produção exagerada do café, os dois fatores da desvalorização da nossa produção.

O emprego de capitães e operários em indústrias artificiais representa um verdadeiro esbanjamento da fortuna nacional. A renda dos produtos dessas indústrias só se faz afastando-se artificialmente do mercado produtos similares estrangeiros. O custo de produção nessas indústrias, sendo muito alto em relação ao dos que nos veem do exterior, eleva, por meio de taxas ultra-protecionistas nas tarifas da Alfândega, o preço dos produtos estrangeiros, criando assim um mercado falso, em que os produtos internos vencem na concorrência os produtos do exterior. Todo consumidor é, pois, lesado, e a diferença entre o que ele paga pelos objetos nesse regime e o que pagaria em um regime livre representa um imposto que lhe é arrancado para manutenção daquelas indústrias. (Murtinho, 1899, p. 15, trazido para o português contemporâneo)

A postura de Murtinho corrobora as teses liberais misturadas ao darwinismo social característico do pensamento positivista da época. Murtinho foi ministro de Manuel Ferraz de Campos Sales, ou Campos Sales (1898-1902), único presidente natural de Campinas/SP, que, não obstante, no auge da produção cafeeira da região, executou as dívidas dos pequenos e médios cafeicultores, levando a maior parte do sistema de produção cafeeiro à falência. Os efeitos da política de Murtinho e Campos Sales foram a retração do ciclo expansivo do café para o interior de São Paulo, e um brutal processo de concentração fundiário subsequente. A ideia é essencialmente quantitativista: os efeitos produzidos pelo aumento da moeda-papel em títulos bancários, sem referência metálica, nada mais são que movimentos monetários, cujo rebatimento real seria nulo, corrigido apenas pelos preços. A rigidez do acordo do *Funding Loan*, que hipotecou as alfândegas nacionais em garantia e exigiu que o Brasil depositasse, em três bancos ingleses, a mesma quantia em papel moeda nacional referente ao valor do empréstimo em libras, mostra a determinação “pré-monetarista” do Governo Campos Sales. Mas essa ideia liberal permaneceu em disputa na República Velha, afinal, as necessidades dadas

pelo assalariamento de uma economia pós-escravista colocava desafios teóricos impossíveis de serem solucionados pela recém-nascida *Economics*. Nas palavras de Ruy Barbosa:

Foi entre essas perplexidades e sob o aguilhão desses perigos, que recorri à única salvação possível em semelhante conjuntura: assentar, como os Estados Unidos tinham feito, em circunstâncias análogas e sob a força de iguais necessidades, a garantia do meio circulante sob os títulos da dívida nacional. Indigitada pela malevolência e pela má fé de uma reação furiosa e insensata como um sistema de monopólios fatais à liberdade do trabalho e à indústria nacional, essa instituição não tardou em se recomendar, pela experiência imediata dos seus efeitos, às simpatias de todas as classes laboriosas, como o maior acelerador, que jamais se concebeu neste país, da prosperidade do trabalho, como o maior difusor de crédito, o mais enérgico propulsor do nosso movimento industrial, a que veio imprimir inaudita atividade. Caluniada pelas más paixões da política e do interesse particular como uma organização de condescendências e favores privilegiados, acabou por descobrir severidade tamanha no seu mecanismo, tão diminuta soma de compensações, como ramo de comércio, para o capital-empregado na sua exploração, que todos os bancos de emissão sobre apólices solicitaram a troca dessa faculdade na de emitir sobre ouro. (Barbosa; 1891; pp 32 e 33)

A referência a este debate clássico entre Barbosa e Murinho, e a crítica de Ouro Preto a ambos, levou à construção de um senso comum na interpretação da história econômica brasileira, pela ótica da ortodoxia: que o ajuste austero e liberal de Murinho – recuperando a “boa teoria”, sempre metalista, em detrimento ao papelismo desenvolvimentista de Ruy Barbosa – criou as condições para o crescimento econômico subsequente; o ajuste de Campos Sales para o crescimento de Rodrigues Alves e o período de auge da República Velha, que vai até 1913²⁴. A centralidade do debate entre “boa” e “má” teoria econômica ainda não estava pronta para ser identificada, pois restava nascer a escola que centralizou os esforços para compreender a superação de uma condição do desenvolvimento não-prevista nem pela economia política clássica, tampouco pela nova *Economics*. O progressivo avanço das estruturas de Estado garantidoras do desenvolvimento, especialmente após a Revolução de 1930, foi o fermento de uma escola única de pensamento econômico brasileira, posto que muito associada como “má” teoria pela ortodoxia.

²⁴(Fritsch, 1989)

2.3. O período pré-furtadiano, a contribuição do Modernismo para a formação da escola latino-americana e a saída para uma teoria do subdesenvolvimento.

O período pré-furtadiano²⁵ está primeiramente marcado por uma grande ausência: a ausência do estruturalismo e sua maior herança intelectual, que é a problemática do subdesenvolvimento, entendida como o método de interrogação da história da periferia do sistema capitalista que reproduz padrões desiguais de difusão das mudanças tecnológicas e dos aumentos de produtividade decorrentes dela que, por sua vez, traduzem-se em padrões distintos de estruturas socioeconômicas reprodutoras tanto da igualdade quanto da desigualdade dos padrões de consumo. A junção da tradição cepalina, iniciada em 1948, com o pensamento furtadiano é o que permitiu o nascimento da variante brasileira da interpretação sobre o subdesenvolvimento, conhecida como estruturalismo histórico.

Segundo o verbete da *New Palgrave Dictionar of Economics*, o estruturalismo originou-se nas ciências lingüísticas, proposto pela obra de Sausurre e cujo termo foi cunhado por Jakobson em 1929, na Escola de Praga de Linguística. É a escola de pensamento seguida por autores como Althusser, Barthes, Derrida, Godelier e Lacan (Blankenburg, Palma e Tagenna, 2008). Constitui-se de três pilares: a *metodologia* da totalização, em que se prioriza a relação dos elementos na estrutura; a *epistemologia* da penetração sobre a aparência, em que o real mecanismo de funcionamento dos entes encontra-se “escondido”, portanto se trata de uma corrente anti-fenomenológica e anti-empiricista; e a *ontologia* das causas e condicionantes da Ação (*Agency*), dadas pela estrutura.

A formação do estruturalismo embarca na economia por meio de François Perroux (Sorbonne), em especial pelos conceitos de dominação econômica entre países e a análise do sistema econômico no espaço e no tempo. Boianovsky (2008) pontua claramente a relação entre Perroux e Celso Furtado durante a formação doutoral deste na Sorbonne entre os anos de 1948. Furtado levará consigo as teses seminais de Perroux para sua interpretação do histórico-estruturalismo, do mesmo modo que estas ideias influenciarão decisivamente a constituição intelectual da Cepal, especialmente nos debates sobre a natureza estrutural da inflação nos anos 1950.

²⁵ Para uma análise prévia deste período pré-furtadiano, ver (Calixtre e Freddo, 2019).

Por seu pioneirismo algumas décadas antes, a experiência do modernismo e da necessidade de interpretação dos países latino-americanos pela ótica da especificidade radical de sua formação colonial dentro de uma expansão do ocidente *ainda por ser criado* antecipa diversos aspectos teóricos do estruturalismo. No pensamento pré-furtadiano de 1920-59, a constituição de sociedades expandidas pelo ocidente criou uma nova matriz civilizacional, dotada de um modo social de vida particular que se misturou estruturalmente à história do ocidente. No entanto, a ênfase dada à condição colonial, apesar de constituir-se na linha geral do desenvolvimento capitalista periférico, ignorou a possibilidade real de existirem múltiplos caminhos civilizacionais, independentemente de realizarem-se ou não os pré-requisitos da civilização ocidental. A especificidade radical da formação do sujeito habitante dessas sociedades expandidas pelo ocidente pode ser observada com mais vigor nos autores originários desse pensamento sobre o subdesenvolvimento, durante o final da década de 1920 e por toda a década de 1930.

Como discutido no Capítulo 1, a principal resposta intelectual que Buarque de Holanda, e a maioria dos modernistas, buscava um duplo movimento: primeiro, combater a hegemonia determinista vigente no pensamento social do final do século XIX ao começo do XX, em especial as teses higienistas e eugenistas que fundamentavam a escola médica²⁶ de Silvio Romero, Nina Rodrigues e Araripe Júnior, ou da historiografia de Oliveira Viana; segundo, estabelecer as bases cognitivas da formação nacional a partir da especificidade e autenticidade do povo brasileiro, buscando, nos defeitos apontados pela hegemonia determinista, as forças definidoras do povo brasileiro como uma entidade própria. Para os eugenistas, em especial Oliveira Vianna (1923), o povo brasileiro era teoricamente inexistente, por não se encaixar nos conceitos positivos herdados pela raça branca, e somente a “arianização” da população brasileira poderia abrir caminho a uma civilização nos trópicos. A inexistência de um “povo” como entidade política autorizaria a intervenção do Estado na criação deste corpo ausente, no preenchimento deste reside um dos amálgamas mais importantes de estruturação do Estado Novo durante os tempos duros da Era Vargas.

Raízes do Brasil é o nascimento consciente do "Homem Cordial" em 1936, e confunde-se com a construção nacionalista desenvolvimentista, antes da formação do estruturalismo

²⁶ Para uma apresentação contemporânea da escola médica dos fins do século XIX no Brasil, ver (Silveira, 2016).

latino-americano. A obra e sua proposta analítica revolucionaram o pensamento social brasileiro tanto quanto o modernismo a literatura, e sobre as mesmas bases: a identidade brasileira é agora síntese original da tropicalização da Europa, não como elemento negativo e degenerativo, mas sim como positivo e organizativo. Neste novo campo gravitacional da intelectualidade, fundamentada na contradição entre moderno e arcaico, urbano e rural, foi possível a formulação de uma teoria da história não-evolucionista, em que o sentido da nação estaria incognoscível ao destino moderno da Europa, antes sendo uma variação oculta dele, somente atingível por nossas forças: simboliza-se, portanto, o desenvolvimento nacional como "uma coisa só", por tentativa industrializante alternativa ao receituário do mundo moderno. A implicação imediata desse raciocínio é questionar a teoria econômica recebida pelo Centro, mas isso não foi uma tarefa somente realizada pelo Brasil.

A passagem, no entanto, da revolução da Geração de 1930 do pensamento social para o pensamento econômico vai levar quase duas décadas. Primeiramente, a própria experimentação do Estado Novo, a criação de instituições modernas de promoção do desenvolvimento industrial pela Era Vargas, e a evolução das relações entre Brasil e Estados Unidos durante a II Guerra Mundial e o imediato Pós-Guerra mudarão o substrato acadêmico da economia no país, saindo da discussão prioritariamente pragmática para os primeiros debates essencialmente teóricos sobre desenvolvimento e crescimento. Nesse período, o mal-estar da “boa” teoria ortodoxa estava dado, em especial pelo florescimento da revolução keynesiana nos países centrais e a certeza, no Brasil, de que a industrialização era um caminho possível, ainda que dita impossível pela teoria convencional²⁷.

²⁷ Porém, não é incomum a história deixar para trás elos perdidos na classificação da evolução de suas ideias. Muitas vezes por o autor elaborar temas incompletos ou “a frente de seu tempo”, obras que poderiam ter sido revolucionárias por gerações são permanentemente descobertas e mostram muito sobre o caráter não-linear da história do pensamento, em especial o pensamento de uma ciência moral como a Economia. Em 1922, por ocasião do centenário da Independência, o jornalista Victor Viana publicou um livro pela Imprensa Nacional do Rio de Janeiro, encomendado pelo Ministério da Fazenda, sob o título: *Histórico da Formação Econômica do Brasil* (Viana, 1922). O livro é dedicado a Homero Baptista, ministro da fazenda à época do Governo Epitácio Pessoa e, assim como o autor, foi completamente esquecido pela literatura de estudo do pensamento econômico brasileiro. Surpreendentemente, o conteúdo desta obra antecipa inúmeros pontos fundamentais do debate econômico, incluindo apostas extremamente arriscadas para a época em que Viana estava escrevendo, como a recusa do pensamento eugenista e da determinação geográfica para padrões de desenvolvimento. Com uso de uma teoria

Após o debate entre Ruy Barbosa e Joaquim Murтинho, o próximo embate econômico, este bastante conhecido, foi travado entre o entusiasta da economia liberal brasileira Eugênio Gudín e o industrialista Roberto Simonsen, entre os anos 1944 e 1945, conhecido como “a Controvérsia do Planejamento”²⁸. Apesar de as bases econômicas terem avançado para o esforço de introdução da grande indústria nacional e, portanto, se tratar de uma sociedade radicalmente distinta da do final do século XIX, os termos do debate guardam enorme semelhança com a controvérsia do Encilhamento, em especial sobre as posições teóricas dos debatedores. Gudín, como Murтинho, era um cético da capacidade de o Brasil trilhar destino distinto do que estava definido pela “boa” teoria. Simonsen, como Barbosa, arriscava romper as amarras do passado que impedem o futuro industrial do Brasil, o único futuro possível como nação. O debate foi travado no âmbito da Comissão de Planejamento Econômico, poderoso órgão do Conselho de Defesa Nacional do Governo Vargas. O pano de fundo do debate era o relatório da Missão Cooke (1943), um dos filhos das comissões mistas entre Brasil e Estados Unidos, que trazia como principal recomendação a industrialização (centrado no investimento em infraestrutura) do Brasil como única forma de superar o atraso econômico. Porém, é inegável que a profundidade teórica desse debate foi finamente explicitada pelos autores na controvérsia de 1944/45, o que no debate da República Velha estava absolutamente implícito qualquer formulação metodológica ou epistemológica sobre economia.

Interessante notar que vem de Eugênio Gudín a melhor definição teórica do mal-estar que assombrava o pensamento econômico da época. Ao condenar veementemente o “fracasso do New Deal” americano e como o planejamento, como ação do Estado em oposição à liberdade de Mercado distorce as potencialidades reais das economias, com resultados desastrosos, Gudín também fez uma excepcional digressão teórica de seu tempo, sobre a contribuição de Keynes:

A principal diferença entre estes modernos economistas e os clássicos (Ricardo, Stuart Mill, Thiinen, J. B. Say etc.) é que estes últimos partiam da hipótese de uma ordem econômica estacionária, ou de ritmo uniforme em seu crescimento. É possível que esse estado estacionário, imaginado pelos clássicos, chegue um dia a ser realidade, mas esse dia, se vier, ainda está muito longe. No pensamento dos clássicos, o progresso econômico, isto é, a transição

ainda estritamente oitocentista, Viana faz propostas de análise da condição periférica do Brasil *avant la lettre*, cujo aprofundamento ficará para outro espaço.

²⁸ As contribuições estão reunidas em (IPEA, 2010).

de uma economia de expansão para a economia estacionária da maturidade se processaria suavemente e sem dificuldade, “através do ajustamento automático dos preços”. À medida que os investimentos declinassem, o consumo aumentaria e não haveria problema. A situação seria sempre de “emprego total”. Julgavam os clássicos que à medida que os investimentos declinassem, a redução da procura de fundos para investimento faria baixar a taxa de juros do dinheiro, destruindo o estímulo para economizar e canalizando os recursos para as despesas de consumo. A obra dos chamados “neoclássicos, especialmente dos austríacos sobre a Teoria do Valor, o juro, o marginalismo”, foi valiosa pela luz que projetou sobre certos fenômenos, mas não alterou, em sua essência, a visão dos clássicos sobre o panorama econômico.

A verdadeira revolução do pensamento econômico consistiu na introdução da teoria dos ciclos de prosperidade e depressão, mostrando que o ajustamento automático, que os clássicos pressupunham, não se realizava, porque a taxa de juros do dinheiro não funcionava como eles imaginavam (mesmo que ela fosse zero, sempre haveria economias se a renda nacional fosse elevada), porque a propensão a economizar é menos função da taxa de juros do que do vulto da renda nacional e da propensão à liquidez, e ainda porque, na realidade, o sistema de preços sofre uma série de impactos das instituições, dos hábitos e do comportamento social. (IPEA, 2010, p 89)

Mas o problema do desenvolvimento nacional tardio não encontrava resposta na revolução keynesiana dos países centrais. Enquanto estes desenvolviam o Estado de Bem-estar Social no pós-guerra, impulsionados pelo novo sistema orientado pelo dólar, por instituições macroeconômicas garantidoras do pleno-emprego e pelo plano Marshall de reconstrução, o discurso dos modelos clássicos econômicos encobria o segredo da sociedade salarial na armadilha da Teoria das Vantagens Comparativas, de David Ricardo. De um lado, países da periferia que ousassem romper com a armadilha ricardiana tinham que enfrentar rupturas profundas nos regimes que sustentavam as pós-colônias, e seus exemplos radicais foram raros, o mais importante deles Cuba (1959). De outro lado, no interior da teoria ortodoxa, a publicação do artigo seminal de W.A. Lewis (1954).

O clássico artigo de 1954 inicia-se com uma provocação: (i) que a teoria neoclássica do desenvolvimento (antecipando em dois anos Solow) jamais debruçou-se sobre os países em desenvolvimento, onde a existência de um setor cuja produtividade do trabalho seria desprezível e, portanto, haveria uma oferta ilimitada de mão-de-obra pronta a ser absorvida pelo setor moderno; (ii) que esse processo de absorção cria fontes de aumento da produtividade não

previstas pelo modelo neoclássico; e (iii) que a revolução keynesiana tinha sido incapaz de compreender esse fenômeno de curto prazo, logo recorrer a ela seria inútil para reconectar a teoria do longo prazo do crescimento à existência de oferta ilimitada de mão-de-obra. O tema central é a “pergunta clássica”, como ocorre o desenvolvimento se o estoque de trabalho é ilimitado ao nível do salário de subsistência. A resposta dos clássicos estava na acumulação de capital, que foi esquecida pelos neoclássicos ao eliminar a questão do estoque ilimitado de mão de obra. Com isso, a teoria neoclássica perdeu a capacidade de explicar o fenômeno do crescimento econômico, e Lewis pretende restabelecer o caminho neste capítulo.

O argumento é suficientemente conhecido. Nos países em desenvolvimento, o setor de subsistência é abundante, tanto no campo quanto nas cidades, e reproduz a vida material sem praticamente nenhuma presença de capital. A produtividade do trabalho é próxima de zero. Nesta economia, a introdução de capital, ou seja, de formas modernas de produção que levem ao aumento da acumulação de capital é um processo necessariamente desbalanceado de crescimento, pois o setor de subsistência impede que os salários acompanhem o aumento da produtividade. Portanto, numa economia com estoque ilimitado de mão-de-obra, a acumulação de capital tem caminho livre para crescimento, inclusive na apropriação relativa da renda, como em termos absolutos, até o ponto em que o setor de subsistência seja plenamente convertido em setor moderno, e assim a passagem desse “ponto de Lewis” devolveria a economia para sua “condição neoclássica” dada pelo modelo neoclássico, a ser proposto por Solow.

Mas o que seria o setor de subsistência? Para Lewis (1954, p. 141), é claro que este setor é “tipicamente” capitalista, portanto, exclui-se o “setor arcaico” dos países periféricos. Boianovsky explica que, para Lewis, o setor agrário não assalariado (equivalente à ideia sociológica de setor arcaico) seria capaz de gerar excedente de mão de obra e constituir um estoque de trabalho para o setor moderno, mesmo diante da escassez de trabalho no setor de subsistência, típico de países que passaram por fortes períodos de escravidão, como a América Latina. A condição para que isso acontecesse, no entanto, é a concentração da propriedade fundiária como fonte de geração de excedente de trabalho. (Boianovsky, 2019, pp 28-33). A questão é exatamente esta: a introdução da concentração da propriedade em grande medida inviabiliza o mecanismo “normal” de transição do setor de subsistência para o setor capitalista de Lewis, e coloca uma barreira à ultrapassagem do Ponto de Lewis. Sem o esgotamento natural da força de trabalho no setor de subsistência, a economia pode estancar o processo de crescimento antes de atravessar o ponto de chegada do mundo moderno, inclusive retrocedendo

para trás do momento em que o processo de crescimento se iniciou. Essa “economia política” da mudança estrutural não está em Lewis e será um dos pontos altos do debate da escola latino-americana nos anos 1970, diante das experiências industrialistas ditatoriais que se disseminaram na região.

As frentes de trabalho tradicional da África e boa parte dos setores populares da América Latina, segundo Lewis, estão de fora do conceito do setor de subsistência. Implicitamente, o critério para a existência do setor lewisiano divide-se em dois: de um lado, a baixa produtividade; mas, de outro, é necessário assalariamento. Portanto, são os países asiáticos os “tipos ideais” do modelo de Lewis, pois, nestes, imensos contingentes de trabalhadores encontravam-se plenamente assalariados sem, no entanto, apresentar produtividade do trabalho relevante. É o caso do Japão para o período deste Capítulo e, como será exposto adiante, será o caso emblemático da Coreia do Sul para os tempos atuais.

O modelo lewisiano, como exposto pelo próprio autor, não conseguia explicar satisfatoriamente a sina latino-americana. Essa indisponibilidade do mercado de subsistência latino-americano – que Lewis vai se referir à ausência de força de trabalho masculina – é um dos fatores de maior confusão na aplicação contemporânea de Lewis ao caso latino-americano. Sem formar o colchão protetor da acumulação de capital, a introdução de forças modernas com o mercado de subsistência travado leva a explosões de desigualdade e a processos de ruptura interna e estagnação.

A saída metodológica para a América Latina precisava de uma interpretação histórico-estrutural, uma revolução teórica para romper a ilusão ricardiana e recolocar a possibilidade de acessar a riqueza das nações desde a periferia, revolução essa que já estava em curso desde os fins da década de 1930 nos debates nascente dos países da região, mas que tomou forma mundial no ano de 1948, com a fundação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a posterior publicação do artigo seminal de Raúl Prebisch (1948), rompendo com a teoria tradicional do desenvolvimento e estabelecendo as bases da problemática do subdesenvolvimento e do pensamento estruturalista latino-americano.

Segundo Furtado (2000), o processo histórico de difusão do progresso tecnológico manifesta padrões distintos entre países de alta produtividade social (centro) e de baixa produtividade (periferia). A estrutura do primeiro, na qual se origina o progresso técnico, absorve e difunde o aumento da produtividade para o conjunto da sua sociedade, uma vez que

a escassez de mão de obra e o aumento real da renda permitem ganhos de escala crescentes ao incremento da produtividade do capital, pois o mercado de consumo é compatível com a acumulação de capital. Esse progresso técnico, no entanto, reproduz-se desigualmente ao difundir-se para os países periféricos, marcados pela baixa produtividade social, pelas estruturas pós-coloniais mimetistas dos padrões de consumo metropolitanos e pela abundância relativa de mão-de-obra. Como a periferia é incapaz de incorporar, de imediato, a estrutura produtiva do centro, esta viabiliza sua inserção no sistema pelo consumo dos produtos de alta intensidade de capital, concentrando-o nos grupos dominantes da sociedade. O acesso concentrador da periferia ao sistema-mundo foi denominado por Furtado como *modernização dos padrões de consumo*.²⁹

O salto metodológico do estruturalismo, que diferencia a escola latino-americana de todas as outras escolas do pensamento econômico, foi a incorporação das noções de processo sincrônico e diacrônico propostas para a linguística de Sausurre e traduzidas para a historiografia por F. Braudel e para a antropologia por C. Lévi-Strauss. Segundo Boianovsky (2015), o domínio do estruturalismo francês no debate dos anos 1950 e 60 estimulará o contato intelectual de Furtado com estes autores. A incorporação da análise sincrônica (a história em movimento, ou as regularidades no processo de mudança) e diacrônica (o movimento da história, ou o processo de mudança das regularidades) foi fundamental à visão histórica do processo de desenvolvimento nacional, este que impõe necessidades específicas e saídas originais.

O subdesenvolvimento, como algo permanentemente distinto do desenvolvimento, avança nessa *modernização* à medida que concentra os recursos excedentes da sociedade para o consumo dos produtos metropolitanos, estabelecendo uma demanda constante por estas mercadorias. Ao cessarem os fluxos internacionais que permitiram a troca de bens agrícolas, típicos do subdesenvolvimento, por bens manufaturados da *modernização*, dá-se lugar à (difícil) via nacional de substituir os importados de alta produtividade do capital em meio à estrutura do subdesenvolvimento. O caminho da industrialização eleva o nível da *modernização* e capitaliza-se na concentração e restrição dos mercados a uma minoria social, o que impactará, por sua vez, num foco de instabilidade da industrialização do mundo subdesenvolvido: os

²⁹“... o progresso tecnológico serviu muito mais para modernizar os hábitos de consumo do que para transformar os processos produtivos.” (Furtado, 1972, p.11).

“*reflexos negativos na produtividade industrial*” (Furtado, 1972, p.11). As condições débeis do mercado, ao incorporar o padrão industrial sem transformar sua estrutura produtiva, imporão à grande indústria instalada restrições estruturais ao crescimento econômico; o avanço da acumulação concentradora e *modernizadora* levaria a economia a um nível “sub-ótimo” de bem-estar se comparado ao dos países centrais. As deficiências no consumo ampliado dos bens industriais impediriam a reprodução do próprio sistema, da própria concentração:

... na medida em que o consumo da minoria de altas rendas deve acompanhar a evolução do consumo dos grupos de rendas médias e altas de países muito mais ricos (...) os limitados recursos disponíveis para investimento tenderão a ser absorvidos na diversificação do consumo da referida minoria, em prejuízo do referido processo de difusão. (Idem, p. 31).

Essa economia política é tributária do trabalho seminal de Paul Baran (1952), que argumentou à época, com uma dose de fatalismo, sobre o caráter antiprogressista das classes médias dos países subdesenvolvidos, em oposição ao observado nos países industrializados. O estado de permanente reprodução de grandes desigualdades leva à negação da dimensão do planejamento econômico, colocando os agentes e a economia em permanente estado de *Carpe Diem* (Baran, 1952, p. 78). Para o autor, América Latina, Ásia e África estariam condenados a esse círculo vicioso do atraso provocado pela baixa taxa de acumulação, classe média comprimida em pouco espaço distributivo e estrutura pós-coloniais de sociedade. A ruptura viria com uma atuação do Estado que extrapolasse a simples estratégia de acumulação e atingisse o modo de vida pós-colonial, transformando as estruturas mantenedoras de privilégios no interior das classes médias antiprogressistas em direção à progressividade. Esta é uma proposta de incomum genialidade, especialmente se considerada o período em que ela foi formulada, cujo encaminhamento teórico ficou adormecido pelo pensamento estruturalista, com exceção das discussões sobre cultura e desenvolvimento de Furtado. De todo modo, o assunto da economia política da transformação social aparece como um fato exógeno ao sistema que, no entanto, sem ele as distintas trajetórias do desenvolvimento do mundo periférico nas décadas seguintes fazem pouco sentido.

É importante retomar a discussão de que as teorias estruturalistas do subdesenvolvimento mantinham ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, um intenso debate sobre a capacidade inclusiva do capitalismo periférico em relação ao contingente marginalizado pela difusão desigual do progresso técnico oriundo da industrialização. Nessa perspectiva, a

sociedade periférica estaria representada por uma descontinuidade na participação no processo de produção da riqueza capitalista, em que o capital manteria um pequeno setor dinâmico das relações capital e trabalho, compreendido da burguesia até o exército industrial de reserva na classe trabalhadora, ou seja, a parcela da população desempregada que, por estarem imediatamente aptos a assumir postos dos trabalhadores empregados, contribuem dinamicamente para o processo de formação de preços do trabalho, da mais-valia, dos lucros e dos preços gerais da economia capitalista. A parcela da classe trabalhadora além do exército de reserva participa marginalmente da estrutura de acumulação anterior nas principais formas: (i) pressionando nas fronteiras do exército de reserva, como subproletariado desempregado, porém inapto ao exercício das funções do trabalho específico daquela categoria, exercendo funções no pequeno comércio de rua, nos empregos esporádicos de baixíssima qualificação e nas formas familiares ou cooperativas de produção urbana; (ii) mantendo-se nos bolsões de subsistência, apartado da economia monetária, nos praticamente mesmos pressupostos de reprodução agrária do mundo colonial; (iii) marginalizado de fato das estruturas oficiais, no crime pequeno, na mendicância, em uma situação de miséria absoluta e, o que é mais importante, sem nenhuma função social aparente.

Essa interpretação da “marginalidade estrutural” buscava lidar com as determinações de uma economia segmentada e antagonizada pelo arcaico e o moderno, como na interpretação da teoria cepalina do subdesenvolvimento; ou de uma subordinação dependente do setor marginalizado para a reprodução do setor integrado, como na teoria da dependência³⁰. Mas não se propunha compreender o fenômeno da marginalidade estrutural, inclusive a própria semântica do termo restringe isto de princípio, como parte integrante da dinâmica capitalista, integrante do processo desigual de difusão do sistema de acumulação entre países e da especificidade do capitalismo periférico. Os modos de reprodução ditos marginais, quando olhados de perto, não se distinguem na natureza da acumulação, na necessidade de moeda como referência de valor, na existência de exploração do trabalho, na mercantilização das relações sociais, exceção de setores que se mantiveram intactos pela difusão do capital desde a sua primeira onda, alheias, portanto, à universalização ocidental e reproduzindo-se segundo as tradições. A marginalidade estrutural que aparenta ser a característica marcante do capitalismo periférico está dinamicamente integrada ao sistema de acumulação, porém a um modo de vida

³⁰ Para uma leitura desse debate predecessor, ver (Cardoso e Faletto, 1970); (Kowarick, 1977), entre outros.

distinto da integração majoritária pela qual as economias centrais operaram sua transição capitalista.

O problema que se buscou levantar aqui tenta dialogar com as vertentes clássicas do estruturalismo latino-americano e sua variação moderna de uma teoria da desigualdade tecnológica. Não resolve a questão maior desse debate, explicitada acima, sobre a dualidade versus mutualidade entre arcaico e moderno, e por isso sobre o mecanismo de transição estrutural do subdesenvolvimento para o desenvolvimento. A questão que se buscou mostrar é como a marginalidade estrutural da sociedade e economia periféricas precisa de um cálculo de forças políticas que sustentem, por um período minimamente suficiente, políticas de transformação estrutural, sem que a sociedade reaja para manter o status quo do subdesenvolvimento.

2.4. A travessia do Modernismo para o Estruturalismo Latino-Americano

O desenvolvimento da escola latino-americana é tributário do Modernismo? Essa é uma pergunta que estrutura o pensamento econômico do Brasil e da América Latina para além dos economistas que nele contribuíram. Pelo debate da República Velha, observa-se que dificilmente os atores envolvidos nos temas do Encilhamento poderiam destruir suas condições de homens históricos e elaborar uma análise não-determinista dos processos econômicos. O eugenismo e higienismo eram a grande regra de conduta intelectual da segunda metade do século XIX até o começo do XX. Nos tempos atuais, os autores que discutiram sobre o destino das nações subdesenvolvidas são muitas vezes classificados como racistas, mas isso advém da incapacidade cognitiva do tempo histórico em perceber a dinâmica própria do subdesenvolvimento, sequer o subdesenvolvimento como uma categoria analítica em si.

É nesse sentido que opera a ruptura do Modernismo no estado das coisas. Sem o determinismo e sem um evolucionismo automático do homem, no sentido literal, o movimento da semana de 1920 no Brasil foi fundamental para romper o paradigma pseudocientífico que amarrava as interpretações e visões de mundo da época, e a obra de Sergio Buarque de Holanda nesse processo de ruptura foi crucial durante a década de 1930. No centro do debate estava a noção de papel do *homo sociologicus* (Dahrendorf, 1964) criado pela permanência da escravidão em meio a um império liberal. Na primeira edição de Raízes do Brasil (Holanda,

1936) as referências a um processo civilizatório particular promovido pela colonização, com dinâmica própria e não apenas redutível à questão do atraso nas “etapas do desenvolvimento” (Rostow, 1960) continuam o fenômeno de um tipo ideal bastante distinto do *Homo Oeconomicus* ocidental, mas ainda sim um homem definido pelas categorias modernas do trabalho, como entendido pelos clássicos.

Em outra obra monumental de Buarque de Holanda, já no limiar da publicação de *Formação Econômica do Brasil* por Furtado, o historiador define o significado profundo da colonização, que marca o espaço intelectual em que pulsa a escola latino-americana: a descoberta do paraíso por corpos e mentes do Antigo Regime que, simultaneamente, foi explorado pelos mesmos corpos e mentes da Era Moderna (Buarque Holanda, 1958). As “visões do paraíso” mostram um ocidente ainda em formação que, no final do século XV, encontra o Novo Mundo movido pelos mitos e superstições da sociedade encantada da Idade Média, e a passagem das trevas para a iluminação operada no Centro ao final do século XVII em diante somente foi possível por esse desencantamento nas colônias: a escravização do bom selvagem, a destruição do paraíso pela exploração colonial.

Quando se observa o debate seguinte da controvérsia do planejamento, as diferenças teóricas são evidentes. Já na década de 1940 o cenário intelectual mudou radicalmente, com a retração franca do determinismo das escolas de pensamento dominantes no país. Essa retração pode ser sentida nos discursos de Gudín e Simonsen, muito mais centrados nas questões objetivas econômicas e menos nas deficiências do homem brasileiro em relação à natureza do homem esperada pelo Ocidente. Ademais, é interessante notar como o debate determinista promovido pelos “arianistas” na sociologia de Oliveira Vianna pouco ou nenhuma influência tiveram no nascente debate econômico entre liberalismo e desenvolvimentismo, mesmo entendendo as reservas que os defensores do primeiro campo de estratégia econômica tinham sobre a viabilidade histórica de uma estratégia econômica de “ruptura com o passado”, ou seja, a industrialização como mudança de parâmetros dados pelas vantagens comparativas de uma economia agrário-exportadora. O discurso dos defensores do liberalismo à época pré-furtadiana estava muito mais associado ao modelo ricardiano de comércio que à “maldição” trazida pela vida tropical, esta muito cara ao pensamento social pré-Semana de 1920.

No entanto, a ruptura com o determinismo eugenista, o centro do debate do Modernismo com a escola médica, alimentou a segunda força deste debate pré-furtadiano e estabeleceu as bases para o florescimento de uma interpretação genuinamente própria do desenvolvimento: a

teoria do subdesenvolvimento da escola estruturalista latino-americana e suas variantes, entre elas a teoria da dependência. Na década de 1950, já consolidado o novo paradigma, com a industrialização do Brasil em curso avançado e as experiências contraditórias da modernização encetadas pela Era Vargas, Furtado foi poupado do trabalho de discutir com a escola determinista dentro de seu terreno teórico, podendo refutá-las na integralidade, assim como o faz no clássico “*Formação Econômica do Brasil*”. O que é considerado a mais importante obra de pensamento econômico brasileira, e não se coloca dúvidas sobre isso, é herdeira de uma batalha anterior no pensamento social: a batalha pela significação do destino nacional.

Capítulo 3 – Sobrevivência e Dinamismo do Homem Cordial Contemporâneo

*O amor não nos explica. E nada basta,
nada é de natureza assim tão casta
que não macule ou perca sua essência
ao contato furioso da existência.*

*Carlos Drummond,
O Relógio do Rosário. Claro Enigma (1951)*

Como aterrizar os elementos teóricos construídos nos Capítulos 1 e 2 em uma interpretação coerente sobre a Economia Brasileira que inclua o Homem Cordial como variável relevante? O objetivo deste Capítulo é arriscar nesse sentido, reconstruindo a ponte interpretativa da escola estruturalista constituída ao longo da tradição cepalina e sua variante brasileira furtadiana da segunda metade da década de 1950, incluindo o debate de Furtado com Maria da Conceição Tavares e José Serra ao longo da década de 1970. A introdução do homem cordial na equação do desenvolvimento, como se verá adiante, amplifica a importância do mercado de trabalho e da constituição de uma sociedade tipicamente orientada para o trabalho moderno, capitalista e salarial, para além do debate convencionalmente estabelecido sobre os limites e possibilidades do avanço da acumulação capitalista em solo periférico, ainda que esta dimensão do desenvolvimento permaneça em alta importância.

Do ponto de vista estritamente da acumulação, industrializar uma economia, qualquer que ela seja, e constituir uma sociedade industrial movida pelo núcleo autônomo das forças tipicamente capitalistas independe da existência ou não de uma sociedade moderna de matriz igualitária: basta incorporar dinamicamente, nesta sociedade, o setor de capital produtor de capital. As estruturas profundas determinantes das sociedades, no entanto, não são nem apagadas do substrato nacional, tampouco superadas pela maquinaria e grande indústria, mas transformam-se juntas com a autonomia da industrialização. Em outros termos, na sociológica do subdesenvolvimento em fase industrial, criam-se agentes sociais novos, distintos do tipo ideal de burguesia protestante, abstencionista e, fundamentalmente, impessoal. O homem cordial burguês escondeu-se no mito da industrialização como meio e fim da vida moderna e, para além da cópia dos padrões de consumo do centro, criou outra sociedade de acumulação. Essa força profunda esteve longe dos olhos do pensamento progressista das décadas desenvolvimentistas que, hoje, pode ser enxergada sem a opulência e o evidente dinamismo produzido pela combinação de industrialização, introdução de forças tipicamente capitalistas e a recriação do espaço cordial *dentro* da mutualidade entre mundos arcaicos e modernos.

A verdadeira face do homem cordial estava oculta na sociedade do nacional-desenvolvimentismo, mas revelava-se, de tempos em tempos, nas pressões populares, na resistência e na luta pela redemocratização e, também, entre a elite militar. Esta, com a desaceleração econômica, percebe que o capitalismo, tal como se constituía, terminaria por inviabilizar o próprio projeto de segurança nacional, pois a fragmentação profunda da sociedade atingiria, inevitavelmente, a soberania e a reprodução do Estado.

Desde a formação do pensamento clássico estruturalista latino-americano, a tradição dessa escola tem-se voltado para as questões últimas da desigualdade dada pelo desenvolvimento assimétrico do capitalismo, cuja permanência de estruturas pós-coloniais, herdadas da fase primitiva de consolidação global, estariam reafirmadas sincronicamente pelo subdesenvolvimento como um modo de vida próprio. Neste, o tempo, por si mesmo, jamais seria capaz de levar estas economias periféricas ao processo de desenvolvimento. A ruptura com esse “mal-estar” era necessária como um processo de escolhas que orientassem a mudança estrutural em direção ao desenvolvimento. Por estas escolhas serem essencialmente políticas, a mudança da lógica intrínseca de reprodução do desenvolvimento capitalista é provocada por um choque exógeno ao tempo “normal” do subdesenvolvimento, e, por isso, a compreensão objetiva do fenômeno da superação do atraso permanece um grande mistério.

No interior desta tradição, Celso Furtado construiu as bases de uma Economia Política da mudança estrutural. Esta “Nova Economia Política” está relacionada ao conceito ampliado de Excedente, cujo tratamento da Acumulação como fluxo (Investimento) é indissociado de seus impactos nos modos de vida por meio da alteração da relação produto-capital (Furtado, 1976). Tal conceito seminal de Furtado pode ser traduzido para este Capítulo da seguinte forma inversa: a consolidação de estruturas modernas impulsiona o setor salarial na economia subdesenvolvida, este setor amplia sua participação na renda nacional, por meio do crescimento da variável chave deste processo, que é a relação salário-PIB. Este processo, no entanto, amplifica o conflito distributivo entre capital e trabalho, ao mesmo tempo em que a redução de desigualdade pessoal da renda faz crescer a necessidade de avançar no mercado interno de consumo de massas, proveniente dos aumentos nas bases da renda formada pelos salários. Esse é, objetivamente, o mecanismo da “homogeneização”, fundamental à construção teórica do pensamento de Furtado, e cujo conceito confunde-se com a concepção do autor sobre a Teoria do Desenvolvimento.

A obra de Furtado esteve permeada pelas contradições entre o avanço da acumulação capitalista e a possibilidade de desenvolvimento, ou seja, a dinâmica geradora de desigualdades do capitalismo e a produção de uma sociedade mais homogênea pelo desenvolvimentismo. No subdesenvolvimento, a contradição assume figura trágica, e não é por menos que a obra furtadiana caminhou da organização ao desfazimento da fantasia. Pois, a depender da relação entre a dinâmica do crescimento econômico (relação produto-capital) e as mudanças no conflito distributivo, o movimento combinado entre distribuição funcional e pessoal da renda ativa as

forças defensivas do subdesenvolvimento, cujos grupos ligados às rendas do capital operam para bloquear o desenvolvimento e retornar a distribuição funcional ao ponto anterior à estratégia de ruptura do passado. À luz do pensamento de Furtado para a questão brasileira, pode-se rerepresentar contemporaneamente o problema da capacidade de sustentação política e econômica desse complexo percurso de tentativa e bloqueio de uma estratégia de desenvolvimento, o que representaria a resiliência de uma sociedade a processos de mudanças estruturais e constituição de uma sociedade plenamente salarial, i.e, moderna.

No mundo subdesenvolvido, o caminho da industrialização eleva o nível da *modernização* e capitaliza-se na concentração e restrição dos mercados a uma minoria social, o que impactará, por sua vez, num foco de instabilidade devido aos “*reflexos negativos na produtividade industrial*” (Furtado, 1972, p.11). As condições débeis do mercado, ao incorporar o padrão industrial sem transformar sua estrutura produtiva, imporão à grande indústria instalada restrições estruturais ao crescimento econômico; o avanço da acumulação concentradora e *modernizadora* levaria a economia a um nível “sub-ótimo” de bem-estar se comparado ao dos países centrais. As deficiências no consumo ampliado dos bens industriais impediriam a reprodução do próprio sistema, da própria concentração³¹.

Esta problemática pode ser atualizada para o tema da resiliência, mostrando, a partir de dados comparativos e históricos da relação Salário/PIB, como a sociedade brasileira é extremamente avessa a mudanças estruturais. Dois momentos de combinação entre as forças do trabalho e as políticas públicas foram o Período Democrático da Era Trabalhista, especialmente entre 1951 e o começo de 1964, e os Governos Lula e Dilma da Nova República (2003-2016). São dois tempos em que o Brasil se arriscou na transformação estrutural de sua economia; períodos curtos de um pouco mais de uma década que foram prosseguidos por outros longos de retrocesso no conflito distributivo. Pouco mais de uma década de trabalhismo democrático gerou as condições do Golpe Militar de 1964; pouco mais de uma década de lulismo gerou as condições para sua interrupção parlamentar de 2016, um golpe, desta vez, sem os militares.

Apesar da falta de clareza sobre como se formaria essa vontade política em favor de uma estratégia de ruptura com o passado (Furtado), o conteúdo dessa escolha está muito bem

³¹ “... na medida em que o consumo da minoria de altas rendas deve acompanhar a evolução do consumo dos grupos de rendas médias e altas de países muito mais ricos (...) os limitados recursos disponíveis para investimento tenderão a ser absorvidos na diversificação do consumo da referida minoria, em prejuízo do referido processo de difusão.” (Idem; p. 31).

definido: construir o Estado Nacional e suas instituições coordenadoras do desenvolvimento; industrializar a economia primário-exportadora; urbanizar a população rural; introduzir o núcleo dinâmico do capitalismo à reprodução interna da sociedade subdesenvolvida. O resultado dessa ruptura seria a introdução de uma sociedade urbano-industrial completa e homogênea em seus padrões de consumo, o que significa a transferência para o trabalho da parcela majoritária na distribuição funcional da renda, construindo, a partir de uma sociedade salarial, as bases produtivas e redistributivas da homogeneização dos padrões de consumo.

A economia política da mudança estrutural pode ser sintetizada da seguinte forma: a consolidação de estruturas modernas impulsiona o setor salarial na economia subdesenvolvida, este setor amplia sua participação na renda nacional, por meio do crescimento da variável chave deste processo, que é a relação salário-PIB. Este processo, no entanto, amplifica o conflito distributivo entre capital e trabalho, ao mesmo tempo em que a redução de desigualdade pessoal da renda faz crescer a necessidade de avançar no mercado interno de consumo de massas, proveniente dos aumentos nas bases da renda formada pelos salários. A depender da relação entre a dinâmica do crescimento econômico (relação produto-capital) e as mudanças no conflito distributivo, o movimento combinado entre distribuição funcional e pessoal da renda ativa as forças defensivas do subdesenvolvimento, cujos grupos ligados às rendas ligadas ao capital operam para bloquear o processo de desenvolvimento e retornar a distribuição funcional ao ponto anterior à estratégia de ruptura do passado. A capacidade de sustentação política e econômica desse complexo percurso de tentativa e bloqueio de uma estratégia de desenvolvimento representa a resiliência de uma sociedade a processos de mudanças estruturais.

3.1. Sociedades salariais e o segredo do desenvolvimento³²

Apesar de constituir o senso comum de qualquer sociedade contemporânea no mundo, viver exclusivamente de salário é uma construção histórica relativamente recente na humanidade, cujas consequências alteraram profundamente o sentido da reprodução social, característica essencial da civilização urbano-industrial. O ponto central destas transformações apareceu na

³² Parte desse item foi discutido anteriormente em (Calixtre, 2019), (Calixtre e Freddo, 2019) e (Calixtre e Freddo, 2020), onde o autor agradece todos os comentários recebidos ao longo do debate e revisões, o que permitiram o fundamento para avançar ainda mais este tema na tese.

Europa, em fins do século XVIII, e irradiou-se para a economia global por meio de estruturas tipicamente capitalistas. Entre diversas interpretações sobre a trajetória econômica das nações, a capacidade destas em converterem-se para uma sociedade predominantemente salarial é um dos segredos mais bem guardados do chamado Desenvolvimento econômico.

As chamadas revoluções gêmeas de fins do século XVIII até metade do XIX desarticularam o antigo regime de tradições e de colônias, disseminando processos de independência no Novo Mundo, já iniciado em países pioneiros como os Estados Unidos e São Domingos/Haiti. O capitalismo originário (Oliveira, 1985), inglês, reorganizará o sistema internacional mediante açambarcamento de mercados produtores de matérias primas e consumidores de produtos manufaturados, governados por elites pós-coloniais. No plano formal, o constitucionalismo, limitando os poderes dos soberanos, avança nas sociedades da Europa e do Novo Mundo, difundindo valores universais do homem burguês revolucionário, do direito jusnaturalista e da liberdade imanente no indivíduo e influenciando diversos movimentos de libertação nas Américas, muitos deles abolicionistas e republicanos. No segundo momento, constituíam-se os grandes monopólios, obra principalmente das nações atrasadas da Revolução Industrial – segundo definição de Alonso (*Idem*): Prússia/Alemanha; França; Itália; Japão; Holanda e, fundamentalmente, os Estados Unidos –, superando a originária Inglaterra em produção industrial, mas esta ainda exercendo sua hegemonia nos fluxos financeiros e nas determinações da dinâmica de acumulação em escala planetária.

De um lado, o pesadelo da sociedade do grande capital, erguida na segunda metade do século XIX, recaía sobre a classe trabalhadora no avanço do pauperismo, criando o substrato para novos caminhos, revolucionários, negadores da essência do sistema, ainda que reivindicantes dos valores perdidos da Revolução Burguesa. Do outro, a própria burguesia comandava um arranjo internacional fadado ao conflito total, pois a mistura de liberalismo econômico com um sistema de Estados nacionais ancorado no equilíbrio de poderes levava à constante tentação deste equilíbrio pelas forças monopolísticas dos mercados, movendo processos de concentração de poder desestabilizadores e ao surgimento de um novo colonialismo sobre os territórios africanos (Polanyi; 1980). O liberalismo consubstanciado no padrão-ouro reproduzirá os efeitos das desigualdades criadas pelos mercados liberalizados, pois impedia políticas universalistas de gastos e incentivo à demanda, amplificando o caráter concentrador do capitalismo e, mais importante, impedindo a depressão da demanda efetiva provocada pelo comportamento do investimento em tempos de crise.

O mundo que emerge da II Grande Guerra é completamente distinto. De um lado, as economias capitalistas organizam-se noutros moldes de política econômica: keynesianos, agora se obrigam a priorizar a demanda efetiva nacional – investimento e emprego – à estabilidade monetária exigida pelo padrão libra-ouro anterior, ao mesmo tempo em que procuram “domar” as forças de mercado no intuito de nunca mais repetir a tragédia das grandes guerras e da grande depressão, constituindo sociedades capitalistas de bem-estar. De outro, as economias socialistas levam às últimas consequências, disponíveis naquele momento histórico, o planejamento e a racionalização socioeconômicos, visando à rivalidade com a eficiência do capitalismo, ao mesmo tempo em que superaria suas injustiças. Por todas as formas, a constituição de uma sociedade de massas parecia avançar sobre as esferas da sociabilidade, onde o padrão tecnológico fordista³³ sintetizava as pulsões racionalistas da ordem produtiva e elegia o trabalho como a forma central de sociabilidade do homem moderno que é o criador principal da sociedade, capitalista, de bem-estar.

Nesta sociedade, as organizações de massas, particularmente o sindicalismo, pareciam equacionar satisfatoriamente o problema do fetiche e da alienação do trabalho abstrato, à medida que a sociedade do bem-estar incorporasse crescentes ganhos salariais, por meio da mobilização civil e democrática – vide não-revolucionária – do trabalho, e que a seguridade social homogeneizasse os padrões de vida entre as classes. A propriedade social do Estado de Bem-estar, segundo a terminologia de Robert Castel (1998), parecia superar, nos países centrais, o problema do pauperismo agudo da classe trabalhadora no século XIX; e, de fato, as aparências eram concretas.

A Sociedade Salarial, que emerge dos escombros da tragédia humana das grandes guerras, entrecortadas pelo colapso do capitalismo liberal, significava um avanço nas contradições da sociedade dirigida pelo valor, ao encontrar sua individualidade não no interesse liberal smithiano e sua propriedade privada, mas na desmercantilização das necessidades humanas por meio da socialização de parte desta propriedade. O mundo desenvolvido consiste precisamente naqueles países que conseguiram transitar para a sociedade salarial antes do fechamento tecnológico provocado pela consolidação da segunda revolução industrial no imediato pós-guerra, guardando consigo as estratégias de desenvolvimento necessárias a esse

³³ A sociedade fordista tem no trabalho industrial moderno seu principal agente público, criador do Estado de Bem-estar Social. Para diversas leituras sobre as consequências deste modo de vida, ver (Castel, 1998), (Harvey, 2001), (Esping-Andersen, 1990 e 1999) e (Gramsci, 1978).

processo. Estranhamente, a Sociedade Salarial dos países centrais falava a mesma linguagem do liberalismo para as nações subdesenvolvidas, impedindo a difusão da propriedade social do mundo desenvolvido para a periferia.

Pertencem às décadas de 1950 a 1970 a formulação de uma teoria do desenvolvimento voltada não mais para explicar a riqueza de algumas nações ante as outras, mas para apontar os caminhos da superação do subdesenvolvimento das economias que ficaram para trás do processo de acumulação global capitalista. A problemática do subdesenvolvimento constitui-se no método de interrogação da história da periferia do sistema capitalista que reproduz padrões desiguais de difusão do progresso técnico que, por sua vez, traduzem-se em padrões distintos de estruturas socioeconômicas reprodutoras desta desigualdade originária. Essa tradição aparece globalmente nos escritos de Prebisch e será apropriada pelo estruturalismo de Celso Furtado³⁴.

O estruturalismo originou-se nas ciências linguísticas, proposto pela obra de Saussure e cujo termo foi cunhado por Jakobson em 1929, na Escola de Praga de Linguística. É a escola de pensamento seguida por autores como Althusser, Barthes, Derrida, Godelier e Lacan (Blankenburg *et al.*, 2008). Constitui-se de três pilares: a *metodologia* da totalização, em que se prioriza a relação dos elementos na estrutura; a *epistemologia* da penetração sobre a aparência, em que o real mecanismo de funcionamento dos entes encontra-se “escondido”, portanto se trata de uma corrente anti-fenomenológica e anti-empiricista; e a *ontologia* das causas e condicionantes da Ação (*Agency*), dadas pela estrutura.

A formação do estruturalismo embarca na economia por meio de François Perroux (Sorbonne), em especial pelos conceitos de dominação econômica entre países e a análise do sistema econômico no espaço e no tempo. Boianovsky (2008) pontua claramente a relação entre Perroux e Celso Furtado durante a formação doutoral deste na Sorbonne entre os anos de 1948. Furtado levará consigo as teses seminais de Perroux para sua interpretação do histórico-estruturalismo, do mesmo modo que estas ideias influenciarão decisivamente a constituição

³⁴ Evidente que a reconstrução e análise do rico processo de pensamento econômico do estruturalismo cepalino é impossível de ser realizada em um espaço curto de um artigo. Espera-se apenas trabalhar as ontologias aqui consideradas relevantes para o argumento da economia política da mudança estrutural. Para uma abordagem exaustiva do pensamento da CEPAL, é sempre necessário consultar Ricardo Bielschowsky (2000).

intelectual da CEPAL, especialmente nos debates sobre a natureza estrutural da inflação nos anos 1960.

Segundo Furtado (2000), o processo histórico de difusão do progresso tecnológico manifesta padrões distintos entre países de alta produtividade social (centro) e de baixa produtividade (periferia). A estrutura do primeiro, na qual se origina o progresso técnico, absorve e difunde o aumento da produtividade para o conjunto da sua sociedade, uma vez que a escassez de mão de obra e o aumento real da renda permitem ganhos de escala crescentes ao incremento da produtividade do capital, pois o mercado de consumo é compatível com a acumulação de capital. Esse progresso técnico, no entanto, reproduz-se desigualmente ao difundir-se para os países periféricos, marcados pela baixa produtividade social, pelas estruturas pós-coloniais mimetistas dos padrões de consumo metropolitanos e pela abundância relativa de mão-de-obra. Como a periferia é incapaz de incorporar, de imediato, a estrutura produtiva do centro, esta viabiliza sua inserção no sistema pelo consumo dos produtos de alta intensidade de capital, concentrando-o nos grupos dominantes da sociedade. O acesso concentrador da periferia ao sistema-mundo foi denominado por Furtado como *modernização dos padrões de consumo*.³⁵

O subdesenvolvimento, como algo permanentemente distinto do desenvolvimento, avança nessa *modernização* à medida que concentra os recursos excedentes da sociedade para o consumo dos produtos metropolitanos, estabelecendo uma demanda constante por estas mercadorias. Ao cessarem os fluxos internacionais que permitiram a troca de bens agrícolas, típicos do subdesenvolvimento, por bens manufaturados da *modernização*, dá-se lugar à (difícil) via nacional de substituir os importados de alta produtividade do capital em meio à estrutura do subdesenvolvimento. O caminho da industrialização eleva o nível da *modernização* e capitaliza-se na concentração e restrição dos mercados a uma minoria social, o que impactará, por sua vez, num foco de instabilidade da industrialização do mundo subdesenvolvido: os “*reflexos negativos na produtividade industrial*” (Furtado, 1972, p.11). As condições débeis do mercado, ao incorporar o padrão industrial sem transformar sua estrutura produtiva, imporão à grande indústria instalada restrições estruturais ao crescimento econômico; o avanço da acumulação concentradora e *modernizadora* levaria a economia a um nível “sub-ótimo” de

³⁵ “... o progresso tecnológico serviu muito mais para modernizar os hábitos de consumo do que para transformar os processos produtivos.” (Furtado, 1972, p.11).

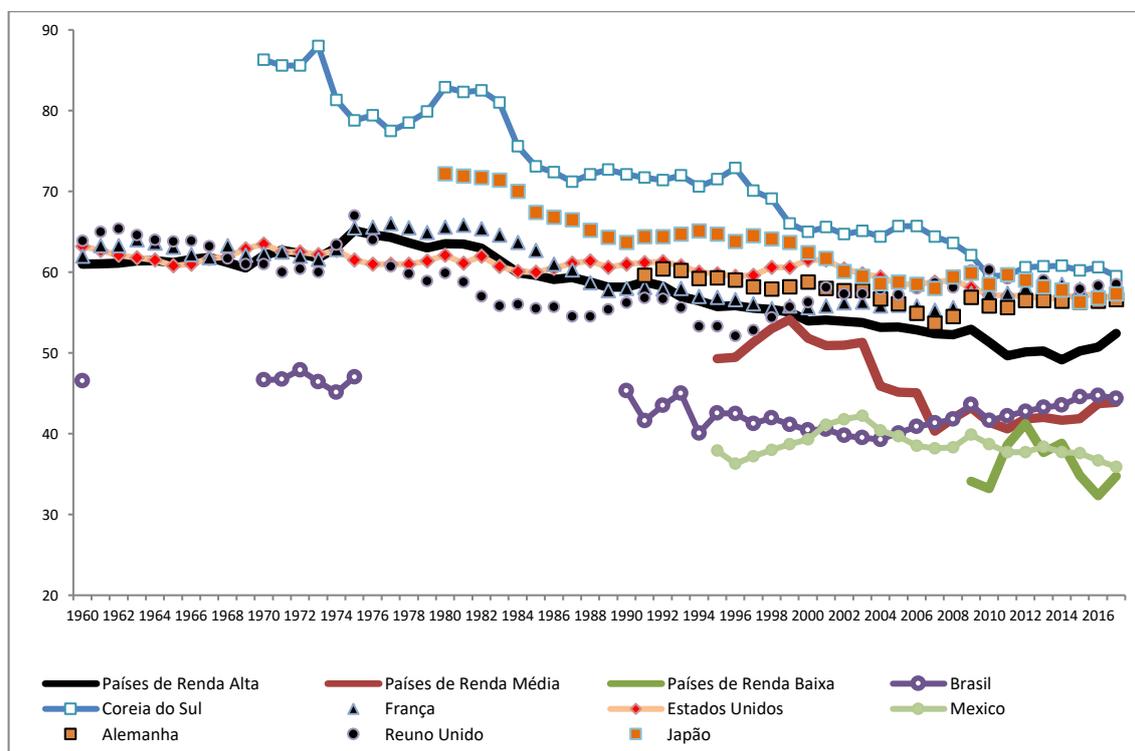
bem-estar se comparado ao dos países centrais. As deficiências no consumo ampliado dos bens industriais impediriam a reprodução do próprio sistema, da própria concentração³⁶.

Tanto o debate nacional quanto o cepalino na década de 1970 perceberam que a dinâmica própria do subdesenvolvimento levaria a períodos de desconcentração e reconcentração da renda, para que haja ajuste da demanda do mercado quanto às novas características da etapa de expansão. Outra contradição deste duplo processo é o que ocorre com a mão-de-obra, pois conforme se alteraram os centros dinâmicos das estruturas produtivas, há uma expulsão da mão-de-obra em alguns setores, e sua atração em outros. A dinâmica da incorporação da mão-de-obra depende da “*forma*” como o excedente é utilizado na esfera produtiva. O aumento do excedente implica expulsão de parte da mão-de-obra do processo racionalizador no centro da acumulação, e a heterogeneidade do sistema é agravada, então, pela informalização de parte da população trabalhadora integrada.

Trata-se da incapacidade de o aumento da acumulação de capital extinguir o setor arcaico de subsistência pós-colonial, e não somente isso, essa sobrevivência do arcaico insemna o ciclo de acumulação do setor moderno. Aquilo que aparece como uma dualidade no modelo neoclássico de Lewis (1954) é a combinação mútua de dois estados de reprodução econômica: subdesenvolvimento contido e retroalimentado pelo desenvolvimento. O conflito distributivo, ou seja, a competição entre capital e trabalho pela apropriação dos fluxos (renda) e dos estoques (riqueza) nacionais é a variável chave de ajuste do grau de subdesenvolvimento, da heterogeneidade e, inclusive, do hiato de produtividade sistêmica das economias periféricas. A representação empírica mais relevante para a observação deste fenômeno é a taxa de salários sobre o Produto Interno Bruto dos países, distribuindo-os entre perfis de renda alta, média e baixa, como se observa no gráfico a seguir:

³⁶ “... na medida em que o consumo da minoria de altas rendas deve acompanhar a evolução do consumo dos grupos de rendas médias e altas de países muito mais ricos (...) os limitados recursos disponíveis para investimento tenderão a ser absorvidos na diversificação do consumo da referida minoria, em prejuízo do referido processo de difusão.” (Idem, p. 31).

Gráfico 1. Participação Salários/PIB, por categoria de renda dos países (médias) e países selecionados. 1960 - 2017



Fonte: ILOSTAT; Contas Nacionais (IBGE)

A série histórica acima mostra que países de renda alta são países predominantemente salariais, cuja média de salário/PIB sempre esteve acima dos 50%, exceto no período agudo da crise financeira de 2008. E que países de renda média e baixa se mantêm, pelos dados disponíveis, abaixo dessa predominância salarial, com exceção da Venezuela, que puxou para cima a média na primeira metade dos anos 1990, depois recuando para a média normal abaixo de 50% do PIB desse estrato de renda. Infelizmente, não há dados harmonizados que permitam a análise para um período anterior à década de 1960. O que se observa, do ponto de vista estrutural, é a exata sombra do ocaso da sociedade erguida no Pós-Guerra e suas pretensões socialdemocratas, ou, na terminologia de Castel, a crise da propriedade social do Estado e da Sociedade Salarial. Antes da Crise do Petróleo, a média Salário-PIB dos países desenvolvidos transitava a casa dos 70% da renda, após as mudanças no padrão tecnológico promovidas no capitalismo, essa média cai drasticamente para próximo dos 50% do PIB. Péssima notícia para o mundo subdesenvolvido, abatido em pleno voo industrializante por um padrão tecnológico que se tornara obsoleto e fora substituído por outro de menor capacidade civilizatória.

Nesse sentido, o avanço da acumulação por uma estratégia de desenvolvimento somente se concretiza na periferia por meio da concentração e da desigualdade, pois a constituição de

sociedades salariais e da propriedade social do Estado é uma tarefa cada vez mais restringida, inclusive dentro dos países desenvolvidos. Mas não apenas isso, o ponto de partida da estratégia de desenvolvimento em relação à sociedade salarial também é extremamente relevante para o sucesso ou não de estratégias de superação do passado. Trata-se aqui da evidente comparação do Brasil com a Coreia do Sul. Esta última tida como o único caso de superação do subdesenvolvimento após o Plano Marshall, a Coreia do Sul compartilhava o mesmo grau de desenvolvimento econômico que o Brasil no final dos anos 1960, mas sob uma enorme diferença de assalariamento de sua população, acima dos 85% do PIB, enquanto o Brasil possuía a metade disso. Essa monetização das formas de subsistência, do setor arcaico, pensando em termos lewisianos, constitui um colchão de amortecimento do conflito distributivo que permite estratégia de crescimento pró-capital com relativa folga social, enquanto a mesma estratégia em uma sociedade pouco assalariada, encontra resistência em um conflito distributivo já no limite do estresse entre capital e trabalho.

Observando apenas o sentido do desenvolvimento como acumulação de capital, essa abordagem da sociedade salarial é uma alternativa promissora de pesquisa para aqueles que buscam compreender a dinâmica do desenvolvimento para além da frente teórica estruturalista do “catching-up” tecnológico³⁷, complementando-a com a economia política da transformação estrutural. Essa “Nova Economia Política” é tributária do trabalho seminal de Paul Baran (1952), que argumentou à época, com uma certa dose de fatalismo, sobre o caráter anti-

³⁷ De forma alguma busca-se desmerecer aqui esta importante frente de pesquisa cepalina. Afinal: “(...), the model is useful to illustrate not only why Latin America has fallen behind, but also why some countries (particularly in Asia) have succeeded in catching up. The rise of Asia should be interpreted in terms of qualitative transformation—large-scale structural change—along with higher rates of capital accumulation. Structural change is the (Schumpeterian and Keynesian) engine that reallocates labour from subsistence towards higher productivity activities and jobs, while easing at the same time the external constraint on growth. The change in the technological parameters of many Asian countries (particularly Korea, Taiwan and, more recently, China), and the interrelated changes in international competitiveness and diversification, have redefined the international landscape.” (Cimoli e Porcile, 2014, p. 223).

Ou seja, os avanços dos países asiáticos em direção à fronteira tecnológica são explicados pelas altas taxas de acumulação de capital, ou investimento, ou poupança, desses países em relação à estagnação latino-americana. Isso é um fato, mas pouco se explica como os sistemas políticos e sociais desses países permitiram políticas agressivas de avanço do capital. A existência prévia de uma sociedade salarial, como é o caso da Coreia do Sul, joga uma luz a mais sobre esse fenômeno, enquanto na América Latina o avanço da acumulação tem de ser obtido *pari passu* à constituição de uma sociedade salarial, o que são forças antagônicas entre si.

progressista das classes médias dos países subdesenvolvidos, em oposição ao observado nos países industrializados. O estado de permanente reprodução de grandes desigualdades leva à negação da dimensão do planejamento econômico, colocando os agentes e a economia em permanente estado de *Carpe Diem* (Baran, 1952, p. 78). Para o autor, América Latina, Ásia e África estariam condenados a esse círculo vicioso do atraso provocado pela baixa taxa de acumulação, classe média comprimida em pouco espaço distributivo e estrutura pós-coloniais de sociedade. A ruptura viria com uma atuação do Estado que extrapolasse a simples estratégia de acumulação e atingisse o modo de vida pós-colonial, transformando as estruturas mantenedoras de privilégios no interior das classes médias antiprogressistas em direção à progressividade. Esta é uma proposta de incomum genialidade, especialmente se considerada o período em que ela foi formulada, cujo encaminhamento teórico ficou adormecido pelo pensamento estruturalista, com exceção das discussões sobre cultura e desenvolvimento de Furtado. De todo modo, o assunto da economia política da transformação social aparece como um fato exógeno ao sistema que, no entanto, sem ele as distintas trajetórias do desenvolvimento do mundo periférico nas décadas seguintes fazem pouco sentido.

3.2. O Brasil na Economia Política da transformação social

Em razão desta problemática Centro-Periferia, o debate estruturalista entre os anos 1970 e 1980 concentrou-se muito mais em resolver as questões relacionadas aos entraves à acumulação capitalista no mundo subdesenvolvido do que aos mecanismos de constituição de sociedades salariais, mesmo porque a não solução do primeiro problema impedia a solução do segundo. No bloqueio do processo de difusão do progresso técnico está o elemento de perda constante do dinamismo (o progresso técnico é o próprio dinamismo) da industrialização periférica, que reduz sensivelmente a capacidade de avanço da industrialização para o conjunto da sociedade e cria um capitalismo industrial de baixa produtividade social e alta concentração de renda, ainda que, no processo de crescimento econômico, reduzisse o pauperismo das massas. A questão central, para Furtado, é que a economia do subdesenvolvimento tende a reproduzir processos não apenas concentradores da riqueza, mas ineficientes do ponto de vista da produtividade técnica e, conseqüentemente, do nível de bem-estar da sociedade nacional. O “sub-ótimo” da industrialização periférica levou Furtado a afirmar, em textos anteriores como *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966) e *Um projeto para o Brasil* (1968), que o avanço do subdesenvolvimento virá ao encontro da estagnação econômica. Nisso,

centraram-se críticas de autores como Maria da Conceição Tavares e José Serra, sob a perspectiva de que o “modelo” brasileiro, apesar de concentrador, pôde constituir um capitalismo dinâmico nos trópicos.

O teor dessa crítica e da concepção do capitalismo brasileiro de Conceição Tavares, por meio da leitura do ensaio *Além da estagnação* (1970), ao dialogar com Furtado, busca desconstruir a ideia de que o Brasil em meados da década de 1960 caminhava para um processo de estagnação. Não se tratava de uma estagnação, mas sim de uma crise do modelo de industrialização, substituição de importações, adotado pelo Brasil nos anos anteriores. A crise de meados da década de 1960 deve ser encarada como um período de transição a um novo padrão de desenvolvimento capitalista, que apresenta

“características dinâmicas e que também pode reforçar alguns traços do “modelo” substitutivo de crescimento em suas etapas mais avançadas, ou seja, exclusão social, a concentração espacial, bem como o atraso de alguns subsetores econômicos quanto ao nível de produtividade (...). [Porém,] marginalidade, desemprego estrutural, infraconsumo, etc. não constituem em si mesmo, nem necessariamente, problemas fundamentais para a dinâmica da economia capitalista, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com os problemas relacionados com a absorção de poupanças, oportunidades de investimento” (Tavares e Serra, 1970, p. 157).

Pois o capitalismo brasileiro, de acordo com esta visão, teria conseguido criar fontes endógenas “de estímulo e expansão que lhe conferem dinamismo” (Idem, p. 158). E seria o tipo de dinamismo que o anima, que levaria à privação dos benefícios, trazidos pelo sistema capitalista, a uma grande parte da população.

Apesar do inegável acerto teórico da explicação acima, o argumento não consegue invalidar a crítica furtadiana, pois, para ambos os campos deste debate estruturalista, os problemas na demanda aconteciam devido à concentração da renda da economia que não permitia aumentar o nível de consumo das classes intermediárias, justamente aquelas que possuem uma maior propensão marginal a consumir, e, desta forma, uma maior participação destas classes no consumo, possivelmente levando a um maior efeito do multiplicador. Em outras palavras, a incapacidade de constituir uma sociedade salarial a partir do modelo de acumulação capitalista periférico é o cerne do fracasso não do ponto de vista da modernização da sociedade pós-colonial, mas do ponto de vista de seu poder civilizatório, do Desenvolvimento entendido como a homogeneização de padrões de consumo.

O foco de Tavares e Serra na rentabilidade do investimento para explicar a crise de acumulação resolve apenas a parte econômica do problema periférico. No entanto, o ponto de acordo é que, “nos traços que caracterizam os processos de expansão, incorporação e difusão do progresso técnico e da reconcentração da economia” (Idem, p. 173-174), os autores consideram que a autodeterminação não fez que se superassem a heterogeneidade em relação à distribuição da renda, à incorporação e difusão da mão de obra, e à rentabilidade das esferas dinâmicas em relação às outras esferas da economia. É justamente a preservação da taxa de lucro daquelas esferas que levam a maiores distorções do capitalismo brasileiro, porém que também possibilitaram manter sua integração com o sistema internacional. Esse raciocínio pode ser feito como o inverso da renda apropriada pelo capital e interpretada à luz da parte salarial.

Neste “Capitalismo Selvagem”, que nada mais é o capitalismo onde a renda é predominantemente apropriada pelo capital e o desenvolvimento econômico é definido *estritamente* pelo avanço da acumulação, a apropriação do excedente estaria subordinada ao interesses privados oligopolistas, tanto por dominarem a técnica e terem uma maior produtividade, quanto em relação ao seu poder de mercado e capacidade de pagar salários mais baixos do que esta produtividade. A utilização de parte deste excedente é feita pelo setor de serviços e pelo setor público. O setor de serviços tem a funcionalidade de incorporar na economia o consumo das massas urbanas que acaba por fomentar as indústrias descapitalizadas. É no período militar também, que a apropriação financeira do excedente social se inicia, via desenvolvimento do mercado de capitais, ao “permitir a acumulação de lucros sem a relação direta com o processo de geração do excedente real e cuja função básica é facilitar a realização dinâmica do excedente” (Idem, p. 181).

Em paralelo ao debate nacional nos anos 1970, a CEPAL também caminhou pela busca em compreender mais os processos de acumulação de capital na periferia e menos os condicionantes civilizatórios do desenvolvimento contidos na constituição de sociedades salariais. Aníbal Pinto (1973), Osvaldo Sunkel (1970) e Fernando Fajnzylber (1970; 1983) a dinamização proporcionada pelo progresso técnico concentra-se principalmente nas atividades “de ponta” e nas quais a complementam, difundindo-se, portanto, de forma heterogênea nos diferentes ramos da economia, diferenciando, então, suas estruturas. Em outras palavras, a heterogeneidade estrutural é uma hierarquia desigual de poderes de mercado. Setores, que eram

dinâmicos, deixam de ser quando um setor maior o subordina, tornando a heterogeneidade estrutural a própria marca de expansão do sistema³⁸.

Ainda que se possa detalhar em outros estudos futuros as questões teóricas sobre a relação entre o conflito distributivo na distribuição funcional da renda, a constituição de sociedades salariais em direção à homogeneização do padrão de consumo e a resiliência das sociedades periféricas em admitir processos suficientemente longos de mudança estrutural, o objetivo deste Capítulo é encarar um problema nacional concreto: por que o modelo recente de desenvolvimento do período 2003-2014 foi interrompido? O instrumental da economia política da transformação estrutural pode ser aplicado ao caso específico brasileiro, desde que construída seus “fatos estilizados” que conferem especificidade histórica do país ante outros que compartilham da dimensão periférica do desenvolvimento.

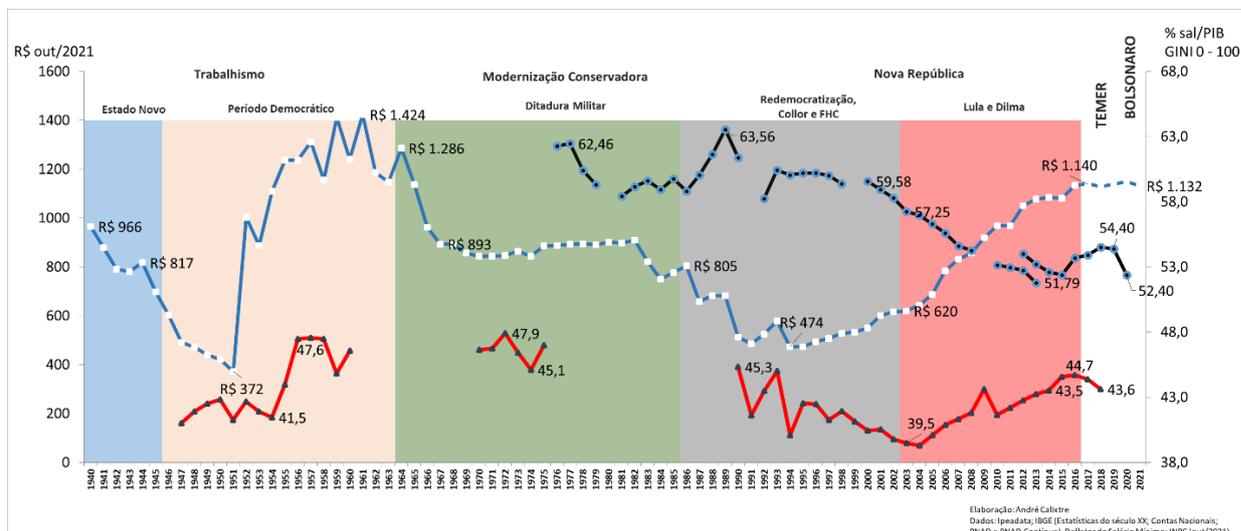
O período entre a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e a interrupção do segundo mandato de Dilma Vana Rousseff pode ser compreendido como a mais recente tentativa histórica de superação do subdesenvolvimento no Brasil, que, por definição, ocorre sob condições permanentemente adversas dadas pela posição periférica na hierarquia capitalista. A crise da experiência desenvolvimentista reabriu o debate econômico, sendo que a maioria dos argumentos elegeu a questão da produtividade como a causa central para o impedimento do lulismo. Mesmo entre alguns economistas heterodoxos, consolidou-se a ideia de que desequilíbrios estruturais foram gerados pela baixa intensidade do crescimento da produtividade em comparação à alta intensidade dos avanços sociais proporcionados pelas políticas públicas e pelo mercado de trabalho, levando a seu esgotamento. Na miríade de posições, há uma perigosa concordância de que a saída deveria ser outro modelo voltado prioritariamente para avanços na produtividade, se necessário em detrimento (ou constrição) dos avanços sociais.

No caso brasileiro, é o comportamento do Salário Mínimo a variável mais importante para dimensionar a intensidade desse processo, por este funcionar como farol sinalizador de todas as rendas do trabalho e, portanto, indutor de ciclos de redistribuição de renda em favor do poder de compra do trabalho em si mesmo e em relação ao peso do capital. O gráfico abaixo, em perspectiva histórica, mostra a interdependência entre o Salário Mínimo, o Índice de Gini

³⁸ Também no texto de Tavares e Serra temos marcado esta abordagem. A heterogeneidade persiste devido ao fato de que “características essenciais de funcionamento do capitalismo dependente subdesenvolvido tendem a frear a generalização do processo de incorporação e difusão do progresso técnico” (Idem, p. 185).

(distribuição pessoal da renda) e a relação Salários/PIB (distribuição funcional da renda), especialmente nos períodos em que houve uma política consistente de valorização do primeiro.

Gráfico 2. Salário Mínimo Real (marcador quadrado); Salários/PIB (marcador triângulo) e GINI (marcador bola): Série Histórica.



Fonte: Ipeadata; IBGE (Estatísticas do século XX; Contas Nacionais; PNAD e PNAD Contínua). Deflator do Salário Mínimo: INPC (out/2021). Elaboração própria.

O tema da resiliência aparece na análise do gráfico, e mostra como a sociedade brasileira é extremamente avessa a mudanças estruturais. Dois momentos de combinação entre as forças do trabalho e as políticas públicas foram o Período Democrático da Era Trabalhista, especialmente entre 1951 e o começo de 1964, e os Governos Lula e Dilma da Nova República (2003-2016). São dois tempos em que o Brasil se arriscou no abismo do desenvolvimento numa tentativa de transformação estrutural de sua economia; períodos curtos de um pouco mais de uma década que foram prosseguidos por longos de estabilidade ou retrocesso do conflito distributivo. Pouco mais de uma década de trabalhismo democrático gerou as condições do Golpe Militar de 1964; pouco mais de uma década de lulismo gerou as condições para sua interrupção parlamentar de 2016, dessa vez sem os militares. Em ambos os casos a economia política explica melhor que a macroeconomia: era preciso reverter os ganhos da classe trabalhadora sobre a apropriação do excedente social. Ambos se encerraram de maneira violenta e abriram espaço para uma longa hibernação de direitos fundamentais e de outros processos civilizatórios.

É importante sempre retomar a discussão de que as teorias estruturalistas do subdesenvolvimento mantinham ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, um intenso debate sobre a capacidade inclusiva do capitalismo periférico em relação ao contingente marginalizado pela difusão desigual do progresso técnico oriundo da industrialização. Nessa perspectiva, a

sociedade periférica estaria representada por uma descontinuidade na participação no processo de produção da riqueza capitalista, em que o capital manteria um pequeno setor dinâmico das relações capital e trabalho, compreendido da burguesia até o exército industrial de reserva na classe trabalhadora, ou seja, a parcela da população desempregada que, por estarem imediatamente aptos a assumir postos dos trabalhadores empregados, contribuem dinamicamente para o processo de formação de preços do trabalho, da mais-valia, dos lucros e dos preços gerais da economia capitalista. A parcela da classe trabalhadora além do exército de reserva participa marginalmente da estrutura de acumulação anterior nas principais formas: (i) pressionando nas fronteiras do exército de reserva, como subproletariado desempregado, porém inapto ao exercício das funções do trabalho específico daquela categoria, exercendo funções no pequeno comércio de rua, nos empregos esporádicos de baixíssima qualificação e nas formas familiares ou cooperativas de produção urbana; (ii) mantendo-se nos bolsões de subsistência, apartado da economia monetária, nos praticamente mesmos pressupostos de reprodução agrária do mundo colonial; (iii) marginalizado de fato das estruturas oficiais, no crime pequeno, na mendicância, em uma situação de miséria absoluta e, o que é mais importante, sem nenhuma função social aparente.

A experiência contemporânea do desenvolvimento, no entanto, mostrou que a história tenta se repetir em seus termos iniciais do debate sobre a superação do atraso: afinal de contas, é possível constituir uma sociedade salarial no território do subdesenvolvimento latino-americano? O drama brasileiro aponta com imensa força a paradoxal fragilidade da estratégia de “ruptura com o passado”, na melhor definição de Furtado sobre o conceito de mudança estrutural. Como tanto permeia a obra furtadiana, o sistema econômico de um país está indissociado das suas esferas reprodutivas da população, da estratificação social, e do aumento da produtividade social (Furtado, 1976, p.32).

A resiliência da marginalidade estrutural, portanto, é o ponto de encontro no longo debate sobre o desenvolvimento brasileiro. E a categoria chave para a compreensão deste fenômeno está na relação Salário-PIB, na constituição prévia ou não de uma sociedade majoritariamente salarial como base da Propriedade Social do Estado e a homogeneização dos padrões de consumo. É nesse contexto em que se processa qualquer possibilidade de redução ou distanciamento da fronteira tecnológica, pois são as condições dadas para o aumento da produtividade social, para o fenômeno político da mudança na estratificação social – dirigida pela homogeneização da distribuição funcional e pessoal da renda – e, por fim, garantindo a

reprodução da sociedade. No caso brasileiro, historicamente essa resiliência a mudanças estruturais é extremamente baixa, em razão do alto grau de concentração das rendas salariais e o alto grau de participação das rendas de capital no PIB, o que não implica afirmar que não haja espaço no país para mudanças estruturais profundas. Por esta ótica integral do conceito furtadiano de Nova Economia Política, no entanto, nota-se o quão raro é o fenômeno do desenvolvimento ao longo de mais de um século de história nacional.

3.3. As distintas manifestações históricas do Homem Cordial

O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), de meados dos 1970, visava a resolver as desigualdades regionais e a aprofundar a industrialização de massas mediante tanto bens de capital como bens de consumo dos trabalhadores. *Sonho e fracasso*, termo de Carlos Lessa, o segundo PND naufragou nas contradições de uma sociedade nascida da modernização conservadora, no revés do sistema financeiro internacional e na inexorabilidade da redemocratização. As transformações internacionais profundas da década de 1970 não foram imediatamente sinérgicas ao espaço nacional, que antes respondeu com essa política anticíclica de investimentos públicos para a suposta superação do subdesenvolvimento. Voltado para a consolidação do setor de bens de capital e diminuição das disparidades regionais, também objetivou a manutenção da demanda agregada interna, protegendo o patrimônio financeiro das incertezas e do choque inflacionário. O complexo esquema de financiamento da dívida dependia de fluxos constantes de liquidez internacional, que pôde ser mantido ao longo de meados da década de 1970 (crescimento com endividamento) e início da década de 1980 (forte estatização da dívida), ao custo da socialização dos prejuízos e da deterioração do setor produtivo público, logo da capacidade de investimento do Estado.

A desorganização do Regime Militar a partir do fracasso do segundo PND atingira o ápice das contradições no momento em que emerge, no começo da década de 1980, o movimento pelas Diretas, em meio à crise sistêmica da dívida externa. A longa parceria do subdesenvolvimento com o capital externo (restabelecida desde 1903) romper-se-á novamente na década de 1980, o que levará à crise sistêmica do Estado nacional-desenvolvimentista, desmanchando a longa, pragmática e antagônica “aliança” entre o Modernismo e o positivismo no plano da ação do Estado. Do ponto de vista da redemocratização, ao ser derrotada a emenda Dante de Oliveira (abril de 1984), a modernização-conservadora ganhou o último impulso

garantidor da planejada “saída gradual e segura”, neutralizando temporariamente o renascimento da democracia popular.

Do ponto de vista econômico, a “arrastada” década de 1980 amargará a perda do dinamismo característico do “milagre”, sufocada pela restrição da dívida externa e pela crise material do Estado nacional-desenvolvimentista. A mutualidade em que se escondeu o *homem cordial*, porém, reproduziu-se ao longo da década perdida, ainda que o fim do decênio tenha legado um marco jurídico importante de diretrizes fundamentais da face progressista da sociedade, que foi a Constituição de 1988 (CF/1988).

A nova Constituição Federal representou uma ampliação extraordinária dos direitos sociais, quebrando o monopólio do acesso a estes pelo assalariamento. Devido ao conceito de seguridade social incorporado ao texto constitucional, foram garantidos direitos básicos ao cidadão, independentemente da sua contribuição para o benefício. Enquanto a CF/88 resolve tensões antigas do trabalhismo e da sociedade cadastrada, a mutualidade arcaico-moderna gestou uma nova forma de reprodução de suas estruturas cordiais ocultas, mediante a progressiva “financeirização” da riqueza, antes representada fundamentalmente pela produção industrial, incorporando mais uma vez as mutações da acumulação de capital.

O capitalismo financeiro é a nova máscara do Brasil profundo, que, nos meados da década de 1990, restabelecida sua capacidade de endividamento internacional, sepultará o passado nacional desenvolvimentista num tipo novo, único, de ideologia neoliberal. O movimento recente da sociedade brasileira incorporou as contradições do mundo pós-moderno sem que houvesse completado sua modernidade. A desconstrução, no mundo, do sujeito clássico, autocentrado, transparente consigo mesmo e, fundamentalmente, dotado de vontade, operou-se, no Brasil, no último respiro da dualidade modernização conservadora e democracia popular. Aprofundou-se a contradição entre uma sociedade incompleta e um sujeito incapaz de completá-la, contaminando os espaços públicos da ação política com os valores dos novos tempos: o imediatismo e a banalidade, provocados pela “ausência” cognitiva do tempo histórico. Especialmente durante a década de 1990, a aparência de familiarismo, de subsistência e de tradicionalismo no Brasil escondeu uma radical transitoriedade e dessocialização do *homem cordial* descartado por seus iguais, dissimulados modernos, durante o processo

selvagem de concorrência intergeracional³⁹ pelo excedente do subdesenvolvimento. As concentrações urbanas, em que se desenvolvem mais radicalmente este processo, condicionam geograficamente o lócus da sociedade fracassada e mítica, como também seus necessários pontos de contato com a riqueza cada vez mais concentrada tanto em termos patrimoniais quanto na renda e no acesso à sociedade de consumo. A emergência do sujeito “apenas” consumidor regulou as tensões sociais produzidas pela ordem financeira, substituindo a máscara do nacional-desenvolvimentismo, esta entendida como o crescimento econômico a qualquer custo. Isso produziu uma aceleração social profunda dos laços e das interconexões humanas, muito mais potente que o observado na Europa pós-moderna – e não é por menos que, lá, chama-se esse processo de “carnavalização do mundo” ou, mais emblemático ainda, “brasilianização”.

Em suma, a sobrevivência dinâmica do *homem cordial* revelou originalidade e relativa eficácia, inicialmente dentro de uma proposta democrática, cuja polarização levou à sua recusa do senhoreado, instituindo o Golpe de 64 e com isso o abandono da parte democrática do nacionalismo desenvolvimentista. Posteriormente à crise do nacional-desenvolvimentismo, o novo padrão de acumulação financeira transformou e atualizou novamente as bases da reprodução social e da mútua existência do arcaico e do moderno. A sobrevivência ativa do *homem cordial* na história nacional, no entanto, é a chave para compreender o sentimento de uma coisa só e o esforço do subdesenvolvimento para postergar os problemas de soluções cada vez mais urgentes e impossíveis.

Afastada de suas condições antigas, posta em situações novas e mais ou menos urbanas, a cultura tradicional não desaparecia, mas passava a fazer parte de um processo de outra natureza. A sua presença sistemática no ambiente moderno configurava um desajuste extravagante, cheio de dimensões enigmáticas, que expressava e simbolizava em certa medida o caráter pouco ortodoxo do esforço desenvolvimentista. Aliás, com a sua parte de simpatia e de tolerância, mas também de absurdo e de primitivismo, essa mescla do tradicional e do moderno se prestava bem para emblema pitoresco da identidade nacional. Por outro lado, é certo que o ritmo e a sociabilidade tradicionais lançavam por sua vez uma luz crítica sobre as pautas do progresso

³⁹. Apesar de o termo aqui utilizado simplesmente mencionar um processo que se reproduz entre gerações, é importante lembrar que tem surgido um debate distinto sobre padrões geracionais (gerações *baby-boomer* e X, Y e Z), mas que não se pretende fazê-lo referência neste espaço.

econômico dito “normal”, criando a presunção de que nas condições brasileiras a sociedade moderna seria mais cordial e menos burguesa que noutras partes (Schwarz,1999, p. 156).

O esgotamento deste “esforço desenvolvimentista” não trouxe consigo a superação desta identidade nacional pitoresca.

(...) é interessante notar que a realidade começava a se parecer com a filosofia, no caso, com a terra movediça postulada pelo desconstrucionismo. O processo da modernização, com dinamismo próprio, longo no tempo, com origens e fins mais ou menos tangíveis, não se completou e provou ser ilusório. Nessas circunstâncias, a desestabilização dos sujeitos, das identidades, dos significados, das teologias – especialidades enfim do exercício da leitura pós-estruturalista – adquiriu dura vigência prática. (op. cit., p. 158)

Antecipou-se com isso a aplicação prática da pós-modernidade sem o país nunca ter sido moderno e "(...) não custa observar que as ideias de Derrida chegaram ao Brasil antes que se instalasse esse clima" (op. cit., p. 159).

As aproximações de Schwarz sintetizam o espírito dos fins da década de 1990, em que o fracasso do modelo neoliberal exacerbou características profundamente negativas do *homem cordial* na sociedade brasileira, o imediatismo, a banalização do racional e a desigualdade são elementos disruptivos da ordem social encampados pela cordialidade que compuseram o imaginário deprimente da década de 1990.

Porém, a recusa desse modelo, na década de 2000, foi uma obra histórica da própria sociedade brasileira, cujas mudanças táticas no padrão de acumulação financeira, posto que mantidas suas características fundamentais, permitiram uma retomada e aceleração sem precedentes da identidade nacional em bases menos infernais que antes. O ciclo dos anos 2000 combinou a emergência social com o crescimento econômico e a distribuição da renda do trabalho, cujo sucesso gerou novas contradições para a superação do subdesenvolvimento e para a própria identidade do *homem cordial* contemporâneo.

Esse novo ciclo dos anos 2000 foi um tardio “*New Deal* brasileiro”, amparado pelo advento político do “lulismo”,⁴⁰ um regime de coalizão com vetores à esquerda do espectro dominante e com um forte desejo de resgatar o potencial positivo que a especificidade radical, ora discutida ao longo deste capítulo, representa para um devir civilizatório tropical. O “lulismo” fundamentar-se-ia em três grandes pilares. Primeiro: o crescimento econômico baseado em estabilidade de preços (logo uma política monetária restritiva e favorecedora do capital financeiro); melhoria das contas externas, pela obtenção de superávit comercial lastreado pela expansão de produtos primários na pauta exportadora; e distribuição de renda salarial, pela melhoria no mercado de trabalho e reativação da capacidade de o Estado operar políticas públicas distributivas. Segundo: a consolidação do Estado de bem-estar social, na contramão da história do capitalismo pós-fordista; e na afirmação e ampliação da democracia representativa pelo regime de presidencialismo de coalizão, mantendo a influência do sistema partidário tradicional sobre o exercício do poder e abrindo as franjas do sistema político para mecanismos de democracia direta e controle social. E terceiro: a consolidação de um mercado interno de consumo em massa, com ênfase na expansão dos serviços privados e amparado por uma estratégia de oferta de produtos industrializados com alto conteúdo de importados.

A primeira rodada do *New Deal* brasileiro aconteceu quando o sistema atualizado do homem cordial contemporâneo havia finalmente se estabilizado, no início do século XXI. Um crescimento econômico real podia agora ser canalizado para áreas estruturais de atividades econômicas, longe do padrão de crescimento dos anos 1990. Em termos dinâmicos, a acumulação do capital mudou de áreas defensivas do realinhamento internacional para as áreas ofensivas da competição internacional e, ao mesmo tempo, mudou setores internos que haviam sido esquecidos desde os últimos dias do nacional-desenvolvimentismo.

A segunda rodada consolidou-se com a crise financeira mundial de 2008. Nesta, as expectativas econômicas no Brasil apostavam que a crise bloquearia abruptamente o recente ciclo de crescimento brasileiro. Neste ano crítico, as ações contra a crise seguiram o clássico padrão de não prejudicar a riqueza patrimonial dos donos do poder. No entanto, todas as expectativas foram direcionadas para a demanda doméstica criada pelo *New Deal*, e esta

⁴⁰ O termo “*New Deal* brasileiro” é uma analogia ao processo similar de reconstrução dos Estados Unidos após a devastadora crise de 1929 e segue as proposições sociológicas de André Singer, apresentadas em Singer (2009 e 2011).

correspondeu. No início de 2009, a crise internacional não parecia mais um problema para a economia brasileira, mas suas consequências secundárias ainda continuam. A sustentação dos ganhos sociais domésticos diante do cenário crítico internacional reposicionou novamente o homem cordial em sua geração “financeirizada”.

A terceira rodada inicia-se em 2011, quando, pela primeira vez de forma consistente, há uma tentativa de reduzir o peso do “rentismo” nas contas públicas, cuja política de redução dos juros básicos vai levar a uma polarização do governo com os donos da riqueza patrimonial. Os efeitos desse enfrentamento estão ainda decorrendo, sobre eles ainda é muito precoce arriscar uma reflexão pretensiosa. Cabe ressaltar que este processo foi duramente combatido pelos donos do patrimônio no Brasil, em que o rentismo reagiu fortemente e, conjunturalmente, logrou reverter a tentativa de redução do piso da rentabilidade financeira, desorganizando o ensaio de uma nova matriz macroeconômica, em favor do antigo modelo.

A última rodada do *New Deal* brasileiro também enfrentou um fenômeno social da envergadura do fenômeno das Diretas, no entanto, incorporando as novas formas de organização em rede, produzidas pela tecnologia hiperconectada do capitalismo financeiro contemporâneo, cujo valor passa a circular em velocidade instantânea e, em proporção menor, mas de grande significância, permite articulações políticas também em rede. Combinada com o advento nacional de uma geração que não experimentou o processo de redemocratização, nascida após a nova Carta Magna de 1988, o padrão privado de expansão de serviços públicos promovido pelo lulismo atingiu o limite na necessidade de expansão pública de serviços públicos, especialmente aqueles voltados para a mobilidade nos grandes centros urbanos.

Amparados pela política de estruturação do mercado de trabalho, as chamadas Manifestações de Junho de 2013 colocaram um novo patamar de exigências ao modelo lulista, que se aproximava cada vez mais de um antagonismo com o rentismo, e isso em grande medida fragilizava a continuidade política do modelo sem rupturas. O centro deste antagonismo é a disputa por recursos públicos, cada vez mais acirrada, entre o orçamento alocado para o funcionamento da financeirização (juros e amortizações) e o orçamento para o funcionamento do Estado de Bem-estar Social. Ainda que as políticas sociais tenham modificado o padrão de exigências de acesso público a serviços públicos pelas populações urbanas, a questão é que os três fundamentos estruturantes do “lulismo” permaneceram pelo ciclo político brasileiro de mais de uma década, o maior ciclo político dentro da história democrática do Brasil desde a República Velha. Mesmo diante da efervescência social em 2013 e seus desdobramentos

posteriores que levaram à brutal interrupção do lulismo, culminando no impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, este ciclo político tinha sido capaz de acolher, ainda que parcialmente, mas de forma totalmente inédita no mundo, as reivindicações que invariavelmente exacerbam o conflito distributivo dos recursos públicos.

Ainda sobre o “lulismo”, de uma situação defensiva na década de 1990, atacado pela generalização de seus aspectos negativos e dessocializantes da carnavalização ou brasilianização do mundo, a especificidade brasileira e sua contribuição para o mundo parecia inverter seus vetores para o projeto de civilização tropical possível. O império da afetividade estaria finalmente incluindo seus iguais em harmonia no capitalismo financeiro pós-fordista e diante de um Estado de bem-estar finalmente completo?

O cenário acima é tão ilusório e, ao mesmo tempo, tão real quanto sugere a compreensão do mundo ocidental pela reprodução e expansão de tipos sociológicos de homem. Diante da concreta inclusão de milhões de brasileiros na sociedade financeira do consumo pelo fundamental instrumento da expansão e estruturação relativa do mercado de trabalho e pela política de aumentos reais de salário mínimo é impossível ignorar que a população historicamente definida pela violência da desigualdade finalmente se possa beneficiar dos frutos do progresso e do avanço da acumulação capitalista no subdesenvolvimento.

O problema é que o acesso à dinâmica de consumo não basta para compreender os vetores civilizatórios dessa sociedade que nunca rompeu com seu passado colonial e, por isso, carrega consigo um irreversível tipo sociológico nascido de condições extremas de antagonismos e transfigurações. O desafio permanece nas linhas de menores resistências sociais, ainda que cada vez mais próximas de uma situação simultaneamente urgente e impossível: a negação, pelo corpo, do passado cordial e a construção, pelo espírito, do futuro racional. Nessa contradição transita o Estado brasileiro, marcado pela cordialidade, comprimindo as sinapses da razão e ampliando os membros da violência, mas também esperançoso por incluir a igualdade sob critérios superiores aos da Revolução Francesa: o caraíba cidadão, o indivíduo que é igual pela integralidade entre corpo e espírito, bem e mal, uma civilização de instintos.

Quando o recuo – mais estético que substancial, como se tentou mostrar ao longo deste capítulo – que Buarque de Holanda imprimiu à sua categoria do *homem cordial* e ao poder explicativo de Raízes do Brasil ficou cada vez mais evidente em suas entrevistas, o historiador,

como “presa fácil de seu tempo” (Holanda, revista *Veja*, 1976, *in* Martins, 2009 p.93) nunca escondeu certa desilusão entre o que se esperava no difuso projeto de interpretação do Brasil, empenhado pelo Modernismo e a trajetória do país no Estado Novo, e o resultado, profundamente negativo para a face civilizatória do homem cordial, quando a polarização entre democracia popular e modernização conservadora atingiu um ponto de não retorno. O Golpe Militar resolveu esta polarização a favor do último, mas a promessa modernizante não extirpou as raízes cordiais na sociedade brasileira, nascida na imbricação sistêmica entre o público e o privado.

O que Oliver Goldsmith usou para descrever o processo de construção do Estado moderno na Europa setecentista, o Estado absoluto que subjuga os corações humanos da vida doméstica, foi, no Brasil, outra história. Não que reis e leis, aqui, nunca carregassem consigo sua parcela de terror, tampouco a coroa de ferro do homem simples e pobre, pois subordinado à vida doméstica pela exclusão da política, seja a única forma possível de gozo e felicidade em uma sociedade regida por leis. A diferença entre o mundo de Goldsmith e o de Buarque de Holanda está na inversão dos papéis da vida doméstica, subordinada no Ocidente europeu, subordinadora no Ocidente latino-americano.

No Brasil, a permanência de estruturas negadoras da separação entre a vida pública e privada, aliadas ao antagonismo entre senhor e escravo, trabalho e liberdade e ao processo intenso de transfiguração e expurgo das matrizes “fundantes” do povo num sentimento de pertença a lugar nenhum – esse processo histórico único expandiu as características embutidas no projeto de Ocidente para o homem pela expansão da afetividade, fortemente amparada tanto na violência quanto na “lhanesa no trato”. Os parâmetros de uma nova civilização estão dados, concorrentes ao homem formado pelo espírito. Não obstante, as transformações radicais na sociedade urbano-industrial, desde a consolidação do grande capital, mostraram-se incapazes de generalizar para o mundo a prevalência do espírito sobre o homem, voltando-se mais ao desenvolvimento da sociedade de massas que ao esclarecimento prometido pelas revoluções que sepultaram o antigo regime, a “Idade das Trevas”.

O que Buarque de Holanda – e qualquer homem em seu tempo histórico – não pôde enxergar é que o processo de industrialização e de desenvolvimento nacional não tornaria datada qualquer interpretação ensaística e totalizante sobre a especificidade radical de nossa formação civilizatória. De um lado, a urbanização industrial carregou consigo e foi construída pelo homem cordial, escondido no véu da modernização para mostrar-se, vigorosamente, na

reprodução da desigualdade, no bloqueio da democracia, na concentração patrimonial da riqueza. De outro, esse mesmo processo de exacerbação negativa do homem cordial guarda uma antítese revolucionária, ainda que nunca exercida em sua plenitude até hoje, a da possibilidade única de se construir uma democracia popular, quebrando com a lógica patrimonial, aprofundando radicalmente a cidadania e equalizando os padrões de vida.

Quanto mais se aproxima do presente, mais fácil presa da história é o historiador. No entanto, é a contemporaneidade quem define, a todo segundo, os pontos de contato entre o passado e o presente, dentro dos quais está a História.⁴¹ Os processos recentes permitem arriscar algumas reflexões de dentro dessa “prisão criativa”, que felizmente nem mesmo Buarque de Holanda escapa. A inédita redução da desigualdade de fluxos do trabalho possibilitada pelo “lulismo” reavivou a polaridade entre democracia popular e modernização conservadora. Seus efeitos, no entanto, ainda pouco modificaram as estruturas patrimoniais da riqueza e a conformação excludente do Estado nacional, cuja centralidade está voltada para a reprodução dessa riqueza patrimonial, cada vez mais traduzida e atualizada para o padrão “financeirizado” global do pós-1970.

⁴¹ Ver introdução e (Holanda, revista *Veja*, 1976, *in* Martins, 2009 p.93)

Capítulo 4 – *Homo Oeconomicus; Homo Cordialis*

Sócrates — Eis-me chegado ao que nós comparávamos à onda mais alta: mas preciso dizê-lo, mesmo que isso, como uma onda viva, me cubra de ridículo e vergonha. Presta atenção no que vou dizer.

Glauco — Fala.

Sócrates — Enquanto os filósofos não forem reis nas cidades, ou aqueles que hoje denominamos reis e soberanos não forem verdadeira e seriamente filósofos, enquanto o poder político e a filosofia não convergirem num mesmo indivíduo, enquanto os muitos caracteres que atualmente perseguem um ou outro destes objetivos de modo exclusivo não forem impedidos de agir assim, não terão fim, meu caro Glauco, os males das cidades, nem, conforme julgo, os do gênero humano, e jamais a cidade que nós descrevemos será edificada. Eis o que eu hesitava há muito em dizer, prevendo quanto estas palavras chocariam o senso comum. De fato, é difícil conceber que não haja felicidade possível de outra maneira, para o Estado e para os cidadãos.

Platão. A República (déc. 370 a.C.).

No século IV AC, Platão iniciou uma perigosa cunha no pensamento ainda pré-socrático de sua época, que foi a junção de suas frentes improváveis de atuação do homem: o conhecimento de si para o controle sobre os outros e a arte de viver bem. A primeira frente são as intrincadas tensões do homem que se divide entre homem político e social, caldo primordial de todo e qualquer Poder. A segunda, o domínio da Filosofia, embrião de estruturas formais de pensamento que, posteriormente, darão luz à concepção moderna de Ciência. Para Platão, o ideal Governante da República deveria ser a combinação indissociável de Filosofia e Política, Razão e Poder. Os Reis Filósofos ficariam como a marca de uma sociedade utópica a ser perseguida pelas sociedades ilustradas. O resgate do pensamento platônico no Renascimento, guardado pela sabedoria árabe durante a Alta Idade Média, recolocou este casamento entre Razão e Poder sobre outro pilar. Com o ocaso da Metafísica (e da centralidade do bem-viver), ainda que nos últimos suspiros cartesianos, a influência de um Sujeito inquisidor da História, capaz de conhecê-la ao mesmo passo em que a transforma, ganha uma nova carapaça. Descartes, em suas Meditações, intui um Sujeito capaz de duvidar mesmo quando o Gênio do Mal tome forma sobre todas as verdades, vencendo a descrença e definindo-se como o Ser pela simples prática de Pensar. Em última instância, a recuperação moderna da República platônica estava na ordem do dia daquelas sociedades estratificadas e absolutistas.

No longo caminho percorrido pelo renascimento das ciências, é notável que o surgimento das chamadas ciências duras – cuja natureza é a separação entre Sujeito inquisidor (o cientista) e o meio Objeto de análise – tenha-se acompanhado de uma estranha companheira, as Ciências Sociais, mais especificamente a Economia. Como parte indissociável da subjetividade do cientista, a impossibilidade de separação do objeto social sempre provocou desconfiança para a Filosofia sobre a capacidade de as ciências sociais serem, rigorosamente, científicas. Até o surgimento da Metodologia dos Programas de Pesquisa, proposta por Imre Lakatos na segunda metade do século XX, a Filosofia da Ciência pouco reconhecia a atividade do Economista como um fazer tipicamente científico. Excessos de apriorismos, incapacidade de falsear as teses, ou o extremo oposto, o ultraempiricismo quase ateu, todas as soluções metodológicas dos economistas soavam estranhas às ciências duras. Não obstante, boa parte destes economistas estavam convictos de que fabricavam ciência, a mesma que um biólogo num laboratório genômico, ou um astrônomo na observação do cosmos. Ao final desse processo, a filosofia lakatosiana permitiu a salvação destes “cientistas-economistas”. Com a introdução do conceito sociológico do fazer científico, a ciência, cada vez mais, passou a ser definida como uma postura, um comportamento diante de um núcleo duro epistêmico, do que

uma epistemologia em-si. Os motivos que levaram a Filosofia da Ciência a este caminho não serão discutidos neste trabalho, no entanto.

Não é pequena a lista de economistas que em algum momento de suas carreiras encararam frontalmente a questão metodológica maior: afinal, é ou não é a economia uma ciência? Dentre estes: John Stuart Mill, Frank Knight, Terence Hutchinson, John Neville Keynes, John Robbins, Milton Friedman, Richard Lester, Fritz Machlup, Deidre McCloskey. Este capítulo procura discutir a difícil, incompleta e dissonante, gestação histórica do cientista-economista, sob o recorte de três icônicos economistas: John Stuart Mill (1806-1873), seguramente um dos pioneiros em afirmar uma metodologia epistemológica para a Economia; Milton Friedman (1912-2006), por ter re colocado o sentido de ciência para a economia em bases contemporâneas; e Deirdre McCloskey (1942 -), responsável pela crítica interna ao alicerce epistemológico da economia e pela reformulação do fazer do economista em outra categoria de pensamento. O substrato metodológico que permeou estes autores nas diferentes épocas é a experiência sociológica da ruptura com a metafísica, conhecida por Positivismo. Apesar de a contribuição positivista ter suas referências no bojo da filosofia, somente no campo sociológico ela foi primeiramente formulada, cujo principal nome é Auguste Comte. Segundo Caldwell (2008) :

Auguste Comte (...) believed that human reasoning pass through three distinct historical stages: the theological; the metaphysical; and the scientific. In the theological stage, natural and social phenomena are explained by reference to spiritual forces. In the metaphysical stage, ‘ultimate causes’ are sought to explain such phenomena. In the scientific stage, attempts to explain phenomena are abandoned, and scientists seek instead to discover correlations among phenomena.” (CALDWELL, in New Palgrave Dictionary of Economics, 2008, pp 529)

O positivismo nas ciências econômicas está além daquilo que nomeamos comumente como o “formalismo matemático” na explicação dos economistas, e além do teste empírico como principal fonte de averiguação, aceitação e falseamento dos argumentos contidos no modelo formalizado. O positivismo consiste em uma sociologia da razão, em que se fundamenta no individualismo metodológico e frequentemente este se confunde, no âmbito da literatura econômica, com o próprio conceito de “ciência”, ou melhor: de uma única ciência possível aos estudos da sociedade. No entanto, este o faz por uma inversão da metafísica, submetendo o conhecimento científico à correlação de fenômenos, e não o conhecimento de fenômenos ao

método da ciência. Mais do que isso, o Positivismo é uma visão de mundo que sintetiza uma era de construção da autoridade da ciência em padrões modernos, para além da república platônica. Como afirma Caldwell:

I submit that one operative assumptions of our time is the almost unquestioned authority of science. Its particular manifestation within our profession had its origin many years ago, when the notion first blossomed that economics could be, and should try to be, a scientific discipline. In the twentieth century the dream seemed realized with the emergence of positivism, a philosophical doctrine that appeared to offer a solid epistemological foundation for those sciences willing and capable of adhering to the rigors of the scientific method. (CALDWELL;1994; pag 04)

Seja pelo método deducionista proposto por Mill, seja pelo predicionismo de Friedman, ou então pelo ecletismo ou a crítica da retórica de McCloskey, o debate sobre “que método” ou “quais métodos” conferem à determinada teoria econômica o status de “boa” ou “ruim” tem aumentado sua importância na construção dos pilares que fundamentam o pensamento econômico dominante. É certo que, nos últimos 50 anos, graças ao trabalho seminal de Friedman, o positivismo nas ciências econômicas tem se aprofundado na formalização e matematização dos modelos analíticos. Hoje é impossível compreender uma simples publicação proveniente desta escola sem antes possuir conhecimento avançado de cálculo e de estatística. Porém, haveria outros fundamentos que constituíssem esta “tradição” para além das últimas cinco décadas? Para alguns autores (Lawson: 2005), são apontados três pilares que sustentariam esta escola de pensamento: o indivíduo como fonte última de qualquer explicação econômica (ou seja, o individualismo metodológico), o axioma de algum tipo de racionalidade, e a interpretação da ordem econômica sob a perspectiva do equilíbrio, geral ou parcial.

Por meio destes pilares, seria possível caracterizar uma tradição que contivesse a “explicação” necessária aos autores representantes dessa escola dominante, não fosse o fato de esta nunca ter se apresentado como unívoca e homogênea. Deve-se ter cautela com a pergunta inicial deste projeto, pois se trata de uma escola de intensa vitalidade e dinamismo acadêmico, cuja literatura não se materializa em pequenas linhas ou páginas, mas em considerável arcabouço de: teses, pesquisas e centros universitários; e cujo ensino e prática tem cada vez maior aceitação nas escolas brasileiras, muitas delas universidades públicas.

O positivismo tem acumulado importância nas últimas décadas dentro do debate econômico. É notável o aumento da quantidade de textos acadêmicos que se referem direta ou indiretamente à literatura positivista sem que, no entanto, se explicita essa percepção metodológica sobre o “fazer científico”. Essa literatura gravitou em torno de diferentes métodos de explicar, prever e descrever a realidade das relações sociais de produção. No entanto, suas “raízes” teóricas, ou seja, os fundamentos pelos quais estes economistas se apoiam e se identificam mutuamente enquanto membros desta escola convencional de economia tem origens em uma cisão filosófica operada ao final do século XVIII com a contribuição de Immanuel Kant e David Hume ao sepultamento da metafísica, que sobrevivia até as últimas meditações de René Descartes.

Este sepultamento consistiu na restrição do pensamento racional, portanto o fazer ciência, ao conhecimento de fenômenos, excluindo questões que transcenderiam o mundo observável do escopo metodológico da ciência. Esse grande campo de força, embrionário, proposto na passagem do Renascimento para o Iluminismo, é o substrato comum em que se consolidou o pensamento positivista.

O ponto de ligação entre os três economistas paradigmáticos é a abordagem ou a recusa positivista das ciências econômicas entre Mill, Friedman, e McCloskey: do Deducionismo ao Ecletismo⁴². A passagem secular entre a imediata afirmação da economia como ciência à crítica da retórica à economia. J. S. Mill no período novecentista, como representante do deducionismo e da postulação da teoria econômica como ciência positiva; para M. Friedman, por sua notável contribuição metodológica ao renascimento positivista da economia no século XX; e encerrando com D. McCloskey, pela sua crítica radical e endógena à economia como ciência, transferindo-a para o campo da retórica e da literatura. Aqui é possível arriscar um arco metodológico original entre o Homem Cordial buarquiiano e a Teoria Econômica, voltando aos primórdios de Adam Smith e sua formulação setecentista sobre os Sentimentos Morais.

⁴² Refiro-me às definições de Hausman metodológicas do pensamento dominante, a saber: o deducionismo, representado por Mill, o positivismo ou visão popperiana, o predicionismo de Milton Friedman e o ecletismo, representado por D. McCloskey. (Hausman: 1992) Págs 14-22.

4.1. A aposta de Stuart Mill

Imagine-se no começo da metade do século XIX como o filho de James Mill, escocês radicado inglês, que foi educado para ser uma espécie de gênio prodígio pelo pai e por J. Bentham, grande expoente do utilitarismo, sob a firme aplicação do conceito de “tábula rasa” de Locke, autor cujo pai admirava incondicionalmente. Imagine-se o leitor especializado – que sobreviveu até o momento nesta tese – aos 42 anos de idade, em plena Primavera dos Povos de 1848, o filho de James, John Stuart Mill publica a obra que marcará o nascimento da pretensão científica da Economia, uma pretensão ainda deducionista, centrada na descoberta de princípios que regulariam grandes forças da concorrência. Ainda sim, a publicação dos “Princípios de Economia Política” tinha como objetivo do autor continuar a grande obra de Adam Smith de explicação sobre a origem da riqueza⁴³. Sua construção teve dois alicerces metodológicos muito presentes: a lógica Dedutiva de pensamento como base definidora do conceito de Economia Política; a subordinação da Economia Política ao projeto sociológico desenhado pelo Positivismo, na sua formulação “revolucionária” de Auguste Comte.

Comte, além de financiado por Mill, manteve inúmeras correspondências⁴⁴ com o autor durante o processo de desenvolvimento e escrita do “Princípios”. O projeto social do Positivismo, que engendrava uma sociedade superior dada pelo associativismo e o bem-comum, é uma versão contemporânea da República platônica e buscava mobilizar as mentes dispostas à ruptura com o pensamento do Antigo Regime que, pelo lado da embrionária Economia, era representada pelo Mercantilismo. Comte claramente apoiou o projeto de Mill e o considerou

⁴³ Nas palavras de Mill a Economia Política é “the science which traces the laws of such of the phenomena of society as arise from the combined operations of mankind for the production of wealth, in so far as those phenomena are not modified by the pursuit of any other object.” (Mill, 1836 *in* Hausman, 1994; p 43).

⁴⁴ “É suficientemente claro que os dois correspondentes têm propósitos opostos. Por “provisório” Comte entende: até que possa criar uma Sociologia positiva, ao passo que para Mill isso significa: enquanto durar o atual sistema de propriedade privada. Enquanto não mudasse fundamentalmente o presente sistema social, Mill claramente considerava que a economia ricardiana era aplicável às condições existentes, a tal ponto que não requeria nenhuma revisão substancial quanto ao método e às conclusões. Com essa atitude — adiando qualquer ruptura com a Economia Política ricardiana para uma data que, nas mentes de pessoas menos ardentes que ele mesmo, seria comparável às calendas gregas — Mill certamente reforçou o prestígio e a autoridade da obra ricardiana junto a muitos de seus leitores.” (Ashley; 1996; p. 47)

parte do seu sistema filosófico, representando a primeira aterrissagem metodológica do Positivismo nas, agora conscientes disso, “Ciências” Econômicas.

Ainda que a principal contribuição de Mill tenha sido desenvolver o método dedutivo para o pensamento econômico, tal como exposto no seu trabalho seminal de 1836⁴⁵ sobre o método científico para a economia, há uma questão que se eleva na obra de Mill que é de extrema relevância para compreender como a filosofia positivista conseguiu aterrissar com grande aceitação na Economia Política do século XIX, em processo de transformação para as Ciências Econômicas. Os postulados sociológicos do positivismo estavam além da questão econômica, no entanto foi na economia em que esta vertente foi plenamente acolhida. Uma das entradas principais foi operada por Mill, não somente na necessidade de verificação empírica das afirmações teóricas, mas no caráter essencialmente provisório destas. Essa provisoriedade da ciência econômica representa uma postura acadêmica bastante demarcada pelo pensamento da filosofia da ciência que florescerá no século XX com Karl Popper, quase um século antes.

Entre Mill e a revolução popperiana, no entanto, a economia centrou-se mais em aprofundar-se em seus apriorismos e sofismas, com o advento do Positivismo Lógico e a metodologia do Círculo de Viena, do que em implementar as bases da “verdade provisória” estabelecidas por Mill como parte integrante do método científico na economia. Mesmo após a obra de Popper ser publicada e conhecida nas ciências econômicas durante as décadas de 1920 e 1950, o debate metodológico nesse período estava centrado na crítica devastadora da teoria keynesiana sobre os fundamentos do neoclassicismo. Era, portanto, um período reativo da ortodoxia ante o temporário deslocamento gravitacional dado pelo fracasso das políticas de Laissez Faire que culminaram na Grande Depressão de 1929. Esse estado de coisas será rompido com a contribuição de Milton Friedman.

Nesse sentido maior, Stuart Mill fez uma arriscada aposta ao acolher a filosofia positivista sob a forma da “provisoriabilidade” da descoberta como método científico. Foi arriscada por não atender aos anseios normativistas que pressionavam os economias da metade do século XIX em encontrar uma explicação racional e “natural” para a existência do lucro. De fato, como explica o próprio Mill na Introdução do seu “Princípios”, havia um projeto maior de sociedade

⁴⁵ “On the Definition of Political Economy and the Method of Investigation Proper to It” (1836)

que transcenderia a sociedade do indivíduo, que viria do associativismo e da cooperação entre os indivíduos, não mais do egoísmo. Mas Mill reconhece que a contribuição clássica de Adam Smith do egoísmo (e sua divisão do trabalho) como fonte última de explicação da Riqueza das Nações, estaria correta e deveria ser ampliada.

4.2. O pragmatismo positivo de Milton Friedman e a desconstrução de Deirdre McCloskey

Mais de um século se passou entre a primavera dos povos de 1948 e o debate acadêmico na Economia está no começo da década de 1950. A revolução keynesiana estava a todo vapor, os fundamentos microeconômicos que sustentavam a interpretação neoclássica estavam, um a um, sendo questionados pela nova economia industrial, e a interpretação das barreiras à entrada, portanto a desautorização dos postulados basilares do *Homo Oeconomicus*. Cada vez mais, o apriorismo da ortodoxia economia parecia descolada da realidade dos fatos.

O professor de Chicago não parecia muito preocupado com esse desprestígio da ortodoxia. Friedman publica uma série de ensaios em 1953 que vão direto à questão metodológica levantada por Mill um século antes: se afinal as afirmações não podem ser feitas em definitivo, qual é o problema em elas serem ou não realistas?

Mesmo reconhecendo que a não-separação entre sujeito e objeto consistiria em um obstáculo à objetividade da economia, Friedman avança na questão da provisoriedade ao subordinar a própria formulação teórica à capacidade preditiva de fenômenos (passados ou futuros). Recuperando a contribuição de John Neville Keynes, o pai do economista responsável pelo descrédito a que a economia como ciência estava submetida há duas décadas, Friedman coloca sua proposta de Economia Positiva em contraponto à Normativa como a saída metodológica para o avanço da economia como ciência para a próxima geração. O movimento foi um sucesso do ponto de vista tático, pois reacendeu os programas de pesquisas ligados à ortodoxia com base, agora, na expansão de modelos de predição. Não obstante, o desenvolvimento de ferramentas estatísticas e tecnologias de computação somaram-se a esse esforço estoicista de construir modelos sem se preocupar com o realismo dos pressupostos. A fórmula funcionava.

No entanto, a contribuição seminal de Friedman possui uma chave de interpretação que o conecta diretamente a Mill: o resgate da transitoriedade das afirmações científicas na economia. Para Friedman⁴⁶, as ciências evoluíram por sistema de predição cada vez mais complexos e em concorrência com eles mesmos. Esse processo levaria a um caráter permanentemente provisório da Teoria, pois ela sempre estaria subordinada ao desenvolvimento empírico. É interessante notar que o raciocínio puramente indutivo de Friedman leva a conclusões muito parecidas com o puramente dedutivo de Stuart Mill.

A metodologia econômica parecia em paz consigo mesma dentre os períodos da década 1950 a 1980. Sua ortodoxia havia resolvido questões amargas como realismo dos pressupostos, as agregações totalizantes de agentes individuais, comportamento racional e separação entre sujeito e objeto. “Resolvido” é um termo forte. O que acontece é o próprio desenvolvimento da metodologia no interior da Filosofia da Ciência, com a emergência da sociologia do conhecimento, que permite identificar comunidades científicas sem a necessidade de se recorrer ao monismo na metodologia científica, somente em seus resultados. Havia as Ciências Naturais e suas comunidades e programas de pesquisa que, mesmo orbitando em pressupostos metodológicos tão distintos, eram tão científicas quanto as Ciências Sociais, e a Economia. A dureza metodológica imposta por Popper havia cedido espaço para a Metodologia dos Programas de Pesquisa de Lakatos, cuja introdução, nos anos 1970, foi prontamente atendida pela comunidade de economistas⁴⁷.

Mesmo o apriorismo excessivo dos economistas foi considerado pouco relevante à classificação pelos metodologistas como Ciência a arte de sugerir teorias com base prioritariamente em princípios e axiomas. Estávamos no auge do Novoclassicismo, que levou a proposta metodológica friedmaniana às últimas consequências. No entanto, no interior da comunidade científica econômica emerge uma crítica, em 1982, proferida por um economista que, além de desconstruir a si mesmo, foi capaz de desconstruir esse estado de coisas, a uma magnitude que teve de ser ignorada por grandes metodologistas, como Mark Blaug, que

⁴⁶ “ *The validity of a hypothesis in this sense is not by itself a sufficient criterion for choosing among alternative hypotheses. Observed facts are necessarily finite in number; possible hypothesis, infinite*”. (Friedman; 2008; p 150)

⁴⁷ (Caldwell; 1991)

simplesmente ignora sua contribuição como cânone da metodologia ortodoxa e a confina a algumas páginas de um prefácio da segunda edição de seu clássico⁴⁸.

Deirdre McCloskey, em seu *Rethoric of Economics* (1982), vai recuperar tradições esquecidas pelos economistas e reviver a ciência social como a arte do discurso. Em essência, para a economista, o fazer científico é uma atividade puramente social, e por isso, depende da permanente necessidade de afirmação e convencimento do homem entre eles mesmos. Economia é literatura, nesse sentido, e utiliza-se como principal ferramenta de proposição a Retórica, que precede a Metodologia e a Teoria.

Em um segundo texto⁴⁹, McCloskey aprofunda o conceito de Retórica, resgatando-a da diminuição a que ela tem sido submetida desde a obra de Platão. Para McCloskey, a insistência no discurso científico dissociado do retórico é uma das marcas do pensamento moderno, mas a indissociabilidade entre forma e essência salta aos olhos. A Retórica, para McCloskey, representa uma postura nobre do homem científico social, pois é a melhor forma de buscar, por meio do convencimento, verdades parciais. Uskali Maki (1995) identificou inúmeros conceitos de McCloskey utilizados para o que seriam essas verdades parciais. No entanto, a provisoriedade da afirmação científica de McCloskey emerge com a mesma força que em Stuart Mill e Milton Friedman, mais uma vez sob perspectivas metodológicas muito distintas entre eles.

A herança do positivismo, não como sociologia da razão, como queria Auguste Comte, mas por sua postura científica ao não estabelecer verdades imutáveis e criar uma provisoriedade do conhecimento é uma ferramenta única que nos permite traçar a linha condutora da economia ortodoxa em dois séculos de existência, para além da Filosofia de uma Época, na citação de Alfred North que Caldwell (1994) elege como abertura para seu livro. O positivismo ramificou-se na forma da provisoriedade do conhecimento para florescer na economia ortodoxa, berço do indivíduo maximizador de trocas, de uma maneira que este não conseguiu fazer nas Ciências Sociais como um todo ou na economia heterodoxa em geral. A prevalência, nestas, do Fato Social (Durkheim) que estrutura o comportamento do indivíduo constitui-se num obstáculo intransponível à visão de mundo necessária para o florescimento de uma ciência que busca verdades parciais em detrimento de verdades totalizantes.

⁴⁸ Refere-se a Blaug (1992; prefácio da segunda ed.).

⁴⁹ (McCloskey; 2008)

4.3. A ruptura temporária do *Homo Oeconomicus*

O *Homo Oeconomicus* não teve vida fácil nas ciências econômicas, pelo menos durante a crítica marxista do valor da segunda metade do século XIX, passando pela revolução keynesiana do segundo terço do século XX até seu restabelecimento por Friedman na segunda metade da década de 1960. No mais forte movimento crítico aos postulados do *Homo Oeconomicus*, a Microeconomia centrada na estrutura de mercado foi a que mais o fez em termos metodológicos radicais. A hipótese central dessa Microeconomia Crítica é de interdependência das ações em cumulatividade do poder de mercado, basilar na construção de uma alternativa teórica à Microeconomia Neoclássica, e iniciou-se com uma crítica ao principal postulado desta última, uma crítica à economia de escassez, em especial pelas publicações de Sraffa e Sylos-Labini na década de 1930, que desmontou o paradigma racionalista do “*Homo Oeconomicus*”, pelo menos naquilo que se considerava um comportamento tipicamente racional.

A teoria neoclássica fundamentava-se na hipótese da alocação eficiente de bens escassos, por meio de uma sociedade de mercado composta por agentes econômicos atomizados e em concorrência perfeita, cuja interação, ao longo do tempo, maximiza tanto o interesse individual quanto o bem-estar coletivo. Com raízes incompletas em Adam Smith, o princípio do agente individual que age em interesse próprio para, inconscientemente, servir a um bem comum, fundamento da Economia Política liberal clássica pré-crítica do Valor de Marx é o principal postulado utilizado pela revisão marginalista, cuja operacionalidade matemática dependeu da adoção de pressupostos rígidos, como o atomismo e a não-rivalidade, logo a independência das ações e a pulverização do poder de mercado (concorrência perfeita). Amparada pela concepção ricardiana de rendimentos decrescentes, a concorrência perfeita entre os agentes econômicos, por meio da alocação efetiva dos bens escassos no mercado, compõe curvas de indiferença que, em equilíbrio, são “ótimas” entre mercados, no sentido paretiano, ou seja, alocam ao máximo possível os recursos escassos ao máximo de bem-estar possível. Da revisão walrasiana de equilíbrio geral à síntese marshaliana de equilíbrio parcial, o século XIX viu-se permeado pela economia da escassez, cujas transformações econômicas, sociais e políticas do século seguinte propõem novos paradigmas. Amparado pela economia da escassez, está o agente econômico racional, o *Homo Oeconomicus*.

Paradoxalmente, para essa escola convencional, é a escassez o elemento gerador de independência entre os agentes econômicos, em que os laços sociais produzidos pela economia são estritamente utilitários, logo entregues ao cálculo maximizador-alocativo do mercado; as ações de concorrência capitalistas não geram laços de interdependência ou cumulatividade de poder, sim de atomização dos agentes em concorrência perfeita. As bases desse pensamento marginalista não se resumem a seus pressupostos rígidos (doravante “heróicos”), mas alicerçam-se sobre o pensamento liberal utilitarista do século XIX. É este quem explica os pressupostos, e não o pressuposto quem explica o pensamento.

A perfeição na escassez foi contestada radicalmente, no mesmo século XIX, por diversos campos do pensamento ocidental, cujo representante na Economia Política foi Karl Marx. Na obra “Miséria da Filosofia”, há crítica contundente à ideia liberal de escassez; n’O Capital, três volumes dedicados a descrever a lógica econômica capitalista como a fuga da escassez por meio da valorização e acumulação ampliada da riqueza na forma-capital. Os detalhes dessa crítica epistemológica do século XIX não cabem neste trabalho. A ideia, no entanto, de um sistema regido não pela perfeição alocativa, mas pelo conflito entre interesses privados, de valorização e acumulação da riqueza, e a reprodução social desse mesmo sistema econômico, permaneceu como o espectro do liberalismo nos fins daquele século e início do século XX, lançando luz sobre a nova microeconomia.

A formação da Microeconomia crítica do marginalismo, no entanto, não principiou por uma crítica epistemológica ao pensamento liberal utilitarista, mas pela refutação dos pressupostos desta economia de escassez. A reboque da revolução keynesiana na Macroeconomia moderna, o princípio do século XX assistiu a uma revolução microeconômica iniciada por P. Sraffa e sua crítica à manipulação marginalista dos pressupostos. A fragmentação do processo de revisão das bases microeconômicas deu-se por o pensamento liberal utilitarista ter sido tratado apenas secundariamente. A convicção empírica de Sylos-Labini, Bain, Kaldor e Steindl era o suporte que permitiu romper com os pressupostos neoclássicos, mas o paradigma do equilíbrio geral em concorrência perfeita permanece como referência teórica, ainda que comprovadamente irrealista. Da crítica ao pressuposto, emerge a redefinição da concorrência: da alocação eficiente para a produção contínua de diferenças, tornando o processo de concorrência capitalista necessariamente diferenciador, cumulativo e gerador de interdependências entre os agentes econômicos, cujo princípio é a valorização capitalista. A exceção foi Schumpeter, que tratou no nível epistêmico as interdependências no

processo de cumulatividade do capital, por meio do controle da inovação, da capacidade criadora e destruidora da capital; não por menos, o autor elaborou uma tentativa de nova metodologia de análise econômica, no “*History of Economic Analysis*”, não-estática e de não-equilíbrio, radicalmente dinâmica; mas a obra manteve-se inacabada.

Diferentemente do encontro do indivíduo com suas preferências internas, o processo de concorrência intercapitalista na crítica do marginalismo é entendido como gerador de diferenças, em oposição ao postulado da concorrência perfeita, adota o conceito de Estrutura de Mercado como o resultado das interdependências entre as ações dos agentes econômicos ante a obtenção e reprodução de lucros extraordinários, por meio da cumulatividade do poder de capital: pela concorrência oligopolística. Dentro da perspectiva de Estrutura de Mercado, os autores Bain, Sylos-Labini e Steindl contribuíram decisivamente para sua consolidação. Primeiramente, a manutenção, no longo prazo, de lucros extraordinários exige o controle da concorrência pelos agentes econômicos estabelecidos, portanto a obstrução, ou o desejável impedimento, da entrada de novos concorrentes. As condições à entrada, como define Bain, em “*Barriers to New Competition*” (1962, p. 04), é um conceito estrutural de mercado, que pode ser medida por um preço-limite, no qual sua ultrapassagem leva à entrada de novos concorrentes no mercado, pois superaria os obstáculos de iniciar novo empreendimento em escala, diferenciação de produtos e custos absolutos competitivos - vantagens estas já garantidas pelos agentes estabelecidos.

Definidas as barreiras à entrada, a concorrência oligopolística - como o grau comum de concentração de uma Estrutura de Mercado - não se perpetua como equilíbrio estático, pois as ações em mercados concentrados necessariamente passam pela interdependência entre os agentes, cujas estratégias de obtenção de lucro consideram o que o outro agente faz, seja este estabelecido ou possível entrante. Sylos-Labini (1956), na introdução de “*Oligopólio e Progresso Técnico*”, frisa o caráter dinâmico da concorrência intercapitalista, em que a importância de pequenos agentes, entrantes e estabelecidos, em estruturas de mercado é tão significativa quanto a posição dos agentes dominantes. Estabelece o autor, no entanto, uma possibilidade de preço de equilíbrio, se este for mantido ao nível da satisfação de lucros extraordinários de todos os agentes envolvidos; portanto a conduta das empresas dominantes não é ilimitada, seu avanço depende da estrutura de mercado e sua capacidade de acomodar os distintos agentes econômicos a um preço de equilíbrio estrutural. Este preço de equilíbrio é múltiplo e dinâmico, uma vez que a constante mudança tecnológica diferencia as posições dos

agentes e altera a estrutura de mercado, portanto, apesar deste preço estabelecer uma ideia geral de equilíbrio, não é de natureza tecnologicamente estável, como nos postulados neoclássicos. A noção de equilíbrio, de perfeição na escassez, porém, permanece.

Capital lucrativo é, no entanto, necessariamente grande capital. Steindl, num livro que abre a microeconomia do imediato pós-guerra, em “Pequeno e Grande Capital” (1945, capítulos 1 e 3) mostra que, mediante crítica à ideia marshalliana de evolucionismo da empresa unitária (nascimento, crescimento e morte), a alta mortalidade do pequeno capital e a volatilidade dos custos segundo o momento do negócio favorecem a concentração das altas margens de lucros nos agentes de alto poder de mercado, logo no grande capital. O processo de concorrência oligopolística depende, portanto, do dinamismo interno dos agentes econômicos dominantes: seu “fôlego” de acumulação ensejado pela conquista de novos lucros extraordinários, em que a estrutura de mercado atua como limitador do processo de expansão ou diversificação dos negócios (Silva; 2004; item 3.2.3). De todas as formas, a concorrência oligopolística “*engendra um efeito cumulativo que põe em movimento um processo irremediável de concentração industrial*” (*idem*, p 179).

Não existe, qualitativamente, uma dimensão de curto prazo na ortodoxia neoclássica, apenas variações ao longo das curvas de oferta e procura de equilíbrio. O tempo presente das decisões econômicas é uma problemática contemporânea da Microeconomia Crítica (bem como da Macroeconomia moderna), em que Sylos-Labini (1956) dedicou-se na questão fundamental da formação de preços no curto prazo em mercados oligopolísticos, seguindo o paradigma da Estrutura de Mercado. O problema central era compatibilizar a abordagem estrutural da cumulatividade do poder de mercado com um sistema de preços capaz de acomodar os diversos agentes econômicos; a concepção de “curva de demanda quebrada” de Sweezy e Hall & Hitch e o princípio dos custos totais destes últimos foram decisivos na compreensão do problema, consubstanciados na regra de “*mark-up*”.

A primeira concepção postula rigidez na baixa dos preços em mercados oligopolísticos e fluidez na alta, pois as empresas imaginariam uma curva de demanda interdependente e quebrada, onde os agentes temeriam redução conjunta e ampliada de preços, mas não seu aumento. O princípio do Custo Total, por sua vez, descreve a racionalidade dos agentes na fixação de um preço por meio de um custo direto unitário, adicionando uma margem razoável de lucro (*mark-up*), que regeria a formação de preços no curto prazo em concorrência oligopolística. A interdependência, criada pela Estrutura de Mercado, portanto, atua no curto

prazo como racionalidade convencionalista entre os agentes, por meio do *mark-up* e de preços intrinsecamente inflacionários. Para efeitos desta tese, importa notar como a crítica do paradigma da escassez e a adoção da regra de *mark-up* na formação de preços é um brutal deslocamento do *Homo Oeconomicus* de sua concepção autocentrada em suas curvas de desutilidade para o necessário reconhecimento do “outro”, ou seja, das práticas comuns hierarquizadas pelo mercado cuja essência é a concentração, a diferenciação, o oligopólio e o bloqueio da concorrência para a obtenção de lucros extraordinários.

Como escrito há pouco, Schumpeter retoma mais radicalmente a crítica epistemológica do século XIX sob bases contemporâneas. O conceito de capitalismo é redefinido, da alocação eficiente de bens escassos para uma economia não-estacionária da tecnologia e da acumulação de riqueza. Para Schumpeter, no *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, resgatando o conceito marxista da constante necessidade, por parte da burguesia, de revolucionar as forças produtivas como meio de acumulação de riqueza: “o capitalismo (...) é, pela própria natureza, uma forma ou método de mudança econômica, e não apenas nunca está, mas nunca pode estar, estacionário.” (Schumpeter, 1942, p. 112). A abordagem do sistema capitalista, portanto, deve levar em conta seu caráter dinâmico e criativo, em que o neoclássico espaço da eficiência alocativa da escassez é constantemente redefinido: “(...) normalmente se vê o problema de como o capitalismo administra as estruturas existentes, enquanto o relevante é saber como ele as cria e destrói.” (idem, p. 114).

A Inovação, entendida como processo destruidor criativo das forças produtivas, encetada pela figura do grande capitalista-empresário, este que posteriormente se especializará nas suas respectivas funções, rearranja o processo de concorrência de modo radical, permitindo, ao possuidor da Inovação, temporário monopólio de mercado, independentemente, enfatiza Schumpeter, do tamanho da empresa ou do mercado; mesmo os processos mais rudimentares de inovação diferenciam os produtos a ponto de criar, significativamente, exclusividades temporárias de mercado, mas a Inovação sistêmica é dirigida, sempre, pelo grande Capital. A eficiência, ademais, de um sistema econômico da Inovação não se dá pela concorrência perfeita, podendo esta ser limitadora das potencialidades competitivas; antes, a eficiência alocativa, a

perfeição na escassez, produz ineficácia aos olhos do processo destruidor criativo do capital, pois sua acumulação possibilita saltos inovadores cada vez maiores⁵⁰.

A prática monopolística, como regra - ignorada pela ideologia liberal utilitarista - da eficiência capitalista (e vista à época por Schumpeter como a grande superioridade do sistema socialista, por este tratá-la de forma abertamente racional), permite horizonte de planejamento da grande empresa ante as turbulências e desarranjos causados pela destruição criativa do capital; permite o cálculo estratégico entre agressividade e restrição das ações no mercado. O monopólio, para Schumpeter, assegura a eficiência alocativa do padrão tecnológico desenvolvido pela empresa, muitas vezes sob pesados custos de pesquisa; havendo, portanto, caráter seletivo no sistema. Segundo o autor, os “bons cérebros” reproduzem-se melhor nas sociedades monopolísticas que nas de pulverização do controle produtivo.

Por sua natureza paradigmática, a Inovação manifesta regularidades distintas entre os setores produtivos, podendo concentrar-se mais em inovações de processos que de produtos dependendo da estrutura do mercado, como também articular formas públicas e privadas de apropriação tecnológica, apesar da necessidade dos lucros extraordinários serem apropriados privadamente. Pode ser de esforço interno (Pesquisa e Desenvolvimento ou aprendizado) ou externo (compra de capital e insumos intermediários portadores de inovações alheias). De todo modo, o princípio não-estacionário da economia capitalista, defendido por Schumpeter, ganha roupagens paradigmáticas de regularidades. O que esvazia, em certa medida, a riqueza explicativa da dinâmica de concorrência capitalista, ganha instrumento de planejamento

⁵⁰ No caso do grande capital, “o principal valor, para uma grande empresa, da posição de vendedor único assegurada por patente ou por estratégias monopolísticas não consiste tanto na oportunidade de comportar-se temporariamente segundo o esquema monopolístico, e sim na proteção que ela dá contra desorganizações temporárias do mercado e o espaço que ela assegura para planejamentos de longo prazo” (Schumpeter, 1942, p. 136). Em outras palavras, a natureza da concorrência capitalista é o bloqueio da concorrência, pois somente nesse controle do tempo sobre o outro é que se permite a obtenção de lucros extraordinários que, em ambiente de concorrência perfeita, estariam dominados pelos princípios clássicos do *Homo Oeconomicus*. Interessante notar o raciocínio similar ao de J. M. Keynes, na sua Teoria Geral, ao argumentar que o caso particular da economia é o comportamento concorrencial perfeito, ou no caso uma economia em pleno emprego, sendo que o caso geral é o monopólio, o entesouramento da moeda e a insuficiência de Demanda Efetiva.

estratégico, tanto empresariais como governamentais, mediante controle - ou tentativa de – da Inovação.

O planejamento estratégico não necessariamente segue linhas ótimas, pois os padrões tecnológicos dominantes não necessariamente são os mais eficientes, uma vez que diversos outros quesitos, relacionados principalmente à apropriabilidade tecnológica, determinam a seleção tecnológica e mercadológica dos agentes dominantes. Por fim, deve-se anotar que essa concepção crítica do processo de concorrência capitalista, donde inclusive originou a resistência positivista de Friedman ao recolocar os fundamentos ortodoxos na metodologia pragmática e deslocar o debate sobre realismo de pressupostos para a capacidade preditiva da análise econômica – esse mundo do capitalismo concentrado como ele é depende de uma obsessão concorrencial para o bloqueio do outro, portanto, é uma lógica de funcionamento da sociedade em que pouco cabe o comportamento clássico do autocentramento do *Homo Oeconomicus*. Pois de pouco servem as curvas de indiferença se, no jogo do grande capital, importa mais os muitos quem não escolhem nada ante àqueles poucos que escolhem tudo.

4.4. Os sentimentos das escolhas: para uma metodologia econômica do *Homo Cordialis*

É curioso notar que a transição operada no interior das ciências econômicas do fluxo circular da renda para a ruptura da Inovação favoreceria enormemente o Homem Cordial, dada sua característica psicológica oposta ao autocentramento racionalista do Homem Econômico. Numa economia da Inovação, a criatividade opera como força motora do avanço da acumulação, e sabe-se que esse processo é fundamentalmente social. O contato extremo, radical, com o outro, o desdém pelas reverências e estruturas cristalizadas de poder e a necessidade constante de socialização do eu produzida pela cordialidade deveriam ser ambientes preñes de criatividade e inventividade, e de fato o são. Mas, por que o Brasil, celeiro do *Homo Cordialis* está longe, muito longe, de atingir níveis satisfatórios de riqueza econômica em um mundo dominado pelo capital oligopolista centrado na inovação schumpeteriana?

Além das questões discutidas no Capítulo 3, que buscou mostrar o caminho incompleto, e muitas vezes fracassado, de construção de uma sociedade salarial com base na estrutura de cordialidade pregressa, e como a economia política da desigualdade no subdesenvolvimento opera sensivelmente para bloquear processos duradouros de transformação social, a permanência do atraso brasileiro quando o mundo como um todo ruma para a “brasilianização”

é um paradoxo contemporâneo extremamente incômodo. A associação entre o historicismo (Chaves, 2008) e a hermenêutica buarquiana (Wehling, 2008) permite avançar em um conceito ontológico de homem social que perpassa a origem do ocidente cindida entre razão e sentimento, na qual a ordem industrial organiza o indivíduo racionalista no centro dos outros papéis sociais, mas essa prevalência é não apenas temporária, mas fundamentalmente falsa. Na explicação histórica do capitalismo desigualmente espraído entre centro e periferia, é presa fácil o Brasil ao discurso do liberalismo tanto político quanto econômico, cuja força é exatamente a sua impossibilidade de reprodução em solo nacional pós-escravista, pós-colonial, tropical. O que de fato parece ter acontecido é que *Homo Oeconomicus* e *Homo Cordialis* sempre estiveram juntos, mais ou menos exacerbados pelos distintos padrões de acumulação e expansão do capitalismo histórico.

Uma forma de perceber esse fenômeno aparentemente oculto é mirando as sombras do processo de construção da riqueza das Nações. Dados pelos marxistas como efeitos da acumulação primitiva, não há um momento sequer na história do capitalismo em que a consolidação do sujeito racional autocentrado não tenha tido como espelho o seu inverso emocional outrorreferenciado. Evidentemente, a literatura econômica convencional é terreno devastado para se perceber tamanha dualidade de um conceito que se diz como “lei natural” ou “natureza humana” em qualquer livro texto nas prateleiras das principais universidades de economia. No entanto, a dualidade é monstruosa nos clássicos da economia, desde o conceito original de “mão invisível” para Adam Smith, a constatação da pauperização no início do tratado de A. Marshall, e a cisão entre decisões lógicas econômicas e decisões irracionais sociológicas de V. Pareto, este cujo “Tratado de Sociologia” encontra-se lido e anotado por Sergio Buarque em sua biblioteca pessoal, em versão francesa (Monteiro, 2008, pp 350 e 358). Sobre as “decisões ilógicas” de Pareto, às quais podem apenas ser interpretadas pela luz lógica do utilitarismo, a lente fornecida pela economia simplifica demasiadamente o objeto pulsante das decisões humanas.

O apelo do *Homo Cordialis* para as ciências econômicas é bastante evidente e, ao mesmo tempo, pouco explorado, pois remete à constituição originária do que se entendia como o Humano na matriz aristotélica, como Ser duplamente Político e Social. A racionalidade imbricada ao sentimento, antes da sua separação ontológica pelo marginalismo, já sofria as tensões do utilitarismo das sociedades setecentistas, definido por Jeremy Bentham. Adam Smith, veterano de Bentham, assim como o poeta Oliver Goldsmith, citado por Buarque de

Holanda (ver cap.1) estavam no meio daquilo que será a maior ruptura entre modos de vida da humanidade, como descrito longa e detalhadamente por Hobsbawm (2004; 2005; 2006) e muitos outros historiadores: a decadência do Antigo Regime e o nascimento da Era Industrial que, pela primeira vez, deslocará o núcleo populacional, cultural, laboral e político do rural para o urbano. No Antigo Regime, a definição social e política do Homem não se dava pela separação entre Razão e Sentimento, entre Escolha e Moral, e sim pelo encantamento das tradições, ou seja, tanto *Homo Cordialis* quanto *Homo Oeconomicus* permaneciam latentes naquelas sociedades. Foi o deslocamento para o urbano que rompeu as tradições familiares e jogou todas, todas, as sociedades capitalistas modernas na espiral das escolhas racionais e dos sentimentos renunciados: a felicidade da “coroa de ferro de Luke” e da “cama de aço de Damien” dando lugar ao coração duro, mas “causador e curador”, do Rei e das Leis.

Emmanuel Boff (2016), um dos poucos economistas que estudou diretamente o pensamento buarquiano, faz uma associação entre Adam Smith e Sergio Buarque que contribui para o aprofundamento desse estado primordial do comportamento humano escrito acima. A partir da Teoria dos Sentimentos Morais de Smith e da evolução dos tipos ideais apresentada em Raízes, Boff traça um paralelo entre a tipologia evolutiva dos quatro estágios da Simpatia social (Caçadores, Pastores, Agricultores e Comerciantes) com os três tipos ideais contidos em Raízes (Aventureiro, Semeador e Homem Cordial), com referência às paixões sociais smithianas. Para Smith, o aprofundamento da divisão social do trabalho é um fenômeno que se torna possível pelo desenvolvimento de laços cada vez mais profundos de cooperação entre os indivíduos, onde o pertencimento social evolui idealmente da cooperação tribal, restrita ao grupo familiar para os primeiros sinais de acumulação pastoril, depois a emergência da riqueza associada à terra cultivada e constituição da propriedade privada agrícola e o surgimento das cidades e da propriedade abstrata mercantil da sociedade de comerciantes. Em cada um destes estágios, há a emergência de um “espectador imparcial”, que pode ser aproximado ao conceito de tipo ideal weberiano, ainda que não se tratando de estruturas de pensamentos iguais. O último “espectador imparcial”, da sociedade mercantil, é a expressão máxima do indivíduo liberal, que compartilha socialmente valores da liberdade, da iniciativa e do respeito às leis que protegem os indivíduos, portanto do Estado Liberal e da Propriedade Privada.

Ainda elaborando o argumento de Boff, a evolução das sociedades, do ponto de vista de Smith, estaria associada ao fenômeno da constituição da propriedade privada nos termos de sua estrutura de simpatia centrada na sociedade mercantil. Depreende-se disto a dificuldade de

demonstrar essas condições em sociedades coloniais escravistas, em que a principal “propriedade” privada é o corpo alheio e o sistema de comércio é o exclusivo colonial, e não a propriedade num objeto como a terra, ou a mercadoria em livre trânsito comercial. No entanto, Boff enfatiza o caráter abstrato destas categorias smithiana, que poderiam dialogar com os tipos ideais buarquianos desde que respeitadas algumas restrições. A principal restrição é que a aparente evolução dos “espectadores imparciais” no esquema do filósofo escocês não se aplica na mesma ordem, ou em qualquer ordem, dos tipos ideais buarquianos, pois estes são definidos por uma condição histórica, o escravismo, radicalmente distinta da inglesa. Boff argumenta que, apesar desta disparidade, o conceito de liberalismo é comum entre Smith e Buarque de Holanda, desde que assumido em sua variante originária anterior ao marginalismo utilitarista, “(...) *beyond the cost-benefit behavior of economic agents, which can be mapped onto a utility function (...)*” (Boff, 2016, p.5). Na sociedade cordial, o “espectador imparcial” estaria cindido entre a simpatia e o ressentimento, pois, para resolver privadamente conflitos de natureza pública, a estrutura de convívio acaba por expandir a concepção familiar para além do núcleo como forma de organização social, aquilo que Darcy Ribeiro chamou “cunhadismo”, ou família estendida. Nessa incapacidade de separar simpatia de ressentimento, argumenta Boff, estaria a tendência para o comportamento afável – a lhanza no trato – do Homem Cordial, em oposição à impessoalidade, individualismo e indiferença do Comerciante smithiano.

Em suma, este arco argumentativo de Emmanoel Boff, que aproxima Buarque de Holanda de Smith, permite identificar dois tipos de comportamento econômico em meio à introdução da sociedade mercantil. O individualismo e impessoalidade do espectador imparcial gerado por sociedades liberais e o coletivismo e pessoalismo de outro espectador gerado por sociedades escravistas, em tese, estariam em conflito, o primeiro produzindo uma sociedade centrada mais no respeito aos costumes que a segunda mais preocupada em registrar formalmente comportamentos que são a todo momento desrespeitados na vida prática. Evidente que, sob esse ponto de vista, é muito mais fácil organizar uma sociedade complexa, aberta e mercantil, em que a regra de alocação é dada pela “mão invisível” do Mercado horizontalizado e atomizado com a presença do indivíduo liberal típico inglês de Smith do que com o Homem Cordial de Sergio Buarque! No entanto, deve-se sempre garantir o esforço de recuperar os conceitos em sua mais próxima originalidade, e o principal deles aqui é que a concepção de liberalismo econômico dos anos 1700, da qual Buarque de Holanda e Smith compartilhavam, era radicalmente distinta da que se desenhou com o marginalismo após a segunda metade do século XIX, esta que Sergio Buarque rejeitou em inúmeras passagens em *Raízes*, especialmente

ao longo de todo o último capítulo da primeira edição, como discutido no primeiro capítulo desta tese.

Havia uma tensão imensa na sociedade setecentista inglesa sobre o verdadeiro caminho da modernização, tensão esta que se diluiu no liberalismo utilitarista quando consolidado, um século após, o conceito de *Homo Oeconomicus*. A própria Economia Política, da qual Smith foi fundador, estava ocupada de conceitos estranhos à cientificidade do objeto que somente vai ser estabelecida na Belle Époque do capitalismo, já oligopolizado e imperialista, operando de forma muito distinta das sociedades abertas e pulverizadas do tipo comerciante smithiano. Como afirma Mark Blaug (2001, p. 154-155), o significado da concorrência de mercado para esse liberalismo clássico estava muito mais associado à liberdade radical, portanto à incerteza, de uma sociedade organizada por decisões individuais de produção e circulação de mercadorias do que à previsível otimização e equilíbrio da teoria marginalista, cujos resultados não necessariamente, ou provavelmente, não estão antecipados na mente do agente econômico, como uma função de utilidade. Mesmo o conceito de “Mão Invisível” é incorretamente interpretado, recorrendo ao poema do escocês Robert Burns “To a Mouse”⁵¹, escrito em 1785, contemporâneo de Oliver Goldsmith e conterrâneo de Smith, Blaug mostra que o mais importante para Smith é compreender que as “consequências sociais não intencionais dos atos privados”, tão presentes em Hayek e outros liberais modernos, pós-Vitorianos, não estava contida no pensamento pré-Vitoriano de Adam Smith.

O mesmo se pode dizer sobre a oposição entre Trabalho e Aventura, dualizada em Raízes, mas que, para Sergio Buarque, não poderia ser aplicada como tipos separados entre países, e sim estavam ambos contidos no Homem, pelo menos no homem típico do início do Renascimento e fim do Antigo Regime. Em uma passagem dura e desconcertante sobre a Inglaterra, presente tanto na primeira edição de 1936 quanto nas próximas edições quase sem

⁵¹ O poema narra o encontro de Burns com o ninho de um rato. O arado do poeta acidentalmente destrói o ninho, meticulosamente construído pelo camundongo. Reféns da incerteza do futuro, o poema ironiza a obsessão humana por criar mecanismos de previsão, que quase sempre falham mesmo diante dos mais engenhosos esquemas, assim como os animais parecem falhar no circuito inclemente da natureza:

But Mousie, thou art no thy-lane,
In proving foresight may be vain:
The best laid schemes o' Mice an' Men
Gang aft agley,
An' lea'e us nought but grief an' pain,
For promis'd joy!
(R. Burns, “To a Mouse””, 1785)

alteração, Sergio Buarque revela o que ele considera como a essência do modo de vida típica do cidadão britânico, em ressonância com a poesia setecentista que ele tanto gostava de ler e citar:

A verdade é que o inglês típico não é industrioso, nem possui em grau extremo o senso da economia, característico de seus vizinhos continentais mais próximos. Tende ao contrário para a indolência e para a prodigalidade e estima acima de tudo a "boa vida". Era essa a opinião corrente, quase unânime, dos estrangeiros que visitavam a Grã Bretanha antes da Era Vitoriana. E são esses mesmos os conceitos que volta a expender ainda agora esse bom conhecedor e erudito historiador do caráter inglês, que é William Ralph Inge. O deão da Catedral de St. Paul observa em um livro rico de interessantes sugestões, que o "inglês médio não tem presentemente nenhum gosto pela diligencia infatigável e laboriosa dos alemães, ou pela frugalidade parcimoniosa dos franceses". E acrescenta a essa observação mais esta, que a muitos deve parecer desconcertante e nova: "a indolência é um vício que partilhamos com os naturais de algumas terras quentes, mas não com qualquer outro povo do norte da Europa." Essa pouca disposição para o trabalho, ao menos para o trabalho sem compensação próxima, essa indolência, como diz o deão Inge, não sendo, evidentemente, um estímulo às ações aventureiras, não deixa de constituir, com notável frequência, o aspecto negativo do ânimo que gera as grandes empresas. (Buarque de Holanda, 1936, p.23)

A Aventura, como comportamento econômico, seria o rompimento das normalidades, padrões e repetições produzidas pelo Trabalho, este sim um comportamento que prende o homem à terra, à indústria, ao campo e à cidade. No processo de expansão do capitalismo mercantil, o Trabalho sozinho teria sido insuficiente para a ruptura de fluxos circulares de renda ainda mesmo na Baixa Idade Média. Sem o aventureiro, o capitalismo seria hoje estudado por arqueólogos, como um modo estranho de produção específico das regiões mercantis da Itália, Espanha e Portugal, de curta duração na história. Há, no entanto, uma irresistível vontade de associar este aventureiro buarquiano com o sujeito inovador schumpeteriano, mas seria mais uma reconstrução racional inadequada, pois, como mostra Sergio Buarque, a mentalidade medieval do aventureiro, associada ao encantamento do mundo, à busca pelo Eldorado e as amazonas, ao Paraíso perdido, em nada se assemelha ao cálculo anticoncorrencial do capitalista inovador, que busca apropriar a tecnologia para o bloqueio à entrada de novos participantes, auferindo lucros extraordinários. Ambos os tipos, no entanto, têm em comum a natureza inevitavelmente expansionista do Capital, cujo movimento da acumulação no tempo histórico

cria, destrói e recria forças produtivas e avança sob fronteiras concretas e abstratas de acumulação, uma natureza, portanto, radicalmente distinta do fluxo circular da renda do marginalismo na escassez e seu *Homo Oeconomicus* no processo pré-definido, objetivado, de escolhas.

Apesar de essa semelhança aventureira entre o tipo inglês e o brasileiro, deve-se concordar com Boff que há diferenças gritantes na forma como o Homem Cordial se manifesta em sociedade, especialmente nos momentos de crise, pois:

We can conjecture that in times of crises is precisely where the cordial man presents his other side in terms of resentment and hate. With the fragile application of impersonal rules regarding private protection and social relations guided by the emotional belonging to patrimonial groups, society can become violent. Nevertheless, this is not a violence of two or three different factions or religions with different beliefs in a civil war. It is a violence that is linked to what we may call the micro-sociological level, where the incapacity of the State to apply the law linked to emotional motivations of the cordial man lead to the tacit acceptance of social practices divergent from the ideal application of the law. It is the instability of the relation between the written law and the actual cordial practice that leads to episodes of violence. (Boff, 2016, p. 23)

O estudo da violência na sociedade cordial não é novidade. Como mencionado no Capítulo 1, Carvalho Franco (1976) descreve classicamente os conflitos dos homens livres, e pobres, na ordem escravocrata, e como, a luz das análises dos processos judiciais de fins da época colonial e período do Império, a violência privada era o desfecho certo das relações interpessoais, em que vizinhos de longa data muitas vezes resolviam com suas vidas um simples problema de interpretação sobre o olhar do outro à esposa alheia. A violência privada, no Brasil, também é institucional; em tempos recentes, não é incomum encontrarmos dados de violência policial de um único estado da federação como o Rio de Janeiro que superam largamente todas as mortes policiais praticada em todos os Estados Unidos num mesmo ano de comparação. Seguindo a oposição de Boff com o padrão smithiano liberal, esta violência cordial pouco se traduz em mudanças de regime ou de sistema de poder, no tradicional direito à rebelião característico do jusnaturalismo liberal. É estranho perceber como os golpes institucionais no Brasil foram impetrados antes de uma notável melhora nas condições econômicas da classe trabalhadora, e não após uma grande depressão, como na Europa continental e sua experiência

fascista após a crise de 1929, com forte colaboracionismo da hesitante Inglaterra, pelo menos até fins da década de 1930.

De todo modo, há concordância com o argumento de Boff (2016, p.1) ao afirmar que tanto Smith como Buarque de Holanda queriam construir um sistema psico-sociológico de interpretação e que, por essa grandeza de análise, é possível encontrar pontes que unem estes pensadores tão distintos, desde que sob o conceito correto de liberalismo, mais clássico do que marginalista, este radicalmente distinto da concepção buarquiana. Voltando aos termos econômicos do *Homo Cordialis*; é, pois, uma viagem perigosa às fronteiras da escassez permitir a entrada de um comportamento humano distinto da racionalidade, limitada ou não. O que seriam as curvas de preferências, ou melhor, desutilidades marginais, dos sentimentos individuais que somente se encontrem fora do indivíduo que faz a escolha? Haveria, nos termos da economia definida por escolhas em ambiente de escassez, espaço para uma teoria moderna dos sentimentos morais? Para a teoria econômica heterodoxa, que prescindir de um agente racional autocentrado para funcionar, a introdução de um homem histórico nascido de antagonismos não parece ser grande problema. Para a ciência positiva econômica, é uma catástrofe lógica. Não obstante, as múltiplas identidades do indivíduo na concepção buarquiana, em especial a sua necessária hierarquia com a existência do outro, revela-se um conflito direto com a concepção de indivíduo autocentrado e da característica básica da economia convencional, que é um único sujeito capaz de escolher entre no mínimo dois objetos substituíveis. Essa concepção basilar da teoria das escolhas econômicas deveria soar simplista, para não dizer pueril, aos ouvidos de Sergio Buarque, como uma estridência infantil de um homúnculo econômico, narcísico e incompleto.

Felizmente, Sergio Buarque não precisou tratar desse arenoso terreno criado aqui nesse texto, ocupando-se apenas das grandes ciências sociais. A economia era utilizada como um capítulo de sua hermenêutica, muito mais interessada em reconstruir o passado pensando-o como fizeram homens de seu tempo. Mas, evidentemente, a economia sempre bateu à porta de Sergio Buarque, em *Raízes do Brasil*, *Visão do Paraíso*, *Monções*, *Caminhos e Fronteiras*, tudo havia conexão com o fundo maior do desenvolvimento econômico em termos periféricos. E nisso está a tentativa desta tese em fazer sempre a ponte com Celso Furtado, que em nossa opinião foi o economista que mais se aproximou do historicismo como método de análise, como discutido nos capítulos 2 e 3.

Considerações Finais.

*Não é possível conhecer perfeitamente
um homem e o que vai no fundo de sua alma,
seus sentimentos e seus pensamentos mesmos
antes de o vermos no exercício do poder,
senhor das leis. Se alguém, sendo o supremo guia
do Estado, não se inclina pelas decisões
melhores e, ao contrário, por algum receio
mantém cerrados os seus lábios, considero-o
e sempre o considerarei a mais ignóbil
das criaturas; e se qualquer um tiver
mais consideração por um de seus amigos
que pela pátria, esse homem eu desprezarei.*

*Creonte para Corifeu (200-210).
Em Sófocles, Antígona. 441 a.C.*

Antígona é citada desde a primeira edição de *Raízes do Brasil*⁵² como referência ao conflito maior da modernização, ou o desencantamento do mundo, no ethos weberiano: a saída de uma sociedade definida pelos valores domésticos, familiares, tradicionais, para a vida na Cidade, sob o domínio das Leis organizadas pela Razão em detrimento das Leis ditadas pelas tradições. Em termos econômicos, trata-se da constituição de sociedades tipicamente urbano-industriais. A tragédia escrita por Sófocles no século V a.C mostra o conflito de Antígona, filha do amaldiçoado Édipo, ao enterrar seu irmão Polínice, que tinha sido banido por Creonte, este irmão de Jocasta e, portanto, tio de Antígona. Creonte, como Rei de Tebas, chega a banir Antígona por desobedecer à Cidade, e esta é a parte da tragédia retratada em *Raízes do Brasil*. No entanto, Sergio Buarque não aborda o desfecho da tragédia, quando Creonte se arrepende da decisão, ao ver seu filho Hemon, apaixonado por Antígona, discordar da decisão régia, mas era tarde: Hemon e Antígona já estavam mortos; e a notícia chegou à esposa de Creonte, que também se matou. Em Sófocles, a lei dos homens urbanos sucumbe à lei dos homens familiares, esta diretamente herdada pelos deuses, como uma incapacidade de a Cidade legitimar-se ante o poder natural da Família, o que demonstra a prevalência da lógica dos instintos sobre o império da razão.

No entanto, isso é parte superada da história humana. Nós somos herdeiros de Platão e da República, ou de Creonte-Rei mais do que Creonte-Parente – a Trilogia Tebana do grande dramaturgo representa o passado dos instintos, o escondido mundo telúrico que deve ser esquecido pelo triunfo da razão. Como tentamos discutir e desvelar um mínimo nesta tese, talvez sem sucesso, o contato de Sergio Buarque com o mundo escondido dos instintos é a fonte primária de inspiração do *Homem Cordial* e de seu grande ensaio de 1936. Assim como a maioria dos autores da “Geração de 1930”, esse encontro primordial do Modernismo teve como impacto duro a experiência histórica da Modernização e a construção do Estado nacional,

⁵² (Buarque de Holanda, 1936, p. 94). Interessante a anotação de Pedro Monteiro (2008) de que Sergio Buarque confunde Creonte e Antígona como irmãos, quando na verdade se tratam de tio e sobrinha. De todo modo, o uso da alegoria de Sófocles é basilar ao pensamento buarquiano de conflito entre a ordem pretérita, tradicional, e o mundo moderno, o mesmo conflito de Creonte ao manifestar-se Rei-Filósofo e ser punido pelos deuses em seguida por descumprir a lei maior, de que um irmão deve sempre enterrar com honras outro irmão. Em Sófocles, o conflito da Cidade dos Homens contra o Destino dos Deuses é recorrente e este autor escolhe quase sempre o último lado como resultado de suas tragédias. Aliás, a tragédia é ela mesma essa impossibilidade de o humano organizar-se pela lógica divina, sem que em algum momento a Razão ordenadora da cidade não inviabilize, ou mesmo elimine, o encantamento provocado pelo mito primitivo da ordem natural.

industrialista, trabalhista da Era Vargas. O nascimento do pensamento econômico brasileiro, como discutido, não será contemporâneo deste conflito, simplesmente será parido num momento em que a tensão modernizadora já se estabelecia como fluxo predominante contra a crítica radical do modernismo. Mas não só isso: o próprio modernismo vai se alterar profundamente.

Um exemplo basilar dessa transição está na obra de Carlos Drummond de Andrade. Em *Claro Enigma* (1951), o poeta mineiro desenha um legado perturbador de seu sentido no mundo brasileiro na modernização, produto da desilusão ideológica após período de forte engajamento político e artístico no movimento modernista, concentrado em sua obra *A Rosa do Povo* (1945). No livro de 1951, Drummond desenvolve a figura de um eu-solitário, viajante de Minas Gerais e profundamente marcado pelo pessimismo⁵³. O eu poético de Drummond desconstrói, principalmente nos dois últimos poemas “A Máquina do Mundo” e “Relógio do Rosário”, tanto a tradição clássica quanto a romântica, estas definidas por Hegel como a grande dualidade estética da arte moderna ocidental. Negando o clássico da perfeição estética – mesmo que na forma adote os tercetos decassílabos, ou o soneto alexandrino de “Legado” – e também o romântico centramento do eu, este que será o pilar contratualista do *Homo Oeconomicus*, Drummond escolhe permanecer no desencontro de si mesmo para finalmente encontrar o verdadeiro universal na dor, na dor de amar. A rejeição do perfeito e do “eu em-si” para encontrar o universal na dor constitui o clímax de *Claro Enigma* e inseriu a consciência nacional dentro de sua verdadeira e profunda questão: somos nem clássicos, nem românticos, mas filhos destes e algo novo e desconhecido; somos originais e por isso padecemos da angústia do autoconhecimento.

⁵³ No poema “Legado”, Drummond pergunta-se qual seu sentido para o país que a tudo lhe dera. A resposta é avassaladora: do poeta restará a pedra, a mesma pedra que, no meio do caminho, encetara a arte drummondiana de poetizar o mundo. Não só a pedra, mas também o caminho permanecem para, nos poemas seguintes, se confundir ao poeta. Em “A Máquina do Mundo”, a noite funde-se ao eu-solitário do viajante; o legado como consciência de nossa angústia institui seu ato máximo de originalidade quando, na “estrada pedregosa” de Minas Gerais, o poeta nega altivamente o mítico artefato, a ele apresentado quando tudo mais havia se perdido na longa caminhada. Com as “mãos pensas”, descobre a universalidade que nos une: nenhum canto radioso que cativa Orfeu, apenas a dor de ser o que é.

Essa originalidade assombra o paradoxo da formação nacional. Sérgio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso*, mostra-nos a contradição entre a descoberta do Éden pelo colonizador e sua subsequente exploração: a feitorização do paraíso constitui o conflito entre o imaginário edênico e a colonização tal como ela foi, como negócio. Produzindo um elemento desconexo entre a cultura clássica-romântica metropolitana e a novidade gestada na colônia, queríamos ser o que jamais poderíamos: o Ocidente colocou-se para nós como possibilidade inatingível, pois, como paraíso, fomos maculados pelo pecado da exploração humana. No entanto, o paradoxo da formação nacional, o oxímoro Claro Enigma, sofre o produto de uma tensão insuportável com a herança ocidental e seu tipo ideal autocentrado em contraponto ao *Homo Cordialis* e sua existência no outro. O “poeta da pedra” deixou como legado a pedra e o caminho, transformara-se neles para encontrar o verdadeiro universal de nossa condição. O eu poético sofre da angústia de ser o que é, este elemento subjetivo é a expressão profunda da consciência nacional. Aceitando-a, o enigma finalmente se dissipa em “Relógio do Rosário”: as pombas riscam o céu. Na “estrada pedregosa” de Minas Gerais, como a pedra no meio do caminho, Drummond finalmente encontra seu legado poético, interpretando vivamente a condição humana e dolorosa de nossa formação.

Este caminho de proposição radical de ruptura com o passado para o Brasil e a frustração da modernização e reafirmação do passado repetiu-se sincronicamente no pensamento econômico brasileiro. Como Celso Furtado, a fantasia do Brasil é sistematicamente organizada e desfeita, tudo é construção interrompida. Interessante notar que a variável econômica chave deste processo, como discutido no capítulo 3, é o comportamento da sociedade salarial, i.e., o avanço da participação dos salários no PIB, e vimos como, sob esse ponto de vista, aquilo que chamamos como grande arco histórico do nacional-desenvolvimentismo e sua crise neoliberal, um período de quase um século de história, contém apenas duas ou três décadas totais em que as condições de redução da desigualdade funcional da renda combinaram-se com a dinâmica do crescimento: o período Democrático-trabalhista do segundo Governo Vargas até a queda do governo Jango e o período na Nova República dos governos Lula até a queda do governo Dilma. No entanto, a sincronia entre estes tempos econômicos não representa exatamente o nascimento e morte dos tempos da história do pensamento econômico brasileiro: tratam-se de períodos

especiais de grandes mudanças que reverberam para além do tempo em que ocorreram, como as ondas provocadas pela pedra quando esta é atirada em um lago inerte⁵⁴.

Afirmar a equivalência entre história econômica e pensamento econômico seria essencialmente anacrônico, basta lembrar o próprio nascimento consciente do Homem Cordial, operado nos anos 1930, anterior à periodização proposta. O movimento das ideias segue lógicas *quase* distintas da riqueza das nações; no entanto, olhar as raras e muitas vezes escondidas intersecções entre esses tempos é o que faz a História do Pensamento Econômico ser uma disciplina imprescindível ao economista. Talvez uma das maiores perplexidades que encontramos ao longo desta tese é como uma geração de advogados, artistas, escritores e jornalistas conseguiu, durante a década de 1920, em meio a uma sociedade profundamente agrária, retrógrada e escravista, que sequer havia instituições mínimas da modernidade urbano-industrial, pavimentar a principal revolução cultural do Brasil, que garantiu a ruptura com o determinismo e o eugenismo e que, no caso nosso estudado, garantiu as condições mínimas para o nascimento do pensamento econômico moderno, uma geração após. Vimos aqui, o peso da experiência da República de Weimar foi imenso, assim como os autores anteriores da mesma tradição austro-germânica, como o inexplorado Johan Jakob Bachofen, que pode ser um verdadeiro elo perdido para os estudos futuros a esta tese. Inegável a contribuição de Friedrich List, Max Weber, da escola histórica alemã e dos críticos da modernidade herdeiros de Nietzsche para o que posteriormente iria amalgamar-se com a revolução keynesiana e produzir uma escola única de pensamento na periferia, o Estruturalismo Latino-americano, ou simplesmente cepalismo, ao menos no que concerne à variante brasileira inaugurada por Furtado.

Celso Furtado, nossa referência para o lado de cá dos estudos econômicos, foi quem mais se arriscou no desenvolvimento de uma teoria econômica imbricada com a história. O que ele nomeou método histórico-estrutural combinou elementos teóricos da linguística

⁵⁴ Conheço esta alegoria de Hannah Arendt (2003b), no clássico “Entre o Passado e o Futuro”, quando esta define a linha inquebrantável na história de um acontecimento qualquer, ou de um grande acontecimento. Uma mudança no passado nunca pode ser percebida integralmente pelo presente, pois não sabemos a pedra que caiu no lago, apenas suas ondas que se expandem pelo tempo. Isso, no entanto, não impede conhecer o passado, e sim é possível adotar uma postura de aproximação com o evento original, desde que não se confunda as ondas da água com a própria pedra. Na minha opinião, essa postura de Hannah Arendt é profundamente historicista e dialoga com a mesma concepção de “história sempre contemporânea” de Sergio Buarque. Também esta dimensão temporal da história dialoga com o conceito contemporâneo de “trajetória dependente” (*path dependence*), muito utilizada nas Ciências Sociais, evidentemente a Economia nelas inclusa.

estruturalista para uma interpretação do tempo que é tanto mudança (diacronismo) como reprodução (sincronismo). Nisso a análise econômica ganha sentido superior a uma mera reconstrução racional do passado, o que, inclusive, não agradava a Furtado, evitando impor conceitos anacrônicos a sociedades cujos tempos ainda não chegaram ao tempo presente. O ponto de partida de Furtado, no entanto, estava praticamente livre dos equívocos típicos das sociedades pós-escravistas periféricas, eventos desbravados pela geração a que Sergio Buarque foi um de seus representantes. Ademais, a cena histórica de Furtado, na metade dos anos 1950 é imensamente distinta da sociedade em que Sergio Buarque construiu seu ensaio primordial. O Brasil de Furtado caminhava largamente para uma sociedade urbano-industrial, o Estado Nacional de orientação trabalhista estava construído, a teoria econômica para o desenvolvimento estava em ebulição. Sem embargo, Furtado passaria pelo mesmo processo de construção e destruição de radicalidades que Sergio Buarque, posto que com significantes e tempos distintos. O Furtado ministro de Jango que escreveu em 90 dias o Plano Trienal é bastante distinto do Furtado do Mito do Desenvolvimento Econômico como crítica profunda a qualquer possibilidade emancipatória dentro de um sistema capitalista global de produção com o mesmo padrão de consumo do Centro.

Buarque de Holanda, Drummond e Furtado são apenas alguns exemplos desse processo cíclico de encantamento e desencantamento do moderno que acontece no Brasil, em tempos repetitivos, ainda que distintos. No fundo, a construção da ordem e do progresso, sem o “amor” para completar o lema positivista, como ressaltou Buarque de Holanda, é uma aventura permanente de descobrimento e exploração do Paraíso. Nisso a frustração intelectual é certa, a inevitabilidade do desterro; ao mesmo tempo, essa condição periférica aparentemente insuperável alimenta episódios intensos de criatividade, tanto nas grandes ciências humanas, quanto no cotidiano do brasileiro mais comum. A pergunta “por que somos o que somos” feita na Introdução permanece sem resposta ou solução, mas ainda é uma pergunta perigosa. Cabe aqui, para tentar avançar um centímetro a mais nessa discussão clássica do Brasil, especular sobre o inverso: e se fôssemos o contrário do que somos?

Sergio Buarque já conhecia o extremo oposto da cordialidade típica do brasileiro desde a primeira edição de Raízes, que é o povo japonês e a sua polidez quase religiosa. Na excelente passagem:

Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida que o brasileiro. Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência — e isso explica-se pelo fato da atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no "homem cordial": é a forma natural e viva, que se converteu em fórmula. Além disso a polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, como peça de resistência. Equivale a um disfarce, que permitirá a cada um preservar intactas sua sensibilidade e suas emoções. Por meio dessa standardização das formas exteriores da cordialidade, que não precisam ser legítimas para se manifestarem, revela-se um dos mais decisivos triunfos do espírito sobre a vida. Armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social. E, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo. (Holanda, 1936, p. 102).

Ao definir o contrário da cordialidade como a polidez, e não a razão, Buarque de Holanda nos ajuda a pincelar o ato final desta tese. A polidez é entendida como uma cordialidade falsa, uma vida ordenada, mas vazia de significado; o império de um indivíduo que prescindir do outro para se afirmar, mas que ao mesmo tempo, constrói pontes ocas de boa conduta social. Sergio Buarque não parece muito simpático ao modo de vida japonês, e isso também se revelou em conversas seguintes com seus interlocutores, inclusive diplomatas brasileiros residindo no Japão⁵⁵. Evidente que estas observações buarquianas foram feitas muito antes do florescimento de uma poderosa nova forma de organização da produção industrial, o chamado padrão toyotista, tampouco a construção da indústria cultural e tecnológica nipônica a partir dos anos 1970. O ponto é que a “saída oriental” do desenvolvimentismo tem sido uma constante nas recomendações de economistas para o caminho brasileiro, antes olhando o Japão,

⁵⁵ João Augusto de Araújo Castro, grande diplomata que servia no Japão antes de tornar-se chanceler de João Goulart, escreve memorável carta ao amigo Sergio Buarque em 1961, contando-lhe sobre as diferenças culturais em se viver no país oriental. Entre a ausência de pudor com a nudez, os banhos coletivos, o culto à natureza como personificação real (o Monte Fuji tem pronome de tratamento “San”, como um senhor de idade comum) e a completa inexistência de nomes de ruas e números de casas, o que torna a localização geográfica em Tóquio uma verdadeira epopeia, a principal ruptura apontada pelo embaixador é linguística, não apenas a escrita ideogramática, mas fundamentalmente o fato de o japonês não pensar por meio de palavras, apenas por ideias. (SIARQ-SBH, Cp 232 P9, 1961). Ao final da carta, Araújo Castro lamenta não estar mais em Roma, na companhia de Sergio Buarque, na “cidade que Nero nunca deveria ter queimado”.

depois a Coreia do Sul, agora a China. É lá um capitalismo assentado em outro sujeito, hiper-individualizado, talvez perigosamente antissocial, mas que projetou um tipo de capitalismo superior ao ocidental, cujos efeitos disso serão sentidos nas próximas gerações. Porém, a realização do homem integral pensado pelo ocidente crítico do moderno, do “*übermensch*” nietzschiano ao “caraíba” antropófago brasileiro, essa utopia do reencontro civilizado entre cérebro e coração não parece ter futuro no processo irreversível de ascensão do capitalismo oriental: outros homens estão surgindo de lá, melhores ou piores, sabe-se lá. A periferia, ao que tudo diz, deve permanecer como nossa circunstância, o Brasil muito provavelmente se transformando no último sítio arqueológico do homem ocidental num mundo novamente dirigido pelo Levante.

No entanto, isso não implica abandonar o projeto maior de civilização tropical, como pretendido por Darcy Ribeiro. O salto maior, mais importante, para nossa visão econômica, é a plena realização de uma sociedade salarial nos trópicos. Desenvolver o mercado de trabalho em termos plenamente modernos será a grande passagem epistemológica do *Homo Cordialis* para a superação de seus contrários positivos e negativos. A afirmação do trabalho e da modernidade urbano-industrial continua sendo o posto chave da miragem emancipatória da sociedade familiar conservadora, patriarcal e pasteurizadora da liberdade. Mas é difícil reunir democraticamente tantos poucos Paulos Honórios – a figura excepcional criada por Graciliano Ramos em São Bernardo – e tantos muitos malandros pobres e sobreviventes em um projeto coeso, consistente e, mais ainda, sustentável ao longo do tempo de desenvolvimento socioeconômico. Ao menor sinal de ruptura das posições de privilégio, as mãos de abapurus dos Honórios se erguem contra os ganhos dos pequenos. Somos uma sociedade essencialmente avessa à transformação social, nada mais óbvio disso do que observar os últimos anos da evolução político-econômica no Brasil, cujo espaço para análise desta tese, evidentemente, não será possível conceder, em respeito aos votos historicistas realizados nas primeiras destas páginas.

Referências Bibliográficas

Aidar, Bruno. Pensar a riqueza do Brasil colonial: das descrições à economia política. In: COSENTINO, Daniel; GAMBI, Thiago. (Org.). História do pensamento econômico: pensamento econômico brasileiro. Niterói; São Paulo: Eduff; Hucitec, 2019. p. 135-162.

Andrada, A. F. S; Boianovsky, M.; Cabello, A. F.. O Clube de Economistas e a Revista Econômica Brasileira (1955-1964): Um Episódio na História do Desenvolvimentismo Nacionalista no Brasil. In *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, vol.48 n.4, p. 721-756, out.-dez. 2018.

Andrade, Oswald. Manifesto Antropófago. In *Revista de Antropofagia*, ano 1, n. 01, maio 1928. pp. 04 e 07. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/>

Antunes, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP, Cortez, 2003.

Arendt, Hannah. A Condição Humana, tradução Roberto Raposo, 10 ed., Rio de Janeiro: Forense universitária, 2003a.

_____. Entre o Passado e o Futuro. Tradução Mauro W. Barbosa, São Paulo: Ed. Perspectiva, 5ª ed., 2003b.

Ashley, W. J. Introdução *IN OS ECONOMISTAS*, MILL, J. S. Princípios de Economia Política. Ed Nova Cultural. 1996. Vol 1

Bain, J.S. *Barriers to New Competition – Their Character and Consequences in Manufacturing Industries*. Harvard University Press. 1962.

Baran, P. On the Political Economy of Backwardness. In *The Manchester School* v. 20 ed 1. 1952. pp 66-84.

Barbosa, Maria Aparecida. Leitura do Matriarcado de Bachofen. In *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. n. 33. 2018. pp. 88-97

Barbosa, Ruy. Relatório do Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1891.

Barreto Feio, J. V. Sallustio em Portuguese. In *Scholar Select*. Wentworth Press. 2016.

Blankenburg, S.; Palma, J.G.; Tagenna, F. Structuralism. In *New Palgrave Dictionary of Economics*. Macmillian. 2008. V.8. pp 69-74

Blaug, Mark, *Methodology of Economics; or How Economists Explain*, Cambridge: Cambridge University Press, Segunda Edição, 1992

_____. No History of Ideas, Please, We're Economists. In *Journal of Economic Perspectives*. 2001. V.15 n1. Pp 145-164.

Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro. Ipea/Inpes. 1988.

Boianovsky, M. Furtado, Celso (1920-2004). In *New Palgrave Dictionary of Economics*. Macmillian. 2008. V.3. pp 517-521.

_____. Arthur Lewis and the classical foundation of development economic. In *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, vol. 37, 2019 (escrito em Março de 2018).

_____. Between Lévi-Strauss and Braudel: Furtado and the historical-structural method in Latin American political economy. *Journal os Economic Methodology*. V. 22. N.4. pp 413-438. 2015.

_____. Friedrich List and the economic fate of tropical countries. *History of Political Economy*, 45(4), 2013.

Belluzzo, L. G .M. *Valor e Capitalismo*. Campinas: UNICAMP/IE. 1998.

Britto, Lemos. *Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora TAB. 1927.

Boff, Emmanoel. Adam Smith in the Tropics: can the Cordial Man be understood within a Theory of Moral Sentiments? Artigo apresentado no V Congresso Latinoamericano de História Econômica (CLAHDE). São Paulo: USP. 2016.

Canabrava, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Boletim XXXV da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. 1944.

Caldwell, Bruce, *Beyond Positivism - Economic Methodology in the Twentieth Century*. Routledge. 1994. Rev. Ed.

_____. *Clarifying Popper*. *Journal of Economic Literature*. Vol 29. 1991. pp 1-33.

Calixtre, A. B.; Almeida Filho, Niemeyer (orgs). *Cátedras para o Desenvolvimento - patronos do Brasil*. IPEA. Brasília, 2014.

Calixtre, A. B. Subdesenvolvimento, Sergio Buarque de Holanda e o Homem Cordial – a importância da especificidade radical da formação histórica do Brasil e de seu sujeito. In Calixtre, André B. e Almeida Filho, Niemeyer. *Cátedras para o Desenvolvimento :Patronos do Brasil*. IPEA. 2014a.

_____. Nas Fronteiras da Desigualdade Brasileira: Reflexões sobre as décadas de 1990 e 2000. Fundação Friedrich Ebert. 2014b.

_____. Sociedade salarial e resiliência: reflexões sobre a economia política da mudança estrutural. In Chiliatto-Leite, Marcos Vinicius. *Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade*. Brasília: CEPAL. 2019a. pp. 33-50.

Calixtre, A. B.; Freddo, Daniela. O pensamento pré-furtadiano sobre o desenvolvimento econômico: Entre o Modernismo da semana de 1920 e a Modernização da Era Vargas. In *Revista Oikos*. Rio de Janeiro: UFRJ. v.8 n.3. 2019b. pp 6-23.

_____. Celso Furtado, sociedade salarial e os descaminhos do subdesenvolvimento brasileiro – uma interpretação contemporânea da construção interrompida. In *Cadernos do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado. v.15 n.26. 2020. pp.103-124.

Candido, Antonio. Dialética da malandragem (caracterização das Memórias de um sargento de milícias). *Revista do instituto de estudos brasileiros*, São Paulo: USP, n. 8, p. 67-89, 1970.

_____. A Visão política de Sergio Buarque de Holanda. In Monteiro, P. M.; Eugênio, J. K (orgs). *Sergio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas-SP e Rio de Janeiro. Editoras Unicamp e UERJ. 2008. Pp 29-36.

Cardoso, F.H. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.

Cardoso, F.H; Faletto, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

Carli, Felipe Augusto Vicari de. *O Matriarcado no Programa Antropofágico: Oswald de Andrade, leitor de Bachofen*. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado. 2016.

Carvalho Franco, M. S. de. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Ática. 1976.

Castel, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Chaves, Ernani. O historicismo de Nietzsche, segundo Sergio Buarque de Holanda. In Monteiro, P. M.; Eugênio, J. K (orgs). *Sergio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas-SP e Rio de Janeiro. Editoras Unicamp e UERJ. 2008. Pp 397-412

Cimoli, Mario; Porcile, Gabriel. Technology, structural change and BOP constrained growth: a structuralist toolbox. *Cambridge Journal of Economics*. 2014, 38, pp 215–237.

- Dahrendorf, Ralf. *Homo Sociologicus*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1969.
- Dedecca, C. S. *Racionalização Econômica e Trabalho no Capitalismo Avançado*. Campinas, SP: UNICAMP/IE. 1999. (Coleção Teses).
- Donghi, Halperin. *História da América Latina*. São Paulo: Círculo do Livro. 1990.
- Draibe, S. M; Riesco, Manuel. *A New Latin American Developmental Welfare State in the Making?*. Versão Eletrônica. 2004.
- Ekerman, Raul. *A comunidade de economistas do Brasil: dos anos 50 aos dias de hoje*. In *Revista Brasileira de Economia* 43(2): 113-138.1989.
- Esping-Andersen, Gøsta. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton University Press. 1990.
- _____. *Social Foundations of Postindustrial Economies*. Oxford University Press.
- Fajnzylber, Fernando. *Estrategia Internacional y empresas internacionales. Posición relativa de América Latina y Brasil*. CEPAL, Río de Janeiro. 1970
- _____. *La industrialización trunca de América Latina*. CET. México DF. 1983.
- Fernandes, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar. 1968.
- Faoro, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo Globo. 1975. v.I e II.
- Freyre, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala – formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Ed. Olympio. 19 ed. 1978.
- Fonseca, P. C. D. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*. In Calixtre, A. B., Biancareli, A. M; Cintra, M. A. M. *Presente e Futuro do Desenvolvimento*. Brasília: Ipea. 2014. Cap 1.
- Freyre, Gilberto. *Casa-grande e senzala – formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 19. ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1978.
- Friedman, Milton, *The Methodology of Positive Economics*. IN HAUSMAN, D. M., *The Philosophy of Economics: an Anthology*. Cambridge Press. 2008. 3ª ed. cap 7. pp 145-178
- Fritsch, W. *Apogeu e crise na Primeira República (1900-1930)*. In Abreu, M. P. *A Ordem do Progresso: 100 anos de Política Econômica Republicana*. Rio de Janeiro: Ed. Campos. 1989. Cap 2.
- Furtado, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974.
- _____. *Análise do Modelo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A. 1972
- _____. *O Subdesenvolvimento Revisitado*, in *Revista Economia e Sociedade*. nº. 1. Campinas: Instituto de Economia - UNICAMP. ago./92.

_____. A Superação do Subdesenvolvimento, *in Revista Economia e Sociedade*. n.º 3. Campinas: Instituto de Economia - UNICAMP. dez/94.

_____. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. *In Bielschowsky, Ricardo (org.). Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Santiago: CEPAL. 2000. V. I. pp. 239-262.

_____. *Prefácio à Nova Economia Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

Gimende, Marcio. O movimento industrialista brasileiro como projeto de nação. *In Revista OIKOS*, volume 2, número 1. Rio de Janeiro. 2003.

Gonçalves. J. R. B. A Utopia da Ordem Social – o positivismo na crise da ordem imperial brasileira (1962 – 1898). São Paulo: USP [tese]. 1989.

Gorz, André. Adeus ao proletariado: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. O imaterial: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

Hausman, D. M., *The Philosophy of Economics: an Anthology*. Cambridge Press. 2008. 3ª ed.

Gramsci, Antonio. Americanismo e fordismo. *In Obras escolhidas*. Tradução de Manuel Cruz, São Paulo: Martins Fontes, 1ª edição, 1978

Guimarães, E. H. de Lima. A modernidade brasileira reconta as tradições paulistas. *In Monteiro, P. M.; Eugênio, J. K (orgs). Sergio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas-SP e Rio de Janeiro. Editoras Unicamp e UERJ. 2008. Pp 37-62.

Henrique, Wilnês. O Capitalismo Selvagem – um estudo sobre a desigualdade no Brasil. Campinas – SP: Unicamp. [tese de doutoramento]. 1998

Holanda, S. B. de. Raízes do Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936.

_____. Raízes do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1947.

_____. Raízes do Brasil. 15. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982.

_____. Visão do paraíso – os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. Rio de Janeiro: Olympio, 1958.

_____. (1935) O Corpo e a Alma do Brasil: ensaio de psicologia social. *In Monteiro, P. M.; Eugênio, J. K (orgs). Sergio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas-SP e Rio de Janeiro. Editoras Unicamp e UERJ. 2008. Pp 583-600.

Hobsbawn, Eric. A Era dos Extremos - o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras. 2003

_____. A Era dos Impérios. São Paulo: Paz e Terra. 2006

_____. A Era do Capital. São Paulo: Paz e Terra. 2005

_____. A Era das Revoluções São Paulo: Paz e Terra. 2004

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*; coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo/ Roberto Cochrane Simonsen, Eugenio Gudin. Rio de Janeiro: Ipea, 2010. 3ª ed.

Kowarick, Lúcio. Capitalismo e Marginalidade na América Latina. *col. Estudos Latinoamericanos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 2ª ed.

Kurz, Robert. *O Colapso da Modernização*. Tradução: Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 5ª Ed. 1999.

Lewis, W. A. *Economic Development with unlimited supplies of labour*. *Manchester School* 22. 1954. pp 39-91.

Maki, Uskali. *Diagnosing McCloskey*. IN *Journal of Economic Literature*. Vol 33. Set/ 1995. pp 1300-1318.

Martins, Renato (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda: encontros*. Rio de Janeiro, Azougue, 2009.

Marx, Karl, O Capital – crítica da Economia Política, in Os Economistas, tradução Régis Barbosa e Flávio R. Koethe, 3ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988. Vol I e III.

Mello, J. M. C. *O Capitalismo Tardio – contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense. 1982.

Mello, J. M. C.; Novais, F. A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna in NOVAIS, F.A. (org). *História a Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. vol. 4.

McCloskey, D., *The Rhetoric of Economics*, Madison: University of Wisconsin Press, 1985

_____, *The Rethoric of This Economics*. IN HAUSMAN, D. M., *The Philosophy of Economics: an Anthology*. Cambridge Press. 2008. 3ª ed. cap 22. pp. 415-439.

Monteiro, P. M. Uma tragédia familiar. In Monteiro, P. M.; Eugênio, J. K (orgs). *Sergio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas-SP e Rio de Janeiro. Editoras Unicamp e UERJ. 2008. Pp. 349-362.

Monteiro, P. M.; Eugênio, J. K (orgs). *Sergio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas-SP e Rio de Janeiro. Editoras Unicamp e UERJ. 2008.

Murtinho, Joaquim. *Introdução ao Relatório do Ministro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1899.

Musse, Ricardo. Depois de raízes do Brasil. 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/02/22/depois-de-raizes-do-brasil/>>.

Nabuco, Joaquim. Minha formação. In *Biblioteca Básica Brasileira*. Brasília: Ed UNB. 1963.

Novais, F.A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial : (1777-1808). São Paulo: Hucitec. 2001.

_____ (org). História a Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. vol. 4.

_____(1998b). Condições da Privacidade na Colônia. in NOVAIS, F.A. (org). *História a Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. vol. 1. p. 13-39.

Oliveira, C. A. B. O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado. [Campinas, SP : s.n.]. 1985

Oliveira, Francisco de. Crítica à Razão Dualista - o Ornitórrinco. São Paulo: Boitempo Editorial. 2003

Offe, Claus. O Capitalismo Desorganizado. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, v. 1, 1989.

Pinto, Anibal. *Heterogeneidad estructural y modelo de desarrollo reciente de la América Latina*. Santiago, Chile: CEPAL-ILPES. 1973.

_____. Natureza e implicações da heterogeneidade estrutural da América Latina. *El Trimestre Económico*, v. 37, n. 1, 1970.

Pierson, Paul. Dismantling the Welfare State? – Reagan, Thatcher and the Politics of Retrenchment. Cambridge University Press. 1996.

Pierson, Cristopher. Beyond the Welfare State? – The New Political Economy of Welfare. The Pennsylvania State University Press. 2 ed. 1991.

Prado Jr., Caio, Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense. 1996.

Prebisch, R. *The economic development of Latin America and its principal problems*. CEPAL. 1948.

Ramos, Graciliano. São Bernardo. Rio de Janeiro: Record. 26 ed. 1976.

Ribeiro, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

Ricardo, Cassiano. O homem cordial e outros pequenos estudos brasileiros. Rio de Janeiro: Biblioteca de Divulgação Cultural, 1959.

Rocha, J. C. de C. O exílio do homem cordial – ensaios e revisões. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004.

_____. O exílio como eixo: bem-sucedidos e desterrados ou Por uma edição crítica de Raízes do Brasil. In Monteiro, P. M.; Eugênio, J. K (orgs). Sergio Buarque de Holanda: perspectivas. Campinas-SP e Rio de Janeiro. Editoras Unicamp e UERJ. 2008. Pp 245-276.

Rostow, R. *The stages of economic growth: a non-communist manifesto*. Cambridge University Press. 1960.

Salvatori de Decca, Edgar. Decifra-me ou te devoro: as metáforas em Raízes do Brasil. In Monteiro, P. M.; Eugênio, J. K (orgs). Sergio Buarque de Holanda: perspectivas. Campinas-SP e Rio de Janeiro. Editoras Unicamp e UERJ. 2008. Pp 209-226.

Sampaio Jr., P. de A. Entre a Nação e a Barbárie - Os Dilemas do Capitalismo Dependente. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes. 1999.

Schumpeter, J. *History of Economic Analysis*, Londres: Allen & Unwin. Sexta impressão. 1967.

_____. (1942) *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Tradução: Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1984.

Schwarz, Roberto. Sequências Brasileiras: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

_____. Ao vencedor as batatas : forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo : Liv. Duas Cidades, 1977.

_____. O nacional por subtração. Folha de São Paulo, 07/06/1986.

Silveira, Éder da. *A Cura da Raça - eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX*. Porto Alegre: Editora da UFCSPA. 2016.

Simonsen. Roberto C. História Econômica do Brasil (1500-1820). São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1937.

Singer, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. Novos estudos CEBRAP, n. 85, dez. 2009.

_____. O lulismo e seu futuro. Revista Piauí, out. 2011.

Souza, P. R. C. A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas. Unicamp-Campinas: tese de doutoramento. 1980.

Steindl, J. *Pequeno e Grande Capital – Problemas Econômicos do Tamanho das Empresas*. Tradução: Tamás Szmrecsányi. São Paulo: Editoras UNICAMP/ HUCITEC. 1990.

Sunkel, Osvaldo. *El Subdesarrollo Latinoamericano y La Teoría Del Desarrollo*. México: Siglo Veintiuno Editores. 1970.

Sylos-Labini, P. (1956) Oligopólio e Progresso Técnico. *In Os Economistas*. Tradução: Vittoria Cerbino Salles. São Paulo: Nova Cultural. 1984.

Szmrecsányi, Tamás. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. *Revista Nova Economia*. Belo Horizonte. V. 14(1). 2004. pp. 11-37.

Tavares, M, C. *Ciclo e Crise – o movimento recente de industrialização brasileira*. Campinas: Ed Unicamp. 2000.

_____. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Unicamp. 1998.

Tavares, M. C.; Fiori, J. L. *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes. 1997.

Tavares, M. C. & Serra, J. Além da Estagnação. *In Tavares, M. C. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. (p. 153-207). 1970.

Trotsky, León. *História da revolução russa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Viana, Victor. *Histórico da Formação Econômica do Brasil*. Ministério da Fazenda: Comemoração do 1º Centenário da Independência do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1922.

Vianna, Oliveira. *A Evolução do Povo Brasileiro*. Brasileira. 1923.

Waizbort, Leopoldo. O Mal-entendido da Democracia: Sergio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, 1936. *In Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 26 n. 76. 2011. pp. 39-62.

Weber, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ANEXO Bibliográfico- Coleção Sergio Buarque de Holanda.

As seguintes obras ou documentos foram consultados:

BORA-SBH			
Chamada/Número ou Doc	Título	Autor	Ano
142.7 J312n	Nietzsche et le christianisme / Karl Jaspers ; traduit de l'allemand par Jeanne Hersch.	Jaspers, Karl	1949
142.7 B327b	Bachofen und Nietzsche / A. Baumlér ; herausgegeben von Dr. Max Rychner.	Baumler, Alfred	1929
830.9 St84d	Der Dichter und die Zeit : eine Sammlung von Reden und Vortragen / Fritz Strich.	Strich, Fritz	1947
142.7 M363n	Nietzsche und Burdckhardt : zivei Geistige Welten im Dialog / von Alfred V. Martin.	Martin, Alfred Wilhelm Otto von	1945
141 L954v	Von Hegel zu Nietzsche : Der revolutionare Bruch im Denken des neunzehnten Jahrhunderts, Marx und Kierkegaard	Lowith, Karl,	1964
142.7 N558w	Werke in drei banden / Friedrich Nietzsche; herausgegeben von Karl Schlechta.	Nietzsche, Friedrich Wilhelm	1954
142.7 H362n	Nietzsche / Martin Heidegger.	Heidegger, Martin	1961
320.01 R514s	Vom sittlichen Problem der Macht : funf essays / Gerhard Ritter.	Ritter, Gerhard	1961
155.3109 K661v	Vom Kosmogonischen Eros / Ludwig Klages.	Klages, Ludwig	1926
B869.15 R358j	João Torto e a fabula : 1951-1953 / Cassiano Ricardo.	Ricardo, Cassiano	1956
981.0313 R357m	Marcha para Oeste : (a influencia da "bandeira" na formação social e politica do Brasil)	Ricardo, Cassiano	1942
B869.45 R357h	O homem cordial : e outros pequenos estudos brasileiros / Cassiano Ricardo.	Ricardo, Cassiano	1959
B869.109 M348L	O laboratorio poetico de Cassiano Ricardo / Oswaldino Marques.	Marques, Oswaldino	1962
981.0531 R358t	O Tratado de Petropolis	Ricardo, Cassiano	1954
945 H629	Historiens romains : historiens de la Republique ... / Introduction, chronologie, traduction nouvelle, notices, notes, bibliographie et table analytique par Gerard Walter.	Walter, Gerard	1961
928.21 C679L	Lectures on Shakspeare, etc. / Samuel Taylor Coleridge	Coleridge, Samuel T.	1937
330.981 F984f	Formação economica do Brasil	Furtado, Celso,	1963
338.918 F984h	A hegemonia dos Estados Unidos e o futuro da América Latina	Furtado, Celso,	1966
338.901 F984m	O mito do desenvolvimento econômico	Furtado, Celso,	1974
320.0981 F984p	A pré-revolução brasileira	Furtado, Celso,	1962
338.901 F984t	Teoria e politica do desenvolvimento economico	Furtado, Celso,	1967
821.4 M642p	The poetical works of Milton John	Milton, John	1904
821.4 M642a	Areopagitica and other prose works	Milton, John	1941
338.98 P911d	Dinamica do desenvolvimento latino-americano	Prebisch, Raul	1964
301.2 W388g	Gesammelte aufsatze zur sozial- und wirtschaftsgeschichte / Max Weber.	Weber, Max	1924
301.045 W388g	Gesammelte Aufsatze zur Wissenschaftslehre	Weber, Max	1922
306.06 W388a	Aus den Schriften zur Religionssoziologie / Auswahl, Einleitung und Bemerkungen von M. Ernst Graf zu Solms.	Weber, Max	1948
301.045 W388f	From Max Weber : essays in sociology / translated, edited, and with an introduction by H. H. Gerth and C. Wright Mills.	Weber, Max	1947
301.452 W388g	Gesammelte aufsatze zur Religionssoziologie	Weber, Max	1947

301.045 W388g	Gesammelte politische Schriften	Weber, Max	1958
836.8 W388j	Jugendbriefe	Weber, Max	19-?
301.363 W388c	La citta	Weber, Max	1950
301.045 G925	Grundriss der Sozialökonomik / bearbeitet von S. Altmann ... [et al.].	Weber, Max ; Altman, Sally	1924
SIARQ-SBH			
Vp 18 P1	Recibo de SBH a José Olympio Pereira Filho referente aos direitos autorais da primeira edição de "Raízes do Brasil". Rio de Janeiro, [] out.1936. c.as. 1p. (fotocópia)		1936
Vp 44 P1	Fotografia onde se vê SBH acompanhado de Manuel Bandeira, Oswald de Andrade, sua esposa Antonieta Dalkimin e Paulo Mendes de Almeida, no Aeroporto de São Paulo. São Paulo, 02 jul.1949.b&p. 24x30. (reprod. ampliada)		1949
Vp 74 P2	Fotografia onde se vê SBH fantasiado de Netuno, a bordo do Andrea C. s.l., 1954. b/p. 6.5x6		1954
Vp 88 P2	Curriculum Vitae de SBH. 1958. (c/anot.ms.)		1958
Vp 127 P3	Fotografia onde se vê SBH em pé na sala de sua residência à Rua Buri. São Paulo, jul.1970. b&p. 9x9.		1970
Vp 173 P3	Anotação manuscrita sobre livro. s.d.		sd
Vp 192 P4	Artigo intitulado "Modernismo não é escola: é um estado de espírito", entrevistando SBH e Prudente de Moraes Neto, acerca da Revista "Estética" e do modernismo no Brasil. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 19 jun.1925. 1p.		1925
Vp 195 P4	Artigo em francês, intitulado "Le Brésil dans la vie américaine". La Tribune de Geneve. [Geneve], 04-05 set.1954. Chronique Locale. s.p.		1954
Vp 201 P4	Entrevista de SBH a Homero Senna, intitulada "Significado do modernismo", comentando o movimento modernista de 1922. Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, 05 out.1957. Tribuna dos livros.		1957
Vp 204 P4	Entrevista de SBH intitulada "História brasileira num castelo medieval", comentando seus livros e atividades profissionais. Tribuna da Imprensa. [Rio de Janeiro], 14-15 nov.1959. s.p.		1959
Vp 205 P4	Entrevista de SBH intitulada "Os confins do homem", tecendo considerações sobre o livro "Macunaíma" e o movimento modernista. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 13 jun.1970. s.p.		1970
Vp 206 P4	Entrevista de SBH a João Marcos Coelho, intitulada "A democracia é difícil", comentando suas atividades; o livro "Raízes do Brasil"; os brazilianists e a política ao longo da História do Brasil. Veja. São Paulo, 28 jan.1976. p.3-6		1976
Vp 207 P4	Entrevista de SBH a Animá Simões e Walter Zingerevitz intitulada "O que a História deve a SérgioBuarque", comentando suas obras, a expressão "homem cordial", a revolução de 64 e os brazilianists. Isto É. 15 jun.1977. p.43-44.		1977

Vp 221 P4	Entrevista de SBH a Antonio Gonçalves Filho intitulada "Um escândalo que jamais se repetirá", comentando sobre o movimento modernista de 1922. Folha de São Paulo. São Paulo, 14 fev.1982. Folha ilustrada. s.p. (bilhete de Maria Amélia informando ser a última entrevista e foto de SBH)		1982
Cp 32 P5	Carta de Gilberto Freyre a SBH felicitando-o pelo Ano Novo. Recife, 13 jan.1934. as.ileg. 1p		1934
Cp 94 P7	Carta em francês de Lucien Febvre a SBH confirmando oficialmente o convite transmitido por M. Braudel, dizendo que lhe reserva um trimestre de ensino e pedindo-lhe resposta, marcando o início de suas conferências e seus respectivos temas. Paris, 15 dez.1948. as.Lucien Febvre. 1p.		1948
Cp 95 P7	Carta em francês de Fernand Braudel a SBH dizendo-lhe que recebeu seu "Raízes do Brasil"; falando sobre uma pesquisa nos arquivos de Schetz por sua indicação; convidando-o juntamente com Gilberto Freire e Yan de Alemida Prado para o Congrès International d'Hystoire de la Colonisation, e comentando a chegada do Professor Léonard a São Paulo. Paris, 25 [jul.] 1948. as. F.Braudel. 2p.		1948
Cp 115 P7	Cartão de Rui do Ribeiro Couto a SBH, 11 jan.1953.		1953
Cp 120 P7	Carta de Rui do Ribeiro Couto a SBH, comentando sobre a Revista Ausonia com número especial dedicado ao Brasil. Belgrado, 01 maio 1953. as.ileg. 2p.		1953
Cp 124 P7	Carta de Manuel Bandeira a SBH, parabenizando-o pelo aniversário; informando mudança de apartamento; enviando notícias de amigos comuns e remetendo um poema. Rio de Janeiro, 11 jul.1953. as.Manuel. 2p.		1953
Cp 169 P8	Carta de Carlos Drummond de Andrade a SBH enviando a pedidos, poesias para publicação em uma revista italiana; reclamando não ver mais no "Diário Carioca", estudos excelentes enviados de Roma; comentando sobre os atentados contra Carlos Lacerda e as eleições para a Academia de Letras. Rio de Janeiro, 07 ago.1954. as.Drummond. 1p.		1954
Cp 211 P9	Carta de Octávio Tarquinio de Souza a SBH, dizendo que releu o livro "Caminhos e Fronteiras", fazendo uma análise. Rio de Janeiro, 05 dez.1957. as.Octávio. 2p		1957
Cp 223 P9	Carta de Manuel Bandeira a SBH tratando de assuntos pessoais de ordem afetiva. Rio de Janeiro, 06 jan.1960. as.Manuel. 1p.		1960
Cp 232 P9	Carta de J.A.de Araujo Castro a SBH, comentando sobre a vida de um modo geral no Japão e a vontade de ir para Paris. Tóquio, 16 maio 1961. c.as. 4p. (anexo: mapa de localização)		1961
Cp 266 P10	Carta de Jorge Amado a SBH cumprimentando-o pelo Ano Novo e comentando sobre as qualidades de João Gilberto. Salvador, 26 jan.1965. as.ileg. 1p. (fotoc.)		1965
Cp 349 P11	Carta de Alfredo Bosi a SBH, esclarecendo sobre o exato sentido de uma apreciação sobre o livro "Raízes do Brasil". São Paulo, 09 dez.1980. ass.Alfredo Bosi. 3p. (três artigos de jornais e comentários sobre a bibliografia crítica de "1822-Dimensões")		1980
Pi 1 P12	Artigo de SBH intitulado "Originalidade literária", analisando a originalidade literária da América e os primeiros frutos do Romantismo brasileiro, ressaltando a feição indianista que tomaram. Correio Paulistano. São Paulo, 22 abr.1920. 1p.		1920

Pi 25 P13	Artigo de SBH intitulado "Através da Alemanha", comentando as primeiras impressões sobre o povo alemão e o país, mostrando-se surpreso com as primeiras visões, particularmente de Hamburgo e do comportamento alemão do pós-guerra. O Jornal. Rio de Janeiro, 23 ago.1929. 1p. (artigo escrito em Berlim)		1929
Pi 26 P13	Artigo de SBH intitulado "Através da Alemanha", comentando a recente influência americana no modo de vida alemão, ressaltando essa influência na arquitetura de Hamburgo; situando aspectos do comportamento sexual e afetivo dos alemães no período. O Jornal. Rio de Janeiro, 15 set.1929. 1p. (artigo escrito em Berlim)		1929
Pi 27 P13	Artigo de SBH intitulado "O comunismo e a actualidade européia", entrevistando o socialista e pacifista francês Henry Guilbeaux, com o objetivo de traçar a situação do comunismo no período. O Jornal. Rio de Janeiro, 03 nov.1929. 2p. (entrevista feita em Berlim)		1929
Pi 43 P13	Artigo de jornal intitulado "Nacionalismo e monarchismo na Alemanha", comentando a ascensão de Adolf Hitler; o surgimento do Partido Nacional-Socialista e traçando um paralelo entre a Baviera e a Irlanda. O Jornal. Rio de Janeiro, 02 abr.1930. 2p. (artigo escrito em Berlim)		1930
Pi 129 P15	Artigo de SBH intitulado "Razão e mito", comentando, a partir do prefácio feito por Antonio Sérgio às "Obras escolhidas" do Padre Antonio Vieira, as características e articulações do pensamento seicentista português. Diário Carioca. Rio de Janeiro, 20 jan.1952. p.3,7		1952
Pi 132 P16	Crítica literária de SBH intitulada "Em torno da semana", comentando os antecedentes da Semana de Arte Moderna de 1922 e o papel que nela desempenharam alguns de seus principais representantes. Diário Carioca. Rio de Janeiro, 17 fev.1952. p.4		1952
Pi 133 P16	rítica literária de SBH intitulada "Depois da semana", comentando sobre a Semana de Arte Moderna de 1922, seus participantes, sua repercussão, e sua divisão posterior. Diário Carioca. Rio de Janeiro, 24 fev., 02 mar.1952. p.3,5; 3,6		1952
Pi 225/3:26 P21	Anotações sobre as Forças Armadas e o poder. s.l.d. 1p.(cm/SBH)		sd
Pi 1131/45:13 P48	Fragmentos de livros de diversos autores sobre o mito do Paraíso Terrestre - O Jardim do Édem. 16p. (cm/SBH) (c/ comentários de SBH)		sd